

Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE**



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia



CREPOP

Centro de Referência Especializada em Psicologia e Políticas Públicas

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS - CREPOP

REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE

Conselheira Federal Responsável
Elizabeth de Lacerda Barbosa

Especialistas
Adriana Bernardes Pereira
Kátia Rubio
Rodrigo Acioli Moura

Brasília, 2019
1ª edição

© 2019 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Disponível também em: www.cfp.org.br.

Projeto Gráfico: Agência Movimento

Diagramação: Agência Movimento

Revisão e normalização: MC&G Design Editorial

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília/DF
(61) 2109-0107 / E-mail: comunica@cfp.org.br / www.cfp.org.br
Impresso no Brasil - setembro de 2019

C755 Conselho Federal de Psicologia (Brasil).

Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de esporte / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 1. ed. — Brasília : CFP, 2019.

123 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5069-001-4

1. Psicologia aplicada. 2. Esportes - Política governamental - Brasil. 3. Psicologia social - Prática. I. Conselhos Regionais de Psicologia. II. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). III. Título.

CDD 158

Informações da 1.^a Edição

Coordenação / CFP

Miraci Mendes Astun – Coordenadora Geral

Cibele Tavares – Coordenadora Adjunta

Gerência de Comunicação (GCom)

Luana Spinillo – Gerente

André Almeida – Analista Técnico – Editoração

Coordenação Nacional do CREPOP/CFP

Clarissa Paranhos Guedes – Conselheira Responsável

Mateus de Castro Castelluccio – Supervisor

Larissa Correia Nunes Dantas – Assessora

Joyce Juliana Dias de Avelar – Estagiária

Integrantes das Unidades Locais do Crepop nos CRPs

Conselheiras(os)

Leovane Gregório (CRP01); Vinícius Soares de Oliveira (CRP02); Gloria Maria Machado Pimentel, Mailson Santos Pereira e Monaliza Cirino de Oliveira (CRP03); Cláudia Natividade e Flávia Gotelip Correa Veloso (CRP04); Mônica Sampaio (CRP05); Beatriz Borges Brambilla (CRP06); Manuele Monttanari Araldi (CRP07); Maria Sezineide Cavalcante de Melo (CRP08); Mayk Diego Gomes da Glória Machado (CRP09); Valber Luiz Farias Sampaio (CRP10); Emilie Fonteles Boesmans (CRP11); Marivete Jesser (CRP12); Carla de Sant'Ana Brandão Costa (colaboradora CRP13); Beatriz Flandoli (CRP14); Laeuzza da Silva Farias (CRP15); Juliana Brunoro de Freitas (CRP16); Adala Nayana de Sousa Mata (CRP17); Karina Franco Moshage (CRP18); Bruna Oliveira Santana e Claudson Rodrigues de Oliveira (CRP19); Clorijava de Oliveira Santiago Júnior e Gibson Alves dos Santos (CRP20); José Augusto Santos Ribeiro (CRP21); Raissa Bezerra Palhano (CRP22); Ricardo Furtado de Oliveira (CRP23).

Técnicas(os)

Cristina Trarbach (CRP01); Maria de Fátima dos Santos Neves (CRP02); Natani Evlin Lima Dias (CRP03); Pablo Mateus dos Santos Jacinto (CRP03); Leiliana Sousa (CRP04); Roberta Brasilino Barbosa (CRP05) Edson Ferreira Dias Júnior (CRP06); Rafaela Demétrio Hilgert (CRP07) Regina Magna Fonseca (CRP09); Letícia Maria Soares Palheta (CRP10); Mayrá Lobato Pequeno (CRP11); Iramaia Ranai Gallerani (CRP12); Katiuska Araújo Duarte (CRP13); Mônica Rodrigues (CRP14); Liércio Pinheiro de Araújo (CRP15); Mariana Moulin Brunow Freitas (CRP16); Zilanda Pereira Lima (CRP17); Érika Aparecida de Oliveira (CRP18); Lidiane de Melo Drapala (CRP19); John Wedson dos Santos Silva (CRP21); Lívia Maria Guedes de Lima Andrade (CRP22); Stéfane Santana Da Silva (CRP23)

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
XVII PLENÁRIO
Gestão 2017-2019

Diretoria

Rogério Giannini – Presidente

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega – Vice-presidente

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – Secretário

Norma Celiane Cosmo – Tesoureira

Conselheiras(os) efetivas(os)

Iolete Ribeiro da Silva – Secretária Região Norte

Clarissa Paranhos Guedes – Secretária Região Nordeste

Marisa Helena Alves – Secretária Região Centro-Oeste

Júnia Maria Campos Lara – Secretária Região Sudeste

Rosane Lorena Granzotto – Secretária Região Sul

Fabian Javier Marin Rueda – Conselheiro 1

Célia Zenaide da Silva – Conselheira 2

Conselheiras(os) suplentes

Maria Márcia Badaró Bandeira – Suplente

Daniela Sacramento Zanini – Suplente

Paulo Roberto Martins Maldos – Suplente

Fabiana Itaci Corrêa de Araujo – Suplente

Jureuda Duarte Guerra – Suplente Região Norte

Andréa Esmeraldo Câmara – Suplente Região Nordeste

Regina Lúcia Sucupira Pedroza – Suplente Região Centro-Oeste

Sandra Elena Sposito – Suplente Região Sudeste

Cleia Oliveira Cunha – Suplente Região Sul (*In memoriam*)

Elizabeth de Lacerda Barbosa – Conselheira Suplente 1

Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa – Conselheiro Suplente 2

Sumário

APRESENTAÇÃO	06
INTRODUÇÃO	07
EIXO 1	
Dimensão ético-política da Psicologia Social do Esporte.....	38
EIXO 2	
A constituição da Psicologia do Esporte no caminho das Políticas Públicas	50
EIXO 3	
Atuação da(o) Psicóloga(o) nas Políticas Públicas para o Esporte.....	57
EIXO 4	
Diretrizes para o trabalho na Psicologia Social do Esporte	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
BIBLIOGRAFIA	108

APRESENTAÇÃO

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresenta à categoria e à sociedade o documento *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas de Esporte*, elaborado no âmbito do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). O documento apresenta as possibilidades de atuação da categoria no âmbito da Psicologia Social do Esporte.

Este documento enfatiza a dimensão social do esporte, ao provocar a categoria a refletir sobre práticas desportivas para além do alto rendimento e grandes eventos esportivos. Busca, então, potencializar os jogos e atividades recreativas como instrumentos importantes de trabalho da Psicologia, o que possibilita a construção de vínculos, trabalhos em grupo, apropriação do território... dentre outros sentidos.

A profissão, cada vez mais, é convocada a atuar no campo esportivo, o que demanda do Sistema Conselhos de Psicologia orientações para a atuação. Essa Referência Técnica surge como uma resposta efetiva à categoria e que pretende demarcar ainda mais o campo da Psicologia do Esporte no Brasil. No entanto, o texto reflete que a política pública de esporte não é vista como prioridade, o que dificulta a presença da profissão neste campo de atuação.

O XVII Plenário do CFP agradece a todas e a todos os envolvidos na elaboração deste documento, em especial aos membros da comissão *ad-hoc*, responsáveis pela redação. Desejamos que esta publicação seja um instrumento de orientação e qualificação da prática profissional e de reafirmação do compromisso ético-político da Psicologia e que possa auxiliar profissionais e estudantes na aproximação com o campo da Psicologia Social do Esporte, pensando essa área em uma perspectiva ampliada e crítica.

XVII Plenário
Conselho Federal de Psicologia

INTRODUÇÃO

Esporte – Como e por quê

O esporte e a atividade física chegam ao século XIX acompanhando as transformações políticas e sociais que começaram nos séculos anteriores — Iluminismo, Revolução Industrial e Revolução Francesa — demonstrando, desde então, uma tendência a servir como uma tela de projeção da dinâmica social.

Merece especial atenção o processo ocorrido na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, país no qual surgiram e se difundiram vários elementos de prática corporal de movimento competitivo. Principal potência mundial, a Inglaterra dominava comercialmente a Europa e parte dos continentes americano, africano e asiático, com um modelo diferente do ibérico que havia predominado nos séculos anteriores. No século XVIII já não bastava descobrir, explorar e/ou colonizar. Era preciso expandir mercados para o escoamento da produção industrial que crescia com a invenção de máquinas e novas tecnologias. As escolas ganhavam destaque nesse cenário preparando os representantes do império, responsáveis por levar a cultura e a ideologia britânicas às colônias e ao novo mundo.

Mandell (1986) reforça essa premissa ao afirmar que o esporte surgiu em um momento histórico marcado por condições sociais particulares, sendo modelado conforme cânones de prazer e ócio de determinadas classes sociais.

As práticas esportivas destacaram-se nesse processo, fenômeno que ocorre entre o final do século XIX e início do século XX. Hobsbawn e Ranger (1997) entendem que o esporte é uma *tradição inventada* que ocupou um lugar privilegiado na sociedade europeia e norte-americana por colaborar para a construção de identidades

nacionais. Cultura e tradição tornaram-se valores preciosos na conquista de novos mercados, responsáveis pela criação de necessidades desconhecidas e pela implementação de comportamentos e atitudes inéditos. Os autores entendem por tradição inventada todo:

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (p. 09).

De acordo com Mandell (1986) muito mais do que no continente os novos ricos e os políticos habilidosos podiam obter favores reais convertidos em forma de terras e títulos nobiliárquicos que equivaliam oficialmente a uma ascensão à aristocracia. Embora houvesse a possibilidade de acumulação de fortunas, a primogenitura e a competência fizeram com que a aristocracia inglesa fosse menos numerosa que suas homólogas na França e na Alemanha. Diferentemente do que ocorria do outro lado do Canal da Mancha, o *status* aristocrático inglês dependia muito mais da riqueza, da influência na corte e dos lucros acumulados por antepassados aristocráticos. Diante disso, muito ingleses experimentaram novos meios de controle de recursos e de criação de riqueza. Alguns tiveram notável êxito e é nesse contexto que o esporte moderno e a Revolução Industrial têm sua origem comum no dinamismo da cultura inglesa.

Contribuiu para o fortalecimento desse modelo o sistema educacional inglês. Distante do que seu nome sugere as *public schools* eram centros educativos seletos, os quais eram frequentados pelos filhos, do sexo masculino, da aristocracia e da alta burguesia (RUBIO, 2002a).

Barbero (1993) afirma que essas escolas se assemelham às instituições totais, definidas por Foucault, e caracterizavam-se por uma grande disciplina interna, que levavam ao abuso, à tirania e a crueldade física dos alunos mais velhos e maiores sobre os mais

novos, além de práticas sexuais inconvenientes e pela mais completa autonomia dos alunos no uso de seu tempo livre. A necessidade de regulação das atividades de ócio levou a uma reformulação das instituições educacionais ao longo do século XIX. Esse momento é marcado pela utilização do esporte como parte da estratégia de controle das atividades dos adolescentes das classes dominantes e, em um período muito curto de tempo, transformou-se em um dos conteúdos curriculares mais importantes dessas instituições.

Até então, conforme Barbero (1993), tradicionalmente os estudantes tinham garantido o direito de desfrutar e disponibilizar de seu tempo livre de acordo com seu desejo, porque se supunha que tal liberdade era de fundamental importância para a formação do espírito independente dos futuros líderes sociais. Diante disso, era de se esperar que após tediosas sessões de língua e cultura clássicas, que constituíam o currículo acadêmico das *public schools*, os estudantes buscassem refúgio em lugares distantes e distintos como as tabernas, realizassem atos de vandalismo e atividades proibidas (como a invasão de propriedades, caça e pesca) ou se ocupassem com práticas populares (formas tradicionais de futebol e outros jogos com bola, perseguições etc.) que assumiam também o caráter iniciático dos mais jovens que eram obrigados a desempenhar o papel de sofrendores.

Essas condições acabaram por gerar também uma preocupação com a normatização de conduta e de regras. Elias e Dunning (1992, p. 224) apontam que o “quadro de regras, incluindo aquelas que eram orientadas pelas ideias de ‘justiça’, de igualdade de oportunidades de êxito para todos os participantes tornou-se mais rígido”. A crueldade, a vulgaridade e a rudeza das práticas de tempo livre realizadas pelos estudantes ingleses levaram as autoridades educacionais a reconsiderar o princípio da liberdade e independência. Alguns passatempos tradicionais foram prontamente proibidos. Aqueles considerados suscetíveis a regulação e de fácil ajuste a um marco espacial definido ou capaz de fomentar espírito de equipe, foram adotados.

Não se pode dizer que esse processo tenha sido pacífico e aceito prontamente, pelo contrário. Depois de muita resistência os estudantes conseguiram manter sua tradicional autonomia em relação ao uso do tempo livre. Os processos de regulação a que foram

submetidos os passatempos tradicionais pré-esportivos até serem transformados em esportes foram produto de inúmeras negociações entre estudantes e dirigentes escolares, cuja formação era basicamente clerical. Foram sistematizados os códigos, os gestos apropriados e homologadas as similitudes e as variedades das diversas modalidades. Em pouco tempo uma nova ordem se estabelecia nas *public schools*. Investido de caráter educativo, o esporte se transformou em componente central dos currículos escolares. Quadras, campos, piscinas e pistas converteram-se em um celeiro de líderes que iriam atuar na indústria, na política, no exército, nas empresas e na administração do império colonial e a influência socializante dos jogos era enfatizada para promover liderança, lealdade, cooperação, autodisciplina, iniciativa e tenacidade, qualidades necessárias à administração do Império britânico (RUBIO, 2006).

Em algumas décadas os alunos originários dessas instituições, a chamada *cristandade muscular*¹ (TJEDER, 2011), conquistou postos de direção no governo, no parlamento, na igreja, em empresas privadas e na educação e difundiram com muito êxito a nova mensagem esportiva, pois subscreviam o imperativo ético imperial. Executores autocratas, exerciam o papel moral pela autoridade: ocupavam os púlpitos das igrejas, participavam das competições esportivas, da caçada na selva, realizavam palestras em escolas ou escreviam os editoriais dos periódicos oferecendo à sociedade sua versão da realidade. E assim, a Inglaterra passou a exportar as práticas esportivas juntamente com suas mercadorias e poder bélico para a Índia, para a África, para a América e onde mais se descortinasse um mercado consumidor. De acordo com Mangan (1986) algumas modalidades esportivas como o críquete definiam claramente o conceito de cavalheirismo, embora o rúgbi e o futebol propusessem os valores

1 *Cristandade muscular* foi a denominação dada aos alunos (homens, diga-se de passagem) formados nas *public schools* inglesas. Era uma geração de garotos originários da aristocracia capaz de pagar pelo ensino em instituições consagradas onde quadras, campos, piscinas e pistas eram usados para desenvolver não apenas habilidades esportivas, mas também sociais. Entendia-se que a influência socializante do esporte era enfatizada para promover liderança, lealdade, cooperação, autodisciplina, iniciativa e tenacidade, qualidades necessárias à indústria, à política, ao exército, às empresas comerciais e na administração do império colonial inglês. (BROHM, 1993).

mais apropriados para o imperialismo: a coragem, o autocontrole e o companheirismo.

Enquanto as *public schools* se voltavam para a formação dos filhos da aristocracia e da alta burguesia, as crianças filhas da classe trabalhadora frequentavam outro tipo de instituição educacional, após a transferência para o Estado das escolas de ensino fundamental associadas à Igreja e a entidades particulares de caráter benéfico. O Ato de Educação de 1870 estabeleceu um acordo entre o Departamento de Educação e o Gabinete Militar para que sargentos ministrassem educação física nessas escolas (BETTI, 1991).

Os recintos escolares foram alvo de um tipo de intervenção que pretendia estender uma certa prática de exercício ginástico — repetitivo, estático, em espaço limitado — que buscava proporcionar benefícios para a saúde, além de impor a docilidade dos corpos. O esporte, em oposição à ginástica, continuou a ser desenvolvido em espaços abertos e formava líderes empreendedores e bons oficiais. A distinção social favorecia a exclusão esportiva.

De acordo com Guttman (1992) o esporte da elite tinha como finalidade a socialização e o desenvolvimento de papéis cujo principal traço seria a liderança necessária para o comando dentro e fora do território. Os esportes do proletariado, por outro lado, caminhavam na direção das modalidades coletivas onde predominava a aprendizagem e a prática da subordinação e a aceitação da autoridade, autoridade essa simbolizada mais imediatamente na figura do técnico. Cedo os atletas-operários eram iniciados na rotina do sistema industrial.

Desde a primeira metade do século XIX os jogos populares tornaram-se alvo da atenção e intervenção por parte dos setores mais puritanos e moralistas das classes dominantes. A heterogeneidade dos diversos grupos sociais levou à criação de várias e distintas associações que acabaram por complementar-se, culminando em um efeito regular amplo e efetivo. As igrejas, de acordo com Barbero (1993) foram uma das principais agências na difusão da mensagem esportiva. Como meio de intervenção, tinham fácil acesso às comunidades e bairros de trabalhadores e dispunham de espaço que podiam ser transformados em campos de jogo exatamente ao lado das

igrejas. Com isso facilitavam as atividades esportivas e ampliavam o rebanho de fiéis. Além disso, os religiosos jovens acreditavam no esporte e perceberam que essa atividade seria um bom meio para atrair fiéis para a igreja. Young (1968) afirma que milhares de clubes e equipes esportivas foram constituídos sob o amparo de instituições religiosas.

Mas não foram apenas as igrejas que descobriram o poder da atividade esportiva. As fábricas foram outro importante foco de criação de clubes esportivos. As equipes de futebol constituíram-se como uma das principais atividades recreativas dos trabalhadores das cidades industriais durante o inverno.

Um dos principais desdobramentos da organização do esporte no século XIX foi a organização do Movimento Olímpico, que culminou na criação e realização dos Jogos Olímpicos, evento sociocultural e esportivo que atravessou um século repleto de transformações e se estabeleceu como um dos negócios mais atrativos da atualidade. Essa competição realizada de quatro em quatro anos alterou e ainda altera os rumos que as modalidades esportivas traçam em caráter regional, nacional e internacional.

O Movimento Olímpico

O Movimento Olímpico contemporâneo tem como principal ideólogo Pierre de Freddy, conhecido como Barão de Coubertin. Educador, pensador e historiador, quando se empenhou na reorganização dos Jogos Olímpicos almejava revalorizar os aspectos pedagógicos do esporte mais do que assistir à conquista de marcas e quebra de recordes.

As obras *Notes sur l'Angleterre* de Hippolyte Taine e *Tom Brown's Schooldays* de Thomas Hughes, sobre o sistema educacional e esportivo ingleses, provocaram profunda inspiração em Coubertin. Essas obras relatam de forma romanesca e apaixonada o cotidiano e as preocupações de uma pedagogia pelo esporte nas escolas inglesas. A fundamentação dessa pedagogia se assentava na responsabilidade, associada ao uso da liberdade e do cumprimento de normas e

tradições que entre outras ações refletia-se no uso do tempo ocioso, e na hierarquia que demandava a compreensão e aceitação de uma ‘ordem natural’ imposta pelos veteranos, perpetuando uma cultura que deveria ser reproduzida pelos mais novos.

A preocupação de Coubertin era desenvolver um modelo de reforma social, no qual a educação e o esporte teriam uma perspectiva internacionalista. Depois de conhecer as escolas inglesas, partiu para os Estados Unidos para conhecer de perto o modelo americano emergente e distinto do inglês. Nessa oportunidade Coubertin mostrou-se surpreso com a estrutura social estadunidense que separava a igreja do Estado e tolerava a liberdade de culto. Isso porque os países de cultura puritana resistiam aos Jogos Olímpicos, relacionando-os com uma festa pagã (RUBIO, 2001a). Vale lembrar que a extinção dos Jogos Olímpicos foi determinada pelo imperador Teodósio, um católico fervoroso, a pedido do bispo de Milão, San Ambrósio, no ano de 394.

O projeto de restauração dos Jogos Olímpicos como na Grécia Helênica foi apresentado à União das Sociedades Francesas de Esportes Atléticos, em 25 de novembro de 1892. A tarefa de promover uma competição esportiva de âmbito internacional, espelhada nos Jogos Olímpicos gregos, demandou a criação do Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1884, instituição que daria o suporte humano e material para a realização de tal empreitada. Constituído por representantes de várias nacionalidades indicados pelos participantes do encontro que o criou, o COI tinha como missão e intenção a organização dos Jogos Olímpicos bem como a normatização das modalidades disputadas, muitas delas recém-criadas e sem um corpo de regras universalizadas. A competição foi planejada para ser de caráter internacional, com realização quadrienal, cujos participantes estariam vinculados a representações nacionais. A proposta de criação da instituição nessas bases guardava preocupações com a isenção, autonomia e independência de um movimento que se propunha internacional, apolítico e apartidário. Como decorrência dessa perspectiva Coubertin idealizou o Movimento Olímpico sustentado na força dos comitês olímpicos nacionais, mas principalmente na cooptação e atuação dos membros do Comitê. A prática de indicação pelo próprio Comitê persiste até os dias atuais e seus mem-

broos são considerados *embaixadores dos ideais olímpicos* em seus respectivos países e não delegados de suas nações junto ao Comitê, numa tentativa de separar o esporte da política (RUBIO, 2006). O receio de lidar com conflitos internos e o ceticismo com a democracia levou Coubertin a estruturar e organizar o COI como uma instituição unipartidária, em um modelo próximo ao oligárquico, tendo como documento norteador de sua prática a Carta Olímpica, elaborada pelo fundador do movimento olímpico em aproximadamente 1898.

As modernas olimpíadas, ou seja, o período em que ocorrem as edições dos Jogos Olímpicos, dividem-se em Jogos de Verão e de Inverno, alternadamente. Diferentemente da dificuldade para definição da sede ocorrida nas edições iniciais, na atualidade, a realização das competições é disputada por grandes metrópoles dos cinco continentes, em um processo que demanda alguns anos.

Para os gregos, os Jogos representavam um momento de trégua nas guerras e conflitos de qualquer ordem para que competidores e espectadores pudessem chegar a Olímpia. Ao longo de mais de um século os Jogos Olímpicos da Era Moderna já sofreram interrupção por causa das duas Grandes Guerras e boicotes promovidos por Estados Unidos e União Soviética na década de 1980, indicando que o Movimento Olímpico não está alheio às questões sociais e políticas do mundo contemporâneo como desejava Pierre de Coubertin.

O esporte como profissão

A intenção de limitar o esporte a nobres e aristocratas tentava sobreviver dentro de uma concepção anacrônica de amadorismo que foi derivada, em parte, de conceitos medievais de hierarquia social, em parte do ideal renascentista de habilidades plurais sem práticas específicas. Defendido arduamente por nobres e aristocratas, o amadorismo foi enfrentado ainda no século XIX, justamente na modalidade que sintetiza a organização do esporte moderno.

De acordo com Rubio (2018a) o futebol foi institucionalizado na Inglaterra por meio da Associação de Futebol, em 1863, e teve sua organização internacional estruturada com a fundação da FIFA, no

ano de 1904, em Paris, cujos países signatários foram Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Espanha, Suécia e Suíça, dez anos depois da criação do Comitê Olímpico Internacional (COI), que naquele momento buscava congregar todas as modalidades esportivas num grande festival quadrienal chamado Jogos Olímpicos. Embora a família olímpica desejasse parecer aos olhos do público uma unidade homogênea, ela carregava em seu interior as intrigas e diferenças que marcam uma sociedade estratificada e classista. O futebol era visto como uma modalidade popular praticada por operários das inúmeras fábricas na Grã-Bretanha, nas poucas horas livres que restavam das exaustivas jornadas de trabalho semanais. Apesar disso algumas escolas aristocráticas permitiam o futebol entre os estudantes, que tinham no rúgbi, no críquete ou no tênis modalidades consideradas mais apropriadas a quem estudava nessas instituições. Ausente do programa olímpico em 1896, por não demonstrar interesse entre aqueles que poderiam competir, o futebol foi incluído como modalidade de exibição nos Jogos de 1900 e 1904, sendo que dessa última participaram apenas estudantes universitários.

Ainda que nada recebessem para jogar, os operários/jogadores eram considerados profissionais, adjetivo empregado para contrastar com os atletas amadores, ou seja, aqueles que praticavam o esporte por amor, e que defendiam a prática hedonista e descompromissada possível apenas aos que podiam se dedicar ao esporte sem qualquer outra intenção senão o prazer pelo esforço. Era considerado amador todo atleta que jamais tivesse recebido prêmio em dinheiro por um resultado alcançado em competição ou competido com profissionais, e que não tivesse recebido algum ganho em dinheiro para exercer a função de professor ou monitor de atividades físicas, fossem elas competitivas ou não. Ou seja, a afirmação do amadorismo buscava distanciar do cenário olímpico a corrupção gerada pelas tentações do capitalismo de promover o lucro com a habilidade do atleta. E assim, desde a primeira edição olímpica realizada em 1896, foi colocada à prova a capacidade de diálogo e entendimento entre atletas e instituições. Enquanto os atletas desejavam competir, as instituições, por meio de seus dirigentes, pretendiam defender não apenas sua compreensão sobre o esporte, mas manter o poder das organizações que já dominavam as competições. Nessa mesma época o futebol

alcançou popularidade e se multiplicou rapidamente, também no continente europeu, desvinculando-se da identidade operária original, estimulando a criação de muitos clubes, vários deles ainda ativos. Naquele momento da história essa popularização parecia ameaçar a posição aristocrática alcançada pelo esporte, colocando em risco a imagem de exclusividade consolidada.

Rubio (2018a) aponta ainda que ao longo das décadas de 1910 e 1920, mesmo com uma Grande Guerra a devastar a Europa, um poderoso embate envolvendo o entendimento do que era amadorismo e profissionalismo dominou as assembleias e reuniões do COI. A aristocracia dominante não admitia que membros das classes trabalhadoras pudessem se misturar ao seleto grupo olímpico e para tanto criou regras rígidas que levou o futebol a um impasse. Quando incluído no programa olímpico nos Jogos de Londres, em 1908, o futebol já era organizado pela FIFA, que estabeleceu as condições para que essa competição ocorresse, controlando não apenas as regras, mas também toda a gestão dos jogos, como a indicação de árbitros e auxiliares. Nesse momento, cada federação definia seu conceito de atleta amador. Ali tinha início à maior demonstração de força do universo do esporte, muito embora ninguém tivesse ideia o que resultaria deste impasse. A competição destinava-se apenas e tão somente a amadores, que não recebiam qualquer remuneração, que não fossem registrados como profissionais, muito embora pudessem ter reembolso de despesas para o pagamento de viagens e hospedagens. Também se considerava remuneração despesas de treinamento pagas pelas entidades representadas pelos atletas. A permanência do futebol no programa olímpico foi cercada de tensão até o final da década de 1920. Os jogos lotavam estádios, como poucas outras competições, dando à FIFA a tranquilidade para negociar com o COI quem seriam seus atletas em campo. Considerado popular e inclusivo permitia que seleções nacionais fossem formadas por extratos sociais distintos da aristocracia predominante até então nas outras modalidades olímpicas. O ponto culminante da tensão ocorreu quando, no congresso de Praga de 1925, diante de uma nova discussão para definir quem seria os atletas amadores, ficou determinado que o reembolso de salários perdidos por causa das competições seria considerado ganho indireto, e, portanto, caracterizaria ganho financeiro para a prática do

esporte. Essa decisão afetava diretamente muitos jogadores/trabalhadores de diferentes seleções nacionais. Diante da postura da FIFA em defender seus jogadores, a Associação Olímpica Britânica formalizou um protesto pelo descumprimento de uma regra estrutural do movimento olímpico, exigindo assim que o futebol fosse excluído dos Jogos de Amsterdam, em 1928. A exclusão não ocorreu nessa edição, porém, concretizou-se em 1932. Ciente do poder de mobilização que o futebol já desenvolvera ao longo das últimas décadas, o então presidente da FIFA, Jules Rimet, resolveu organizar um campeonato mundial de futebol. Para ele era evidente que o futebol já não dependia do COI, nem dos Jogos Olímpicos, para promover a competição que os atletas — amadores ou não no entendimento do COI — desejavam ter, dando ao público o espetáculo que ele queria receber. A partir desse momento teve início o espetáculo esportivo capaz de rivalizar com os Jogos Olímpicos. A primeira Copa do Mundo, realizada no Uruguai, em 1930, deslocou a atenção do mundo esportivo da Europa e da América do Norte, e inaugurou uma nova lógica para o esporte, que se concretizaria na década de 1980.

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna atravessaram o século XX e sobreviveram a duas Grandes Guerras, dois boicotes declarados e alguns disfarçados, mas não suportou a força do poder financeiro que prevaleceu sobre o espírito do amadorismo após os Jogos de Los Angeles, 1984. Entre os vários motivos que favoreceram essa abertura está a falta de entendimento generalizado do que seja a condição amadora.

Rubio (2006) aponta que a disparidade provocada em algumas modalidades pela utilização de atletas do bloco socialista em disputas olímpicas levou à alteração da regra do futebol nos Jogos de Los Angeles-1984 quando poucos meses antes da competição a FIFA proibiu a participação nos Jogos Olímpicos de atletas que já haviam disputado alguma Copa de Mundo independentemente da idade. A questão não era complexa. As seleções que disputavam a competição olímpica dispunham de atletas jovens, talentosos, mas com pouca experiência. Quando em disputa com as seleções dos países do bloco socialista a disparidade física ficava evidente, bem como os vários anos a mais de vida e de carreira. O argumento da falta de paridade prevaleceu.

Outro elemento que não pode ser desprezado na transformação dos valores do amadorismo foi a possibilidade de transmissão televisiva a partir dos Jogos de Roma. Uma cadeia transnacional de televisão transmitiu os jogos ao vivo para duzentos milhões de espectadores em dezenove países da Europa Ocidental. Estados Unidos e Japão também puderam assistir às imagens das competições por videoteipe, o que rendeu ao COI na época a quantia de cinquenta mil dólares. Nos Jogos de Tóquio, 1964, a transmissão seria via satélite, ao vivo e em cores e abrangeria os Estados Unidos, a Europa e o Japão e o valor pago ao COI foi de sessenta e cinco mil dólares. Nas edições subsequentes dos Jogos Olímpicos os valores não pararam de crescer, superando a marca do bilhão nos Jogos de Sydney-2000. A televisão passaria a incorporar o espetáculo olímpico tanto quanto os próprios atletas (CARDOSO, 2000).

Uma nova ordem comercial se estabeleceu com a entrada da televisão no mundo olímpico. A visibilidade que os atletas ganharam estimularam empresas comerciais a terem suas marcas associadas àqueles seres sobre-humanos capazes de realizações incomuns. Diante do risco que a celebração de contratos podia representar para a carreira dos atletas, o caminho era burlar as normas por meio de atitudes inusitadas. Foi o que fez o nadador Mark Spitz nos Jogos de Munique-1972 que, tendo se destacado como ganhador de sete medalhas de ouro com sete recordes, um feito nunca antes realizado por ninguém, subiu ao pódio com um par de tênis Adidas... no pescoço.

Jennings (1996) demonstra como o poder econômico minava os ideais olímpicos tão duramente defendidos por Coubertin ao longo de sua vida. A questão central dessa investigação era a relação próxima e discutível entre o COI, a FIFA e a Adidas e os benefícios pessoais que essa “amizade” estava proporcionando.

Outro fato que levou à busca da profissionalização não apenas entre os atletas, mas à estrutura do COI, foi o crescente gigantismo dos Jogos Olímpicos. A necessidade de uma ampla infraestrutura para realização das competições, bem como a acomodação de milhares de atletas, turistas e técnicos de apoio atrelaram a realização dos Jogos à boa vontade governamental dos países no qual eles ocorressem. Essa dinâmica foi mantida até o Jogos de Montreal-1976.

Montreal, capital da província de Quebec, apresentava a particularidade de ser uma cidade representativa da porção francófona canadense e, portanto, minoritária dentro da República canadense. As diferenças entre as comunidades e as rivalidades políticas levaram o governo a advertir os organizadores dos Jogos que nenhum centavo seria destinado a obras para essa finalidade. Embora recebesse 34,5 milhões de dólares pelos direitos de transmissão pela televisão, o governo local amargou um prejuízo de aproximadamente 1,7 bilhão de dólares, transformado em impostos que a comunidade *quebecoise* pagou até o ano de 2000 (LÓPEZ, 1992; CARDOSO, 2000)

Depois dessa experiência era certa a necessidade de buscar novas estratégias para o futuro dos Jogos Olímpicos, que começava a ganhar novos contornos com os boicotes promovidos pelos Estados Unidos e seus aliados em 1980 e, posteriormente, pela União Soviética e países do bloco socialista em 1984 e com a eleição de Juan Antonio Samaranch para a presidência do COI em 1980.

A entrada de grandes empresas no financiamento dos Jogos parecia inevitável diante das necessidades impostas à cidade-sede. Los Angeles-1984 serviu como um laboratório para essa experiência. Naquela ocasião, apesar do boicote, o governo norte-americano não retirou um único centavo dos cofres públicos para a realização de obras. Por sua vez o *marketing* desportivo mostrava sua razão de existir promovendo a captação de recursos suficientes para cobrir todas as despesas e ainda render lucro a seus organizadores. Abrira-se o caminho para novos rumos olímpicos que não haveria de ter volta.

Nos Jogos de Seul-1998, atletas e equipes experimentaram ousar sua capacidade de fazer brilhar a marca de seus patrocinadores, mas foram os Jogos Olímpicos de Barcelona-1992 que apresentaram o símbolo da profissionalização do esporte: o time de basquete norte-americano, chamado de *dream team*. Originários de um país com uma instituição chamada NBA (National Basketball Association) que promovia um campeonato com vinte e sete times e pagava os mais altos salários do planeta para atletas, Michael Jordan, Magic Johnson e Larry Bird, entre outros, participaram dos Jogos Olímpicos não para ganhar uma medalha de ouro, que ninguém duvidava que fosse deles, mas para divulgar a todo o planeta um grande campeão

de vendas, o campeonato norte-americano de basquetebol. Embora tido como o símbolo da profissionalização dos Jogos Olímpicos, outras modalidades associadas ao mundo do esporte profissional também foram admitidas pela primeira vez em Barcelona. Foi o caso de ciclistas envolvidos em provas como a volta da França, dona do maior prêmio em dinheiro da modalidade, e dos tenistas melhores colocados no ranking mundial, que deixaram de se hospedar em hotéis luxuosos para se hospedar na vila olímpica.

Na lógica interna do esporte contemporâneo, especialização e profissionalização são inevitáveis. Desde que a capacidade atlética em uma variedade de esportes tornou-se incompatível com a alta performance, a especialização tornou-se inevitável.

Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro representam o final de um ciclo para o Movimento Olímpico. Rubio (2016) entende que nem cidades, nem atletas podem mais se submeter a uma relação verticalizada e desigual, onde sobram obrigações e faltam direitos. Mesmo diante da dificuldade de se adaptar às transformações sociais é preciso atentar que esse modelo autocrático e soberbo tem cada vez menos espaço de diálogo e manobra no contemporâneo. Ou seja, ou o Movimento Olímpico se revê ou ele está fadado ao esgotamento que vivem outras instituições seculares ao redor do planeta. Porém, diferentemente de instituições pautadas em dogmas, o COI está organizado e assessorado por profissionais que estão sensíveis às demandas da sociedade em diferentes pontos do planeta, seja por idealismo ou por necessidade comerciais. Essa talvez seja a razão para que o novo presidente, Thomaz Bach, convocasse a comunidade olímpica a fim de encontrar saídas para o impasse criado pelas crescentes denúncias de corrupção e desmandos. Imediatamente à sua posse encabeçou uma consulta que durou um ano e somou mais de quarenta mil sugestões, que sistematizadas resultaram em 1.200 propostas que foram levadas pelos presidentes dos quatorze grupos de trabalho à 127.^a Sessão do COI que ocorreu em dezembro de 2014. Dessa reunião resultaram quarenta recomendações denominadas Agenda 20+20, recomendações essas consideradas estratégicas para o futuro do Movimento Olímpico e dos Jogos Olímpicos. Dentre os temas centrais dessa discussão encontram-se o combate à corrupção dentro do ambiente olímpico, o controle

sobre o agigantamento dos Jogos Olímpicos, a igualdade entre gêneros, o controle do *doping* e o apoderamento do atleta.

Rubio (2016) destaca ainda que a busca pelo debate sobre essas questões sugere um redirecionamento não apenas político do Movimento Olímpico, conduzido ao longo do século anterior com a arrogância de uma entidade isolada e independente das questões maiores da sociedade internacional. Abrir-se para temas negligenciados no passado aponta para uma preocupação verdadeira sobre as repercussões de fatos que denotaram discriminação, preconceito e desrespeito à sociedade e levam no presente a um crescente desinteresse pelo maior espetáculo esportivo do planeta. A implementação das recomendações da Agenda 20+20 do COI aponta não apenas para uma mudança de rumos para o Movimento Olímpico como aponta para uma transformação no papel social do atleta que deixa de ser um executor de gestos habilidosos valiosos para o espetáculo esportivo e passa a ser uma figura central dentro do Movimento Olímpico. Essa alteração de postura do COI aponta para uma tentativa de resgate dos valores olímpicos, virtudes desejadas, mas perdidas ao longo do processo de transformação do Movimento Olímpico, irreconhecíveis para a sociedade na atualidade.

Diante do que se observa, há indicações de que haverá um cuidado maior com as questões relacionadas com a transparência do processo de postulação, com o cuidado com o meio ambiente, com a promoção da igualdade de gênero — lembrando da dívida histórica que o Movimento Olímpico tem com as mulheres, impedidas de participar da competição no início da história olímpica contemporânea, e um maior investimento no apoio a atletas dentro e fora do campo de jogo. Esse respeito parece evidente também na honra concedida aos atletas limpos que herdaram justamente as posições perdidas pelos dopados nas competições olímpicas. Até o presente, constatado o *doping*, a medalha era concedida ao atleta imediatamente colocado no ranking, porém sem a mesma pompa e circunstância da cerimônia dos Jogos Olímpicos. As recomendações da Agenda 2020 é que cerimônias formais sejam organizadas para medalhistas que recebem sua medalha Olímpica após a desqualificação de um competidor e que ela seja devidamente comunicada a todas as partes envolvidas.

A busca de recursos para a vitória

Dentre os aspectos mais perversos que a busca de resultados tem proporcionado para o movimento olímpico, o *doping* tem destacado como a questão principal a ser superada no momento contemporâneo.

A origem da utilização do termo *doping* no esporte é contada por Cagigal (1996) como estando relacionado às corridas de cavalos, primeiro esporte em que se utilizou fármaco clandestinamente para conseguir que um determinado cavalo corresse mais lento e perdesse. Hoje este termo designa a ingestão de medicamentos usados por certos atletas para conseguir justamente o contrário: tentar ganhar.

Espera-se que uma competição seja pautada pela igualdade de oportunidades, baseada no desinteresse para além da competição em si mesma, onde vence o melhor, aquele que reúne mais competências e quem mais trabalhou para alcançar o resultado. Na atualidade essas expectativas nem sempre são verdadeiras: a utilização de substâncias dopantes e o seu refinamento, que leva à inviabilização de sua detecção, desvirtuam o sentido de igualdade que norteia a competição.

Existem diferentes motivos competindo pelo comportamento do indivíduo, e aquele ao qual for atribuído maior significado pasará a influenciar sua atitude. Uma visão que tem prevalecido no esporte é a de que as metas dos atletas se concentram na competição e na conquista de marcas sempre superiores. O corpo deste indivíduo é considerado somente um instrumento para conseguir estes fins (GONZÁLEZ; FERRANDO; RODRÍGUEZ, 1998). Isso vem ao encontro da proposta do esporte atual que privilegia a competição. Quando um atleta tem determinação por vencer a qualquer preço e a instituição e equipe que o cercam compartilham desse espírito, alguns excessos podem ser cometidos, fazendo com que valores éticos sejam desprezados. Assim, a auto manipulação hormonal mostra-se como um meio eficaz para a superação dos obstáculos que se apresentam (MIAH, 2003). Há uma ideia no esporte de alto rendimento a respeito do perfil do atleta que busca substâncias proibidas: envolvido com o objetivo, o primeiro compromisso desse tipo de

atleta é consigo mesmo, depois com os demais e por último, com o regulamento, inviabilizando qualquer aplicação do princípio de *fair play*² (CALDERON, 1999).

Com o fim do amadorismo, o esporte converteu-se em um meio de vida, uma atividade profissional: homens de excepcionais dotes para a luta ou para a corrida passam a receber altas somas financeiras comprometendo-se a realizar determinadas atuações. Buscando responder a essas exigências, nos últimos anos os campeões do esporte passaram a ser transformados em rendosas mercadorias que são vendidas e negociadas em diversos pontos do planeta (THOMAS; HAUMONT; LEVET, 1988; SILVA; RUBIO, 2003).

Os atletas de alto nível, igual aos demais profissionais destacados em suas profissões, permanecem em uma luta constante por sua posição; o que os difere de demais categorias é a interdependência entre seu rendimento, o qual têm de maximizar em curtos períodos de tempo, e a capacidade de seu corpo, considerando a brevidade de suas carreiras (GONZÁLEZ; FERRANDO; RODRÍGUEZ, 1998).

Na transformação da prática da condição amadora para a profissional, não foram apenas os valores nobres e aristocráticos que se perderam. A criação de uma nova ordem olímpica indicava que o mundo do século XX havia passado por grandes e profundas mudanças de ordem prática e moral.

O atleta profissional não é apenas aquele que tem ganhos financeiros pelo seu trabalho. Ele é também a representação vitoriosa de marcas e produtos que querem estar vinculados à vitória, à conquista de resultados.

2 Conforme Rubio (2007) a gênese do *fair play* está fincada no cavalheirismo, espécie de comportamento social que contemplava a nobreza de caráter, os valores cristãos e humanistas relacionados ao Renascimento. Esse ethos cavalheiresco era a base do comportamento que definia um gentleman, o ideal de homem na sociedade inglesa do século XIX. A transposição para o âmbito esportivo dessa atitude social foi idealizada e empregada desde o surgimento do Movimento Olímpico contemporâneo, afirmando a relação de projeção que há entre sociedade-cultura e movimento olímpico-esporte. Entretanto, embora a Inglaterra representasse a principal potência no cenário geopolítico de então, exercendo uma forte influência sobre países europeus e americanos, seus padrões culturais nunca foram universais. Sendo assim, era de se esperar que o *fair play* também não representasse uma unanimidade.

Para Guttmann (1992) o profissional deve ser definido como aquele que recebe uma compensação pecuniária pelo que faz por ter sua vida direcionada para a prática do esporte. Por muito tempo a especialização (codinome da profissionalização) foi o resultado das tensões geradas pela necessidade de disfarçar a condição amadora sob forma de ganhos secundários como bolsas de estudos, apoio governamental e generosidade patronal ao invés de salário.

O declínio do amadorismo e a emergência do profissionalismo apontam para um desejo e uma necessidade de busca da vitória, e somente isso, o que torna o esporte uma atividade de caráter altamente quantitativo e competitivo. Estudos apontam que atletas de alta performance têm como perfil procurar tarefas desafiantes (MARTIN, 2001), além de possuírem, entre outras características, elevada resistência psíquica, autodomínio e controle emocional (OGILVIE & TUTKO, 1971). Entretanto, afirmações como estas podem ser questionadas, na medida que cada indivíduo tem reações particulares conforme o que percebe de si mesmo, de suas capacidades e da importância pessoal dada à situação a enfrentar. Questões como essas e afirmações como as de Meynaud (1972) de que “não está provado que a confrontação esportiva discorra sempre em uma atmosfera de lealdade” (p. 227), levam as discussões sobre *doping* a ocupar um espaço privilegiado no âmbito do esporte contemporâneo.

Espera-se que uma competição seja pautada pela igualdade de oportunidades, baseada no desinteresse para além da competição em si mesma, onde vence o melhor, quem reúne mais competências e quem mais trabalhou para alcançar o resultado. Nem sempre essa expectativa se faz verdadeira no esporte: a utilização de substâncias dopantes e o seu refinamento, que leva à inviabilização de sua detecção, desvirtuam o sentido de igualdade que norteia a competição. Rubio (2018b) afirmam existir diferentes motivos competindo pelo comportamento do indivíduo, e terá superioridade aquele ao qual for atribuído maior significado que passará a influenciar sua atitude. A razão física para o uso de drogas e mais recentemente, pela remodelação genética, é melhorar o desempenho, dando-lhe um maior poder competitivo (BROHM et al., 1993). A razão psicológica de dopar-se reflete em sua raiz um alto grau de exigência (intrínseca e extrínseca) e de responsabilidade. O atleta que

utiliza estimulação artificial opta por esta conduta porque sente-se inseguro, acreditando não ser capaz de corresponder às suas expectativas e de muitas outras pessoas, ainda mais quando a sociedade atual tem como parâmetro produtivo a realização de resultados — e no esporte essa lógica é imediata e evidente. Além disso, quando um atleta faz uso de substâncias dopantes ele busca não somente a vitória e o prazer que esta lhe proporciona, mas o pareamento com retribuição financeira e prestígio social.

De Rose (2008) aponta que no princípio dos Jogos Olímpicos Modernos, quando ainda prevalecia o pensamento de Pierre de Coubertin, competir era mais importante que vencer e, como consequência, a incidência de *doping* era quase nula. Entretanto, médicos e agentes de saúde preocupavam-se com o estado de atletas, o que levou a criação da Federação Internacional de Medicina do Esporte (FIMS), em 1928, durante os II Jogos de Inverno de San Moritz, que passou a ser o braço médico do COI. Nesse mesmo ano a Federação Internacional de Atletismo (IAAF) tornou-se a primeira Federação Internacional a proibir o uso de *doping* no esporte. Embora outras Federações Internacionais tenham-na seguido, a falta de métodos de detecção não impedia o uso das substâncias proibidas.

Durante a II Guerra Mundial a anfetamina foi uma substância largamente usada por pilotos e comandados para suportarem as demandas dos combates e os anabólicos foram usados para recuperar os presos dos campos de concentração. Observa-se logo depois da guerra que essas substâncias passam a ser utilizadas nas competições esportivas.

Ainda de acordo com De Rose (2008) em 1954 os soviéticos começaram a usar os anabólicos esteroides para aumentar a massa muscular de atletas, principalmente no levantamento de peso, seguido por atletas de outros países em eventos esportivos de campo e pista, como o atletismo, chegando também aos outros esportes. Nos Jogos Olímpicos de Roma, em 1960, um ciclista escandinavo morreu após uma overdose de anfetamina e isopropilamina tomadas com café. Em função disto, o Comitê Olímpico Internacional indicou Lorde Porrit para criar uma Comissão Médica e já nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964, foram realizados alguns testes no

ciclismo, mas em função de algumas dificuldades o controle não pôde ser completamente implementado. Em 1966 a União Internacional e Ciclismo (UCI) e a Federação Internacional de Futebol (FIFA) iniciaram os seus programas contra o *doping*. Embora o COI tenha legislado sobre o *doping* em 1962 e indicado de Lorde Porrit para presidir a comissão, foi apenas em 1967, quando da nomeação do Príncipe Alexandre de Merode, da Bélgica, que a Comissão Médica do COI foi nomeada com base na Diretoria da FIMS, e imediatamente organizou a lista de substâncias proibidas para os Jogos Olímpicos do México que ocorreriam no ano seguinte, dando início ao combate sistemático ao *doping*.

Ao longo de duas décadas observou-se a crescente adesão ao projeto de controle de dopagem, sendo a Áustria, em 1962, o primeiro país a contar com uma legislação antidoping. O mesmo caminho foi adotado pela Itália e pelo Uruguai, cuja legislação sobre o tema data de 1971.

A década de 1970 foi marcada pelo uso e controle de anabólicos esteroides cuja indexação como substância proibida ocorreu um ano antes dos Jogos de Montreal, muito embora fossem utilizados desde a década de 1950. De acordo com De Rose (2008) foi também nesse momento que dois Beta-2 agonistas foram permitidos para tratamento de asma: salbutamol e terbutalina, desde que atestados previamente, fato que marcou o início da filosofia da Isenção de Uso Terapêutico (IUT). Neste período, foram registrados casos de *doping* em todas as edições olímpicas, com exceção de Moscou, em 1980.

Em 1984, o Conselho da Europa adotou o Código Antidoping no Esporte e nesse mesmo ano, durante os Jogos Olímpicos de Los Angeles foram registrados onze casos positivos, que confirmando o uso de *doping* já evidenciado no ano anterior nos Jogos Pan-Americanos de Caracas, quando ocorreram dezenove positivos, levando a uma preocupação internacional sobre o tema. Dentre os vários casos registrados destacam-se a Efedrina encontrada em um chá de Ginseng e a Nandrolona detectada em um atleta que negou o seu uso, mais tarde explicado por uma transfusão de sangue meses antes. Desta forma, o uso de suplementos e o aumento de eritrócitos passou a ser um tópico discutido entre os especialistas e observou-se também o surgimento de falsos atestados médicos provando hi-

pertensão para permitir o uso de Beta-2 agonistas no tiro esportivo. Em pouco tempo, outros procedimentos como as transfusões de sangue no ciclismo e a manipulação de urina no levantamento de peso, métodos não proibidos, passaram a ser observados com mais rigor por evidenciar procedimentos suspeitos. Em 1987 a Comissão Médica do COI modificou a lista de substâncias proibidas, incluindo betabloqueadores e diuréticos, bem como a transfusão de sangue e a manipulação física da urina, com controle da densidade maior do que 1.010 e da acidez (pH entre 5.0 e 7.0).

Nos Jogos Olímpicos de Seul e nos Jogos de Inverno de Calgary, em 1988, houve claramente uma evidência do uso de eritropoietina (EPO) e de Hormônio do Crescimento (hGH), razão pela qual os hormônios peptídicos passaram a ser considerados na lista de substâncias proibidas. Diante das evidências do uso indiscriminado de drogas favorecedoras de rendimento foram adotados os controles fora de competição, uma vez que a técnica usada à época permitia escapar da detecção evitando-se o uso de anabólicos nos quinze dias anteriores à competição. Após os Jogos Olímpicos de Barcelona (1992), a Comissão Médica do COI incluiu na lista de proibições apenas o termo “substâncias afins” para considerar também a ação farmacológica das substâncias, além da estrutura química. Os betabloqueadores foram removidos da lista e incluídos apenas em alguns esportes de precisão, como o Tiro com Arco e o Tiro Esportivo. A decisão mais importante depois dos Jogos de Barcelona foi a possibilidade de se fazer a coleta de sangue para evidenciar o uso de hormônios, juntamente com a amostra de urina.

A novidade encontrada durante os Jogos de Atlanta (1996) foi a droga estimulante bromantan, que possui propriedades de psicoativação e adaptação a condições que envolvem excesso de fadiga física, estresse emocional, usada pelo exército russo, levando à suspensão de dez atletas, posteriormente inocentados pelo Tribunal Arbitral do Esporte (TAS). Porém, esta substância foi considerada proibida a partir do ano seguinte. Os Jogos Olímpicos de Sidney (2000) marcaram o início da coleta de sangue, feita apenas nos esportes aeróbicos, os controles fora de competição na Vila Olímpica e, pela última vez, a lista de substâncias e métodos proibidos foi feita pela Comissão Médica do COI.

A partir dos Jogos Olímpicos de Atenas essa tarefa passou a ser realizada pela recém-criada Agência Mundial Antidoping, muito embora a Comissão Médica do COI tenha estabelecido o chamado Período Olímpico, que vai da abertura da Vila até o seu fechamento, onde todos os controles devem ser considerados em competição. O pH da urina deixou de ser utilizado a partir destes Jogos e passou-se a adotar punição após três recusas de realizar controle de *doping* por parte de atletas de Atletismo, evitando assim a detecção de “aparelhos” que proporcionavam uma urina “limpa” no controle. O hormônio do crescimento foi pesquisado pela primeira vez no sangue dos atletas, embora o método ainda apresentasse uma janela de detecção muito pequena. Os casos de resultados analíticos adversos passaram a ser julgados por uma Comissão Disciplinar, formada por membros do Comitê Executivo do COI, sem passar previamente pela Comissão Médica, que ficou responsável apenas pela supervisão da toma de amostras e pela atenção médica dada aos atletas nos Jogos.

Desde os Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004, com o Estatuto de Limitação das Amostras foi permitida a reavaliação de material coletado anteriormente a partir da utilização de novas técnicas de detecção o que levou a um aumento considerável de casos positivos anos depois. Nos Jogos Olímpicos do Rio (2016) o Dr. Richard Budget assumiu a direção do Departamento Médico do COI no lugar do Dr. Patrick Schamasch e o TAS passou a ocupar as funções do Comitê Disciplinar, passando a realizar a tarefa de julgar os resultados analíticos adversos. Nestes Jogos foi recuperado o conceito de controles em competição e fora de competição mesmo durante o chamado Período Olímpico. A Comissão Médica assumiu pela primeira vez o controle direto dos exames, sem ouvir as Federações Internacionais, o que motivou um grande número de reclamações.

Conforme De Rose et al. (2003) considera-se dopagem a utilização de substâncias ou métodos que seja potencialmente prejudicial à saúde do atleta, ou capaz de aumentar artificialmente sua performance, o que se caracteriza pela presença no corpo do atleta ou por evidência de uso de substâncias proibidas, ou ainda por evidência de uso de métodos proibidos, conforme relação divulgada pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e pela World Anti-Doping

Agency (WADA)³. A definição de dopagem usada pelas Federações Internacionais pode eventualmente variar, bem como a lista de substâncias e métodos proibidos. O Código Mundial Antidoping da WADA foi aprovado tanto pelo Comitê Olímpico Internacional, como pelas Autoridades Públicas dos cinco continentes, e entrou em vigor 2004, o que permitiu a universalização de regras e procedimentos.

Dos hipódromos, onde as substâncias para alteração de rendimento foram usadas no princípio para os estádios onde diversas modalidades esportivas são praticadas por humanos, *doping* tornou-se um termo para definir qualquer substância ou método utilizado para aumentar o desempenho físico.

O esporte no Brasil

Como visto anteriormente a *cristande muscular* formada nas *public schools* inglesas levou as empresas e a cultura inglesa, inclusive o esporte, para vários pontos do mundo onde o império pudesse se instalar fosse na América, na África ou na Ásia.

Um episódio no continente europeu facilitou a chegada inglesa em território brasileiro. Diante do descumprimento do *bloqueio continental* (exigência de não-comercialização de produtos ingleses com as nações europeias) imposto por Napoleão Bonaparte, o reino de Portugal se viu ameaçado de ser invadido. E assim, sob a proteção de uma esquadra inglesa, toda a corte portuguesa, incluindo nobres, ministros e funcionários embarcou rumo ao Brasil trazendo importantes documentos, bibliotecas, coleções de arte, as riquezas de particulares e da coroa.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808 levou D. João a executar várias medidas econômicas e políticas. A primeira delas foi a permissão para o livre comércio com os países amigos, situação que não ocorria anteriormente. Esse ato ficou conhecido como Abertura dos Portos e permitiu que o capital e os produtos da Inglaterra

3 Agência Mundial Antidoping.

ra, então única nação amiga de Portugal, chegassem em terras brasileiras de forma legal. Nessa esteira vieram os bancos, as empresas do setor têxtil, as companhias de mineração e elétricas, de cabotagem e ferroviária responsáveis por um grande contingente de empregados, mas não em número suficiente para a operacionalização de todas as tarefas. Foi assim que os brasileiros, contratados como empregados, se aproximaram da cultura inglesa e tomaram contato com vários elementos da cultura britânica, inclusive o esporte.

Rufino dos Santos (1981) afirma que em função dessa dinâmica começou a despontar nas cidades brasileiras com presença inglesa clubes de *cricket* ou de *squash* a partir de 1850, geralmente ao lado de uma grande fábrica ou no interior das chácaras, espaços dedicados ao encontro da comunidade britânica no estrangeiro.

Mas, não foi apenas a comunidade britânica que trouxe para o Brasil as práticas esportivas. A substituição da mão de obra escrava pela dos imigrantes europeus e asiáticos favoreceu o contato com atividades desconhecidas da população brasileira, possibilitando a criação de clubes e times de diversas modalidades esportivas, em diversas regiões brasileiras, principalmente no sul e sudeste (RUBIO, 2006).

A República foi o período no qual se iniciaram as diversas modalidades esportivas no Brasil, que já vinham sendo disputadas e praticadas em outros países. Exerceu papel fundamental nesse processo a chegada ao país da Associação Cristã de Moços, instituição de caráter internacional que tinha o esporte como um elemento de grande importância nos processos sociais e pedagógicos da juventude (SANTOS, 2000; TUBINO, 1996).

No final do século XIX já se praticava de maneira regular o remo, a natação, o basquetebol, o tênis, o futebol e a esgrima. Conta Marinho (s.d.) que o remo era praticado desde o Império, principalmente no Rio de Janeiro, onde foram fundados, em 1892, o “Union des Conotiers”, o Club de Regatas Fluminense e o Clube de Regatas Botafogo, e no Rio Grande do Sul, o “Rude Werein Germania” e o Grupo de Regatas Rio-grandense. Com a criação de vários clubes em outros estados foi possível em 1895 ser criada a Federação Brasileira de Sociedades de Remo. A natação, embora praticada nas escolas militares, veio a ter caráter competitivo apenas em 1898, com

uma prova de 1.500 m, no Rio de Janeiro. O basquetebol, por sua vez, chegou ao Brasil em 1898, trazido dos Estados Unidos por August Shaw para o Colégio Mackenzie de São Paulo e para a ACM do Rio de Janeiro. O primeiro torneio realizado da modalidade aconteceu em 1915. Mas, nenhuma modalidade manteve tanto sua origem e tradição aristocráticas como o tênis. Sua implantação no Brasil está associada ao Tennis Clube Walhafa de Porto Alegre, em 1898 e o primeiro torneio realizado, sob os auspícios da Liga Metropolitana de Esportes Terrestre, aconteceu em 1915.

Dentre todas as modalidades de origem inglesa, nenhuma outra se adequou tanto à cultura brasileira como o futebol.

Rufino dos Santos (1981) afirma que um brasileiro de ascendência inglesa de nome Charles Miller, que não gostava de críquete, organizou o primeiro *team football* do Brasil, o São Paulo Athletic Club, em 1895. Em 1902 surgiu, no Rio de Janeiro o Fluminense, em 1903, o Fuss-Ball-Club e o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, no Rio Grande do Sul, em 1904, o Sport Club de Belo Horizonte, quase que como uma reação em cadeia.

Tubino (1996) aponta dois fatos merecedores de registro que marcaram o início do esporte brasileiro. O primeiro deles foi a outorga do diploma olímpico de mérito do Comitê Olímpico Internacional a Santos Dumont, uma das mais célebres condecorações do COI, tendo sido conferida anteriormente apenas ao presidente norte-americano Theodore Roosevelt e ao explorador norueguês Fritjof Nansen. Essa honraria tinha como intenção premiar aqueles que tivessem servido à causa do esporte ou concorrido para a propagação do ideal olímpico. A segunda foi a primeira participação brasileira em Jogos Olímpicos na cidade de Antuérpia, em 1920. Naquela ocasião, apesar das poucas condições materiais da delegação brasileira, foi possível conquistar uma medalha de ouro, com Guilherme Paraense no Tiro (pistola tiro rápido), uma de prata com Afrânio Costa também no tiro (Pistola livre) e uma de bronze na pistola livre por equipe com os atletas Afrânio Antonio da Costa, Guilherme Paraense, Sebastião Wolf, Dario Barbosa e Fernando Soledade.

A participação efetiva do Brasil no Movimento Olímpico, conforme Rubio (2006), ocorreu em maio de 1913 quando o então mi-

nistro do Brasil na Suíça, Raul do Rio Branco, filho do Barão de Rio Branco, foi convidado pessoalmente por Pierre de Coubertin a participar do Congresso Olímpico Internacional em Lausanne e posteriormente a fazer parte do Comitê Olímpico Internacional na condição de representante brasileiro. Seu pouco conhecimento sobre a realidade esportiva brasileira e as muitas tarefas como diplomata não foram argumentos suficientes para convencer o Barão de Coubertin da impossibilidade de aceitar o convite. O argumento derradeiro utilizado pelo Barão foi a inclusão do Brasil em um cenário internacional já compartilhado pelas grandes nações.

Embora na Suíça, Raul do Rio Branco entrou em contato com diversos dirigentes esportivos no Brasil informando sobre sua nova condição. É também nessa carta que sugere a criação de um Comitê Olímpico Nacional (CON), solicita informações sobre a condição do esporte brasileiro e pede sugestões de nomes de outras pessoas que pudessem vir a compor o quadro de dirigentes do Comitê Olímpico Internacional. O diplomata tomou uma atitude de cautela quanto à organização do Movimento Olímpico Brasileiro, chegando a sugerir que fosse feito inicialmente a divulgação dos ideais olímpicos para somente então discutir a participação brasileira nos Jogos Olímpicos.

O esporte no Brasil não é recente. Tampouco a Educação Física. Rubio (2018c) aponta que a educação física começou a ser lecionada nas escolas pública e privadas, a partir do Decreto n.º 6.440, de 1934, tendo como pano de fundo os movimentos higienistas e eugenistas daquele momento. Os corpos dos cidadãos precisavam ser cuidados e desenvolvidos para atenderem aos interesses de uma pátria que se propunha a estar mais identificada com a Europa do que com a África. Embora componente escolar curricular a educação física foi confundida com o esporte como um fenômeno único por quase um século. Na escola ela já gozou de consideração e prestígio. Disciplina obrigatória foi a porta de entrada de muitas crianças para o universo do movimento elaborado fosse em forma de esporte, dança ou ginástica. Acompanhou proximamente os interesses do poder público sobre o controle dos corpos, até começar a perder espaço para disciplinas consideradas fundamentais para outras intenções, principalmente o vestibular. E assim, como peça decorativa do currículo do ensino básico, fundamental e médio a EF deixou de ser obrigatória e,

em muitos casos passou a ser terceirizada. Aqueles que demonstravam alguma habilidade acima da média eram incentivados a buscar clubes para sonhar com a carreira de atleta. Os menos habilidosos, pouco incentivados a buscar a atividade física por lazer e prazer, precocemente se distanciaram daquilo que pode ser uma maneira saudável de lidar com a existência e passaram a engrossar as fileiras de sedentários e avessos às práticas de movimento.

Segundo a autora, o resultado do Diagnóstico Nacional do Esporte apresenta dados que refletem o menosprezo pela educação física. 26,8 % abandonam a prática esportiva antes dos quinze anos, ou seja, no momento em que estaria ocorrendo a especialização para o esporte considerado de alto rendimento há uma quebra no processo, e as razões para isso são a necessidade de trabalhar, de estudar ou por problemas familiares. Esse número não seria assim tão preocupante se o abandono entre dezesseis e vinte e quatro anos não chegasse a 45 %. Ou seja, a base da pirâmide está em ruínas. Quando nos referimos então ao sedentarismo, considerado a razão de danos irreparáveis à saúde de todo e qualquer cidadão, os números são ainda mais assustadores: 32,7 % dos jovens entre quinze a dezenove anos, 38,1 % de vinte a vinte e quatro anos e 40,7 % de vinte e cinco a trinta e quatro anos, ou seja, a população adulta jovem não foi educada a se exercitar.

Por outro lado, ao longo de décadas o esporte de nível olímpico foi cuidado por entidades como a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Pelos relatos ouvidos de atletas olímpicos de diferentes gerações é possível observar a precariedade com que o esporte conviveu ao longo dos tempos do amadorismo até o princípio dos anos 2000. A maioria deles tinha sua carreira mantida por conta e risco pessoal, sem contar nos tempos em que os próprios atletas custeavam equipamentos e viagens para realizar o sonho de ser olímpico. Muitos desses atletas subiram ao pódio, ostentaram a bandeira nacional e fizeram o mundo ouvir o hino brasileiro sabendo exatamente o quanto isso custou para si e para os próximos que facilitaram a realização dessa aventura.

Conforme entende Angelo (2014) a década de 1990 e o início do novo século foi um período de intensa mobilização na área jurídica que estabeleceu regras e leis para a formatação do que hoje se chama de Sistema Nacional do Esporte.

Em 1993, a Lei Zico, n.º 8.672/93, pôs fim à tutela do Estado ao esporte. As alterações pautavam-se na autonomia das entidades esportivas fortalecendo a possibilidade de clubes esportivos se tornarem empresas e na livre iniciativa. A lógica do mercado continuou a predominar, só que agora regrado pela lei. A Lei Zico não avançou e nem propiciou a participação popular e a descentralização do processo de tomada de decisão, pois não concretizou meios para a sua efetivação.

A conhecida Lei Pelé, n.º 9.615/98, corroborou com o destaque para o futebol e suas prerrogativas deixando a discussão sobre a estrutura esportiva relegada a um segundo plano. Segundo a Coleção do Caderno III Conferência Nacional do Esporte (2009, p. 18):

A Lei Pelé, que regula o presente Sistema Brasileiro do Desporto, foi sancionada com a finalidade de aperfeiçoar a Lei Zico. Apesar de tratar o esporte de forma geral, suas principais consequências foram mudanças no futebol, principalmente o fim do ‘passe livre’. No entanto, a liberação do passe ocorreu sem regulamentar ou assegurar os direitos dos jogadores. A estrutura permaneceu quase a mesma.

Em 16 de julho de 2001, foi aprovada a Lei n.º 10.264, chamada de Lei Agnello-Piva. A lei modificou parte do artigo 56 da Lei Pelé, que trata dos recursos para o esporte. Especificamente aponta que 2 % da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares são destinados aos Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiros. Destes recursos, oitenta e cinco por cento são destinados ao COB e quinze por cento ao CPB. Contudo, deste total repassado para as duas entidades, estas deverão investir 10 % no desporto escolar e 5 % no desporto universitário.

O uso dos recursos ficou condicionado ao estabelecimento de convênios com a União e devem ser utilizados em projetos de: fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, formação de recursos humanos, preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas e suas participações em eventos desportivos (BRASIL, 2001; C.O.B., 2004).

A lei foi muito comemorada pela comunidade esportiva por ser fonte segura e constante, embora COB e CPB repassem com parcimônia os recursos às 27 confederações filiadas.

A estimativa de repasse em 2013 considerava que a lei destinaria às confederações aproximadamente R\$ 90 milhões, trinta vezes mais do que a quantia média anual que vinha sendo direcionada ao setor antes da lei (C.O.B., 2013; BRASIL, 2004).

As considerações a serem feitas em relação a esta lei estão relacionadas à perspectiva da prioridade do destino de recursos públicos voltados em sua maior parte ao esporte de alto rendimento em detrimento do educacional. Esta observação é possível ao acessar a demonstração de uso dos recursos da Lei Agnelo-Piva pelo COB, deixando evidente que os recursos ao desporto educacional são usados para a realização de eventos esportivos, despesas administrativas e subvenção da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Outro ponto a ser analisado é o repasse quase que imediato da verba para o COB e CPB, sem ter outro tipo de fiscalização a não ser o do Tribunal de Contas da União.

Vale a pena lembrar que outros recursos providos de contratos profissionais (1 %), valores de cláusulas penais de transferências de atletas (1 %), arrecadação de competições (1 %) e penalidades disciplinares pecuniárias são recolhidos pela Federação das Associações de Atletas Profissionais (FAAP) e destinados à assistência social e educacional aos atletas profissionais, ex-atletas e aos em formação (BUENO, 2008).

A Constituição Brasileira considera autônomas as entidades privadas como a CBF e os clubes de futebol. Desta forma, a modalidade futebol é a única que não se beneficia da Lei Agnelo/Piva (LAGUNA, 2012) pois sendo seus dirigentes remunerados, o repasse de recurso público fica inviabilizado (WINCKLER, 2012).

Rubio (2016) entende que os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro representaram o final de um ciclo para o Movimento Olímpico. Claro está que nem cidades, nem atletas podem mais se submeter a uma relação verticalizada e desigual, onde sobram obrigações e faltam direitos. Mesmo diante da dificuldade de se adaptar às transformações sociais é preciso atentar que esse modelo autocrático e soberbo tem cada vez menos espaço de diálogo e manobra no contemporâneo. Ou seja, ou o Movimento Olímpico se revê ou ele está fadado ao esgotamento que vivem outras instituições seculares ao redor do planeta.

Porém, diferentemente de instituições pautadas em dogmas, o COI está organizado e assessorado por profissionais que estão sensíveis às demandas da sociedade em diferentes pontos do planeta, seja por idealismo ou por necessidade comerciais. Essa talvez seja a razão para que o novo presidente, Thomas Bach convocasse a comunidade olímpica a fim de encontrar saídas para o impasse criado pelas crescentes denúncias de corrupção e desmandos.

Esta referência busca apresentar a Psicologia do Esporte a partir de duas grandes referências que são o esporte como fenômeno e instituição e a psicologia cuja abrangência permite uma especialidade que dialoga e atua sobre algo tão específico. Para tanto o documento é dividido em quatro grandes eixos: Eixo 1 – A dimensão ético-política da Psicologia do Esporte, do qual contam o esporte como direito constitucional, o esporte como direitos humanos, a psicologia social do esporte, seus significados e suas dimensões, bem como o lugar da psicologia do esporte, aliada as demandas e necessidades do povo brasileiro, caracterizada por nosso contexto social específico; Eixo 2 - A Psicologia e as Políticas Públicas para o Esporte. Nesse tópico é apresentado um histórico da Psicologia do Esporte, bem como a questão pública e privada do esporte brasileiro e as diferenças de inserção da Psicologia e a inserção da psicologia em Políticas Públicas para o esporte. Por fim destaca a atuação da Psicologia Social do Esporte junto às políticas públicas para o esporte e a ausência da formação específica em nível de graduação para o exercício profissional. No Eixo 3 - Atuação da Psicóloga nas Políticas Públicas para o Esporte são destacadas as bases teóricas que fundamentam a Psicologia do Esporte e a delimitação dos campos de atuação, a Psicologia do esporte como subárea das ciências do esporte e como especialidade da Psicologia, a dimensão pública e privada da atuação da psicóloga, com especial destaque para a discussão do Código de Ética do Profissional e os limites do sigilo profissional. Atenta ainda para a precarização do trabalho da psicóloga do esporte e as relações com os meios de comunicação. Por fim, o Eixo 4 - Diretrizes para o trabalho na Psicologia Social do Esporte são apontados temas como a apropriação do Código de Ética e das Resoluções do CFP como norteadores de atuação, a importância e os riscos da avaliação psicológica. Apresentam-se instituições e

publicações que referenciam a Psicologia do Esporte no país, bem como a perspectiva do social da psicologia do esporte e seu caráter inventivo e criativo nas Políticas Públicas e a necessária afirmação da identidade profissional da(o) psicóloga(o) do Esporte.

A ausência de práticas de psicólogas(os) em políticas públicas de esporte está relacionada diretamente à desorganização do campo do esporte como política de Estado, e não de governo. Diante disso, há que se dedicar a desenvolver ações nas políticas públicas que, necessariamente passarão pela atuação interdisciplinar, diluindo as fronteiras entre os especialistas dedicados ao atendimento dos usuários, sejam eles atletas profissionais ou praticantes de atividades físicas. As ainda insipientes ações em políticas públicas em psicologia do esporte anunciam um campo promissor a ser ocupado. É inegável que o conhecimento acumulado dentro da Psicologia do Esporte subsidia a prática do profissional de Psicologia que se destaca nessa esfera, tomando como prerrogativa a atuação interdisciplinar.

EIXO 1: Dimensão ético-política da Psicologia Social do Esporte

Esporte como Direito constitucional

Sendo o esporte um dos principais fenômenos culturais da atualidade ele pode ocupar um lugar de destaque na formação da juventude no sentido de promover a aproximação entre o biológico e o cultural. Rubio (2008) entende que se por um lado, como atividade física não competitiva, ele é capaz de resgatar sua função pedagógica integradora, por outro lado, a sua porção competitiva o coloca como um ícone do contemporâneo naquilo que se refere ao desenvolvimento de habilidades específicas e especializadas.

Existem vários aspectos que compõem o universo do esporte, responsáveis por caracterizar tanto o fenômeno como o protagonista do espetáculo esportivo. As expectativas geradas em torno da prática esportiva levam a determinados padrões de comportamento que irão, de certa forma, influenciar e por vezes determinar a conduta daqueles que escolheram o esporte como profissão e opção de vida.

Afirmaríamos que essa é a razão porque, em torno de uma modalidade específica e do esporte como um todo, desenvolve-se um conjunto de práticas coletivas e comportamentos individuais chamados pelo senso comum de cultura esportiva. Esses comportamentos e procedimentos levam à criação e multiplicação daquilo que denominamos imaginário esportivo.

A vivência do arquétipo do herói é experimentada pelo atleta em toda a sua abrangência, seja pela demonstração de força e coragem ou pela capacidade de realizar virtudes destinadas a poucos (RUBIO, 2001a), e por isso essa figura exemplar representa um impor-

tante referencial de identidade para muitos jovens. Reside na possibilidade de realizações semelhantes e, na conseqüente permanência, a esperança de um futuro que inscreva seu nome na posteridade.

Parlebas (1988) afirma que o esporte não é bom, nem ruim. O esporte é aquilo que fazemos dele. Essa afirmação aponta que o esporte pode levar a dois polos diametralmente opostos: a inclusão e a exclusão.

A juventude no Brasil

De acordo com a Constituição Federal e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁴ as crianças brasileiras têm o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer garantidos. Essas atividades são consideradas necessidades humanas básicas e direito de toda população infanto-juvenil, sem privilégio de grupos ou classes sociais. No caso do esporte, entendido dentro de um contexto amplo de atividade corporal de movimento competitiva ou não, significa uma prática democratizada, ao alcance de todos e não somente daqueles que apresentam alguma aptidão ou talento especial (SILVA, 2007).

O ECA, capítulo IV, artigo 59, estabelece que os Municípios, com apoio dos Estados e da União, deverão estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude. Nas áreas de esporte e lazer, os órgãos específicos responsáveis pelas políticas desses campos são os responsáveis por desenvolverem programas coordenados com o órgão gestor das medidas socioeducativas, buscando assegurar a efetivação dos direitos (CONANDA, 2002). Cada indivíduo, assim como cada geração, tem direito a oportunidades que lhes permitam fazer o melhor uso de suas capacidades potenciais. A forma como essas oportunidades são de fato aproveitadas tem relação com as escolhas pessoais, mas é fundamental que indivíduos e populações tenham a possibilidade de escolhas agora e no futuro.

4 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em:

Adolescência, do latim *adolescere* (crescer) é uma fase da vida que pode ser definida em sua dimensão psicobiológica e em sua dimensão histórica, política, econômica, social e cultural. A definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) entende a adolescência como um período da vida que vai dos dez aos dezenove anos e caracteriza-se por mudanças físicas aceleradas e características da puberdade, diferentes do crescimento e desenvolvimento que ocorrem em ritmo constante na infância. Essas alterações surgem influenciadas por fatores hereditários, ambientais, nutricionais e psicológicos (WHO, 1992).

Vygotsky (1998) por sua vez entende que a adolescência é uma fase de transição que vai adquirindo diferentes qualidades segundo os períodos históricos e sociais. Neste caso, abre-se uma discussão crítica com as teorias psicológicas que naturalizam as qualidades dessa fase de transição com se fossem fenômenos universais.

A definição cronológica da OMS, que estabelece a adolescência de 10 e vai até 19 anos, difere da definição no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece que a adolescência se coloca entre os doze e os dezoito anos, momento em que acontecem, como nas diferentes idades, diversas mudanças físicas, psicológicas e comportamentais.

Silva (2002) aponta em seu trabalho, referenciado no ECA, que não existe uma adolescência brasileira, mas, múltiplas adolescências brasileiras, contemplando uma população que apresenta diversidades. Desta forma, não se pode tratá-las como uma realidade homogênea. Demonstra que no Brasil há aproximadamente cento e setenta e cinco milhões de pessoas, sendo que cerca de trinta e cinco milhões se encontram adolescentes o que leva a 21,84 % da população total do país, sendo que 10 % se encontram na faixa etária dos dez aos dezenove anos; e 15 % da população quando utilizamos as referências do ECA (IBGE, 2000). Esta situação se reflete sobre as condições de vida dessa parcela da população, apresentando imensas disparidades de indicadores sociais. Aponta ainda que dentre os grupos mais vulneráveis e expostos a situações de violência estão os adolescentes (doze a dezoito anos) e jovens (quinze a dezenove anos) autores de ato infracional. O trabalho desse autor aponta tam-

bém para a possibilidade do uso do esporte como um instrumento socioeducativo, como uma prática utilizada em inúmeros projetos sociais direcionados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ou como intervenção nas medidas socioeducativas com adolescentes inseridos em medidas em meio aberto.

Tornaram-se triviais as críticas relacionadas ao esporte de alto rendimento por ser ele promotor de exclusão, na medida que privilegia o mais habilidoso e exclui a grande maioria, menos habilidosa. Entretanto, é preciso cautela com esse argumento e com um tipo de prática fundamentada nele, facilitador de um tipo de exclusão às avessas. É preciso fomentar a prática da atividade física e esportiva a toda a população, porém é fundamental que se ofereçam as oportunidades de especialização para aqueles que possuem habilidades motoras específicas acima da média. Não se está a defender aqui a especialização precoce ou a prática alienada do esporte. Defende-se o direito de manifestação e exploração de potencialidades no esporte da mesma maneira que acontece nas artes, na música ou na ciência.

Há de se promover a massificação da prática da atividade física e esportiva, porque esse tipo de prática proporcionará a todos o acesso e o direito de se desenvolver na cultura corporal de movimento e também porque a partir dessa experiência essas crianças e jovens terão condições de chegar à idade adulta capaz de realizar gestos que garantam sua autonomia. Vale considerar, entretanto, que não é apenas as aulas de educação física e a prática esportiva que proporcionam essas experiências. Há também a disposição do indivíduo para que isso ocorra. Aqui falamos da maioria.

Rubio (2008) aponta ainda que quanto àqueles que nos momentos que se destacaram e demandaram uma atenção por causa de sua vontade e necessidade de se desenvolver em habilidades específicas merecem tanta atenção e cuidados como aqueles que demandaram cuidados especiais pela falta. O apoio recebido no início de uma trajetória esportiva, seja ele material ou emocional, pode representar a diferença entre o ser e o desejar. Muitos são os jovens talentosos e desejosos de desenvolver uma carreira esportiva que tiveram seu sonho não realizado por falta de recursos. Há ainda os

atletas já profissionais, que mesmo tendo alcançado a profissionalização, continuam a lutar por condições dignas de trabalho. Nesse momento me refiro a uma categoria intermediária que vive entre a realidade da falta de incentivo e o sonho da condição de ser atleta. Mais do que censurar esse desejo ou obrigá-lo a se adequar a uma prática da maioria é preciso ouvir com ouvidos de escutar uma solicitação que pode implicar a orientação de uma vida. Não se fala aqui apenas sobre a revelação de talentos. É preciso atentar para o fato de que o esporte preenche uma lacuna social, independente do poder econômico do praticante.

Se o esporte é de fato um direito de todo cidadão, há que se exercitá-lo como princípio de bem-estar e como atitude cidadã. E a Psicologia está diretamente associada a isso.

O desenvolvimento de um campo de saber, ou de uma área de trabalho, envolve o esforço e o envolvimento de muitos espertos, amantes e curiosos, que ao seu tempo, e com os recursos disponíveis no momento em que vivem o processo, deixam marcas e marcos possíveis em uma linha tortuosa que não seria ousadia chamar de história. Da construção de teorias e métodos que expliquem um fenômeno ou objeto, à prática do exercício profissional que envolve o ser que realiza uma ação, são necessários esforços coletivos. O conhecimento longe de ser uma ação individual inspirada é antes de tudo fruto de trabalho conjunto, de troca incessante de perspectivas teóricas e, acima de tudo respeito e atenção à informação e ao conhecimento partilhado pelo e com o outro.

A produção de conhecimento é em si uma fonte geradora de inquietação e desestabilização por questionar tudo aquilo que se considera estabelecido.

A função do esporte no mundo moderno tem uma ligação íntima com dois aspectos fundamentais da vida burguesa: a disciplina — porque ensina e reafirma nas massas os limites sociais como regras e deveres — e o *fair play* — pois o esporte trivializa a vitória e o fracasso, socializa o insucesso e o êxito e banaliza a derrota. Complementando essa ideia, Brohm (1993) entende que o esporte se apresenta como uma preparação da força de trabalho para o trabalho industrial capitalista, uma vez que difunde para os indiví-

duos, desde muito cedo, o princípio do rendimento e produtividade, fazendo funcionar o corpo de acordo com os princípios tayloristas, implantando uma moral do esforço e do trabalho, contribuindo para a manutenção da exploração de classes. Apesar disso, o esporte se apresenta como politicamente neutro, favorecendo a colaboração de classes uma vez que expressa a possibilidade do diálogo leal entre os interlocutores (sociais) sob a supervisão de um árbitro imparcial (o Estado).

Guttman (1978) entende o esporte como uma forma genuína de adaptação a vida moderna e pode ser entendido como um tipo de trabalho disfarçado e desmoralizante. Apresenta ainda características como disciplina, autoridade, iniciativa, perfeição, destreza, racionalidade, organização e burocracia, provas do mimetismo e da dependência existentes entre o esporte e o capitalismo industrial.

Conforme Bourdieu (1993) algumas chaves constitutivas do dispositivo esportivo, esboçadas no século XIX, não se transformaram plenamente até meados do presente século. Uma das mudanças mais significativas teve relação com a crescente intervenção do Estado, isso porque a esportivização da sociedade constitui uma parte importante da intervenção e do desdobramento de distintas agências que, durante sua atuação, se auto definiam e recriavam. Outra leitura possível considera que desde suas origens, a atividade esportiva de alguma envergadura supõe sempre uma atividade industrial e comercial próxima, que indica que o espaço esportivo foi transformado em um setor da vida econômica e em uma área de consumo muito importante e dinâmica.

Essa condição foi alcançada graças à construção espetacular da narrativa esportiva em que a competição é uma metáfora das batalhas de então, em que adversários reais ou simbólicos serão sempre alvo de superação. Isso quer dizer que a espetacularização do esporte foi construída relacionada ao desenvolvimento da própria prática esportiva e com as intervenções e alterações propostas pelos distintos atores envolvidos. Essa narrativa, preocupada em reforçar os aspectos competitivos como igualdade e equilíbrio entre os oponentes, tem reforçado o imaginário da “batalha justa”, emocionante, de resultado imprevisível, facilitando a emergência de consciências coletivas,

identidades nacionais e protagonistas carismáticos, transformando o campo da competição em cenário de representação de atitudes heroicas de atletas que defendem uma equipe, cidade ou país (RUBIO, 2001, 2004a). Ou seja, o fazer da Psicologia do Esporte passa necessariamente pelo conhecimento do esporte como fenômeno sociocultural e toda a complexidade macroestrutural que envolve o atleta e as instituições esportivas nos quais ele está inserido e é atravessado.

Na outra ponta do ciclo vital está a velhice. O envelhecimento ativo é entendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas. A atividade física é entendida como qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que requer gasto de energia com a finalidade de manter a saúde física, mental e espiritual (OMS, 2001).

A Política Nacional da Saúde do Idoso (2003, pp. 37-48)⁵ se refere ao envelhecimento saudável como a melhoria da capacidade funcional dos idosos, sendo perfeitamente adaptável a todos os sistemas e órgãos, como prevenção e promoção da saúde. Criado com a finalidade de regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos o Estatuto do Idoso aponta que essa pessoa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Entre os direitos fundamentais da pessoa idosa encontra-se a prática esportiva e a diversão.

Diferentes estudos demonstram a importância da atividade física no processo de envelhecimento e o ganho de qualidade de vida (GOBBI, 1997; SALIN et al., 2011; FRANCHI E MONTENEGRO J.r, 2005) e também a dificuldade de adesão às práticas corporais. Pessoas que não tiveram uma relação prazerosa com a educação física e o esporte ao longo da vida tendem à sedentarização na idade adul-

5 Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>>. Acesso em:

ta e durante o envelhecimento, dificultando a adesão a programas que visam o bem-estar e a qualidade de vida.

Zago (2011) aponta que apesar da divulgação sobre a importância da prática regular de exercícios físicos e do conhecimento sobre os benefícios que essa prática gera para a saúde, os níveis de sedentarismo ainda permanecem elevados na população brasileira. Por isso torna-se fundamental a produção de campanhas que priorizem as mudanças no estilo de vida por meio do exercício físico. E aqui, uma vez mais observa-se a demanda pela psicologia do esporte.

Uma Psicologia do Esporte pautada na realidade brasileira

Embora haja evidências de que as questões psicológicas estivessem no raio de atenção da educação física e esporte no Brasil desde o princípio do século XX), a atuação e estudos de João Carvalhaes, um profissional com grande experiência em psicometria, junto ao São Paulo Futebol Clube e à comissão técnica da seleção brasileira que foi à Copa do Mundo de Futebol de 1958 e conquistou o primeiro título mundial para o país na Suécia (RUBIO, 2000a) são um marco fundamental para o campo da Psicologia do Esporte no país. Curioso ressaltar que esse trabalho se deu antes mesmo da regulamentação da profissão de psicólogo(a) em 1962. Sua intervenção junto à seleção brasileira de futebol foi amplamente reconhecida no exterior durante os anos 1960, ganhando destaque no meio acadêmico com a divulgação de seu trabalho em distintos locais.

As regras que marcavam o esporte chamado olímpico na década de 1950, tanto em âmbito nacional como internacional, caminhavam na direção do amadorismo, ditado pela Carta Olímpica. O futebol constituía-se uma exceção nesse universo visto que já se profissionalizara no Brasil e em outros países desde a década de 1920. Talvez por isso ele tenha se tornado um fenômeno distinto das demais modalidades esportivas tanto naquilo que se refere à constituição dos times e clubes – com atletas recebendo vultosas remunera-

rações para os padrões da época e comissões técnicas compostas por profissionais de várias áreas – , como pela organização de seus eventos – campeonatos nacionais e mundiais – em que as Federações da modalidade têm a autonomia para organizá-los e gerenciá-los conforme elas assim o desejarem (CARRANO, 2000; COSTA, 1999).

Essas eram as expectativas e a realidade do futebol com que se deparava João Carvalhaes em 1958. Essas eram as condições da Psicologia e do Esporte no Brasil de então. E assim, estava marcado o início da Psicologia do Esporte brasileira. Nos anos que se seguiram acumulou-se muita informação sobre indivíduos (atletas) e grupos (times) que praticavam esporte ou atividade física, sem que isso ainda representasse a constituição de um arcabouço teórico consistente (Rodrigues, 2006).

A criação da Comissão de Esporte do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em 1998, trouxe para dentro do sistema conselhos a discussão sobre esse campo de saber e a especificidade de uma atuação profissional. Desde então passou-se a construir conhecimento teórico e o entendimento dos limites profissionais até então pouco problematizados. Essa organização levou não apenas à criação da especialidade como também contribuiu para a definição das áreas de atuação.

Vale ressaltar que o termo esporte apesar de se referir a uma prática competitiva de alto rendimento e profissionalizada ou ao espetáculo esportivo, ele também contempla a atividade física de uma forma mais ampla e abrangente como as práticas de tempo livre e as atividades não regulamentadas e institucionalizadas.

Isso significa um deslocamento tanto da produção do conhecimento como da atuação profissional da(o) psicóloga(o) do esporte. Se na perspectiva do esporte competitivo a intervenção visa o melhor resultado, nas práticas de tempo livre, na iniciação esportiva, no esporte social e na reabilitação o que norteia o trabalho da(o) psicóloga(o) é a motivação e a adesão, o bem-estar psicológico e o manejo de pensamentos e sentimentos que levam a busca da atividade física e esportiva em diversos contextos sociais em cada uma dessas populações.

A diversidade sugerida pelo amplo espectro de *settings*, de populações e de expectativas sugere um suporte teórico também variado que explique os diversos fenômenos estudados (RUBIO, 2005a). Daí uma ligação estreita com a Psicologia Clínica e a Psicologia Social. Se no esporte de alto rendimento o esforço dos vários profissionais que compõem a equipe técnica está voltado para a produção da vitória, nos demais contextos esportivos a vitória pode estar identificada com a formação de um grupo para a atividade, com a permanência na prática ou com a compreensão do significado do processo que desencadeou ou culminou uma necessidade física. Essa ação específica faz com que a Psicologia do Esporte se diferencie da Psicologia no esporte.

O esporte chamado de alto rendimento é um tipo de prática que pode se relacionar ao esporte espetáculo, protagonizado pelo atleta profissional, ou ainda, a um tipo de atividade esportiva que não é necessariamente remunerada, mas que exige do praticante dedicação e rendimento que superam uma atividade de tempo livre ou amadora. É no primeiro caso que a Psicologia do Esporte tem se apresentado com maior visibilidade, levando-a a ser confundida tão somente com essa perspectiva. Isso porque, em busca do rendimento máximo de um atleta individualmente ou de uma equipe esportiva são procuradas as variáveis que podem interferir na performance, permitindo que o objetivo maior dessa atividade, ou seja, a vitória, seja alcançada.

Rubio (2005a) entende que é na busca desse objetivo que estão implicados valores próprios da sociedade atual como o trabalho alienante onde o corpo é usado e manipulado pelo próprio atleta e pela comissão técnica para alcançar o rendimento máximo, em um curto espaço de tempo, atendendo aos interesses que gravitam ao redor do espetáculo como a venda de produtos ou a imagem do patrocinador. Na concretização desse intuito está implicada a realização integral do potencial físico e emocional do protagonista do espetáculo esportivo, tendo aqui a(o) psicóloga(o) um papel determinante, uma vez que o rendimento máximo pode estar associado às habilidades e características inerentes do atleta, ou em outra direção na busca desse maximizador em componentes externos como o apoio social ou o uso de substâncias proibidas. E diante dessas

questões a(o) psicóloga(o) se depara com questões relacionadas não apenas a ética profissional, mas também com a moralidade que circunda o ambiente esportivo.

Nem todo atleta contemporâneo, entretanto, busca apenas a vitória a qualquer custo. Há praticantes da atividade esportiva que fazem outra opção, originalmente associada ao esporte, que é a superação do próprio limite. Ao conceito que pautava essa prática era dado o nome de *areté* equivalente ao latino *virtus* que representava hombridade, valor (RUBIO & CARVALHO, 2005). No sentido cavaleiresco da palavra, estava expresso o conjunto de qualidades que fazem do homem um herói, e a vitória seria a confirmação desse valor. A *areté* seria, portanto, a afirmação da condição pessoal daquele que pratica e vence um desafio, sua realização é a luta contra tudo que tente impedi-la. Essa busca não representa um individualismo egoísta que cifra ideais de amor a si mesmo, senão na busca incessante pelo absoluto da beleza e do valor. Daí a atitude de agradecimento do atleta vencedor de provas atléticas aos seus oponentes. Mais do que tê-los como inimigos, o atleta que praticava a *areté* via no adversário o parâmetro para a realização do seu próprio limite e não alguém a ser superado, vencido e humilhado. O outro era o referencial para a superação de si mesmo.

Ainda que esses valores tenham sido a referência para a reedição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna e para a institucionalização do esporte contemporâneo, parte deles foi perdido ao longo do século XX, ou substituído por apêndices incorporados às novas necessidades desse universo, levando a Psicologia a ser uma ferramenta valiosa nesse contexto.

Cagigal (1996) entendia que a Psicologia do Esporte deveria estudar o esporte como um feito humano. Ou seja, mais do que se preocupar com rendimento esportivo ela deveria promover o desenvolvimento do ser humano por meio do esporte. E aqui o esporte seria um instrumento, um meio para a descoberta e desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades.

Que finalidade teria então a preparação e o treinamento psicológicos?

Quando o lema é rendimento os esforços são direcionados para a exploração máxima das capacidades individuais e coletivas, para a

supressão dos pontos frágeis ou negativos e maximização daqueles considerados positivos e desejáveis. Nessa situação não existe qualquer referência à função pedagógica da derrota (RUBIO, 2006).

Para tanto são estudadas condutas dos praticantes em suas modalidades específicas, buscando-se investigar as relações entre as situações antecedentes e a conduta resultante no âmbito dessa atividade (BALANGUER, 1994; LLAVE, PÉREZ-LLANTADA; BUCETA, 1999). E para conseguir essa finalidade a Psicologia busca investigar, com a ajuda de procedimentos objetivos, o funcionamento do comportamento individual e social, a fim de superar as *condutas inconscientes*, substituindo-as pela observação e a experimentação (GONZÁLEZ, RODRÍGUEZ & GARCÍA, 2001).

Por outro lado, no entender de Feijó (1992) a preparação psicológica pode ir em uma outra direção. Afirma o autor que os objetivos do preparo psicológico devem coincidir com os objetivos pessoais do atleta. Isso porque existem os objetivos políticos e financeiros do clube que está investindo no atleta, os objetivos competitivos de garantir vitórias, do treinador e outras tantas preocupações dos vários profissionais que compõem a comissão técnica. Sugere o autor que o preparo psicológico do atleta que vive a situação esportiva competitiva deve estar voltado para o equacionamento entre os seus próprios interesses, e, os interesses do complexo esportivo com o qual ele precisa lidar. Muitas vezes esses interesses convergem para pontos em comum como o desejo de vitória e de aperfeiçoamento. Entretanto, certas metas são discordantes como o limite do desgaste do atleta, prêmios ou a relação treinamento/lazer. E nesse universo tão repleto de intenções, a(o) psicóloga(o) acaba por desempenhar o papel de mediador da comunicação dos distintos desejos.

EIXO 2: A constituição da Psicologia do Esporte no caminho das Políticas Públicas

Durante muito tempo a Psicologia do Esporte foi definida como o estudo do comportamento humano no contexto do esporte. Ainda que concisa essa definição traz em si conceitos que fundamentam tanto a Psicologia como o Esporte. Se por um lado entende a Psicologia como o estudo do comportamento humano, identificando-a com o behaviorismo, uma das correntes da Psicologia, inscreve o esporte como o universo de várias práticas, apesar de não o definir.

A Federação Europeia de Psicologia do Esporte (1996, p. 221) apresentou a Psicologia do Esporte como sendo:

os fundamentos psicológicos, processos e consequências da regulação psicológica de atividades relacionadas com o esporte de uma ou várias pessoas atuando como sujeito da atividade. O foco pode ser o comportamento ou diferentes dimensões psicológicas do comportamento humano (isto é, as dimensões afetivas, cognitivas, motivacionais ou sensorio motoras).

A ampliação do conceito de Psicologia do Esporte reflete a dinâmica das questões relacionadas tanto com a construção da teoria específica da área — que não pode ser vista descolada do movimento por que passam a Psicologia e o Esporte como um todo — quanto com a aplicação prática desse conhecimento, uma das razões de grandes discussões acadêmicas e distensões institucionais. Isso quer dizer que para se poder compreender a demanda criada em torno da Psicologia do Esporte como área de conhecimento e cam-

po de intervenção na atualidade (RUBIO, 1998; 1999), é imprescindível se conhecer sua história e as relações com as ciências afins, justificando uma área de conhecimento (RUBIO, 2000.a; 2000b.).

Considerada pelos neófitos como um produto dos anos oitentas, a Psicologia do Esporte conta com uma história de mais de 100 anos (McCULLAGH, 1995) e uma produção que abarca uma ampla gama de assuntos relacionados a comportamentos e estados emocionais em atividade física e esporte, em várias correntes teóricas e paradigmas.

Um exame da literatura (BRUSTAD & RITTER-TAYLOR, 1997; GILL, 1986; WEINBERG & GOULD, 2007; WILLIAMS & STRAUB, 1991) aponta que as(os) psicólogas(os) do esporte estiveram particularmente interessados na variação das dinâmicas individuais e grupais que ocorre nos contextos esportivos como um todo, bem como nas decorrências advindas de situações de práticas regulares e sazonais de atividades físicas. Para falar sobre tais variações, esses profissionais têm identificado e examinado um grande número de fatores que podem ser categorizados tanto como diferenças individuais como influência social.

As diferenças individuais referem-se tanto a traços estáveis, disposições ou características do indivíduo como idade, personalidade, ansiedade, motivação e nível de habilidade, residindo na variação dessas diferenças a explicação e predição de comportamentos de praticantes de esporte e atividade física. O que os estudos têm buscado questionar é se os fatores relacionados com o esporte ou o ambiente social podem afetar o comportamento da prática do esporte e da atividade física, e também a adesão dos participantes.

No caso de atividades coletivas, as características do grupo (tamanho, nível de coesão, composição) e o comportamento do líder do grupo (professor, técnico ou capitão) têm sido vistos como fatores que interferem no comportamento de seus componentes. Além disso, as origens sócio culturais de seus membros (etnia, classe social) e a natureza da estrutura do esporte em si (modalidade esportiva, organização de objetivos, apresentação da estrutura do programa) desempenham grande influência na dinâmica da equipe.

Durante várias décadas, reflexo de uma conduta metodológica, as pesquisas em Psicologia do Esporte analisavam a influência

de diferenças individuais e relações sociais separadamente, resultando numa série de estudos históricos, porém parciais. Acompanhando o movimento da ciência e a necessidade de se estudar os fenômenos humanos de forma relacional, Feltz (1992) apontou que evidências consideráveis têm sido acumuladas para mostrar que as características da performance individual interagem com fatores no meio social para determinar o comportamento individual em contextos específicos do esporte e da atividade física.

Considerada uma ciência e uma disciplina de aplicação relativamente jovem, a Psicologia do Esporte tem buscado desenvolver métodos e paradigmas para avançar na aproximação entre teoria e prática, grande preocupação da área nos últimos trinta anos (COHEN, 1994; HORN, 1992; POCZWARDOWSKI, SHERMAN & HENSCHEN, 1998; TENENBAUM & HACKFORT, 1997). Ou seja, durante longo período observamos, de um lado, pesquisadores encerrados em seus laboratórios produzindo pesquisa básica e, de outro, os clínicos próximos de atletas e técnicos no contexto de treinamento e competição explorando a aplicação. O resultado desse distanciamento foi que cada qual produziu a seu modo conhecimentos específicos que, conduzidos de maneira diferenciada, poderiam estar mais próximos. O paralelismo venceu a cooperação. Sabe-se que esse procedimento foi resultado de um movimento histórico que se iniciou há décadas e teve como consequência a criação de várias entidades que buscavam ser representativas da área, a diferenciação de formas de pensar e aplicar conhecimentos desenvolvidos por pesquisas básicas na prática interventiva e a distinção do que e como estudar a Psicologia do Esporte, situações que se desdobram até o presente.

Considerada como uma subárea das Ciências do Esporte (SCHILLING, 1992), que se ocupa de aspectos psicológicos da atividade física e do esporte, e uma especialidade da Psicologia (CRATTY, 1989), incorporando seus modelos teóricos e linhas de atuação, não é de surpreender que a Psicologia do Esporte tenha se ocupado apenas com elementos parciais da ciência mãe, apesar da ampla gama de possibilidades que a Psicologia tem a oferecer.

Para a APA (American Psychological Association) (1999) a Psicologia do Esporte foi reconhecida como especialidade (a de núme-

ro 47) no ano de 1986. Deve-se dizer que esse reconhecimento ocorreu após cem anos do primeiro trabalho publicado como sendo da área, passados vinte e um anos da criação da Sociedade Internacional de Psicologia do Esporte, depois de um número considerável de trabalhos produzidos e de profissionais que se especializaram pelas mais diversas vias, criando massa crítica suficiente para colocar a Associação Americana a reboque de uma afirmação da categoria profissional. A partir disso, um fato novo foi criado, ou seja, reconhecida como especialidade, a Psicologia do Esporte tornou-se área de abrangência profissional da(o) psicóloga(o), que exige formação específica para utilização e exercício do título. Se oportunidade ou oportunismo veremos a relação desse episódio com o movimento de produção científica da área.

Tida como uma especialidade da Psicologia, a Psicologia do Esporte tem sua produção dirigida para o esporte e à atividade física como “settings” (no sentido do espaço onde ocorre a ação) na compreensão da teoria psicológica e na aplicação de seus princípios.

Se Cratty (1989) e Shilling (1992) alocaram a Psicologia do Esporte junto à Psicologia, Gill (1986) defende-a compondo as Ciências do Esporte. Haag (1994) considera as Ciências do Esporte como uma teoria composta por sete campos de conhecimento — medicina esportiva, biomecânica do esporte, psicologia do esporte, pedagogia do esporte, sociologia do esporte, história do esporte, filosofia do esporte — tendo como condutor da discussão teórica a pesquisa comparativa. As Ciências do Esporte representam um sistema de pesquisa científica, ensino e prática, cujo conhecimento é formado a partir de outras disciplinas, que têm como trabalho científico e objetivo compreender um sistema complexo denominado esporte. Este fenômeno, por sua vez, é diversificado, multifacetado e deve ser visto numa linha multidimensional.

Se no Brasil há um reconhecimento do conceito Ciências do Esporte (BRACHT, 1993; 1995; TANI, 1996) isso não significa, contudo, um consenso relacionado a seu objeto de estudo ou epistemologia. Em outros países sua denominação pode variar em Ciências do Esporte (WEINBERG E GOULD, 2007; WILLIAMS E STRAUB, 1991) e Ciências do Esporte e da Atividade Física ou do Exercício

(DISHMAN, 1982; FELTZ, 1992; GILL, 1986), sendo importante reconhecer que mais que uma diferença semântica, a implicação dessa nomenclatura reside na delimitação da Educação Física como área de conhecimento (BETTI, 1996; LOVISOLO, 1996).

Feltz (1992) e Morgan (1989) sugerem que, para se compreender o fenômeno esportivo na sua complexidade, conhecimentos de outras subdisciplinas das Ciências do Esporte precisariam estar incluído na Psicologia do Esporte. Sob esse aspecto, Gill (1986) sugere que sendo as Ciências do Esporte multidisciplinar, far-se-ia necessária a aproximação com as demais disciplinas, no sentido de compor teorias, constructos e instrumentos de investigação que caminhem numa mesma direção.

A década de 1990 marcou o início um grande movimento na Psicologia brasileira movido pela busca da especificidade dentro de uma grande área que contempla saberes próximos às humanidades e às ciências biológicas, que favoreceu a criação das especialidades, e dentre elas a Psicologia do Esporte. Diferentemente de outras especialidades cujo referencial teórico nacional estava bem estruturado, a Psicologia do Esporte iniciava a sua consolidação de prática profissional, com algumas(uns) psicólogas(os) atuando em clubes e seleções nacionais pontualmente, nos incipientes projetos sociais e uma parca produção acadêmica específica para o universo da universidade brasileira. Essa ausência de referencial teórico foi a razão para a organização de um livro, produzido pelo grupo denominado Comissão de Esporte do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (RUBIO, 2000a), que no final da década de 1990 se mostrava preocupado com o demasiado apego a modelos teóricos desenvolvidos em outros países. Nessa obra buscava-se fazer não apenas uma crítica à dependência epistemológica externa, mas principalmente apontava para a diversidade criativa das(os) psicólogas(os) do esporte brasileiras(os), que afirmavam a unidade da ação, na diversidade teórica possível para pensar e fazer a Psicologia do Esporte, a partir do necessário entendimento da especificidade do esporte, e do atleta, brasileiro. Isso porque durante décadas tentou-se adaptar teorias e técnicas estrangeiras sem considerar a especificidade das instituições esportivas bem como a cultura dos atletas brasileiros.

Passadas quase duas décadas é possível se observar que essa construção avançou e se multiplicou. A busca pela alteridade provocou diversidade de formas de atuação das(os) profissionais psicólogas(os) brasileiras(os), mas principalmente, ampliou a produção acadêmica com a formação de mestres e doutores, que se dedicaram a criar métodos, protocolos e modelos de pesquisa e intervenção para o esporte e a atividade física no país.

Ressalte-se ainda que a Psicologia do Esporte brasileira segue hoje, muito proximamente, os passos, avanços e recuos tanto da Psicologia como do Esporte. Isso representa por um lado o compromisso com a construção rigorosa da teoria que fundamenta uma prática em desenvolvimento, e por outro, a instabilidade das instituições esportivas que dizem desejar o rigor da profissionalização, mas que ainda convivem com o amadorismo no gerenciamento dos clubes e grande parte das Federações e Confederações esportivas.

Resistir à inércia de multiplicar aquilo que já está constituído e sacramentado em outros países e continentes é mais do que uma ação revolucionária, é antes de tudo vital para a superação de um colonialismo acadêmico que se impõe sobre áreas de saber tidas como insipientes ou emergentes, como foi o caso da Psicologia do Esporte.

Por uma Psicologia Social do Esporte

É possível afirmar que toda manifestação esportiva é socialmente estruturada, na medida em que o esporte revela em sua organização, no processo de ensino-aprendizagem e na sua prática, os valores subjacentes da sociedade na qual ele se manifesta. Questões como o desenvolvimento da identidade do atleta, formas de manejo e controle de concentração e ansiedade, aspectos de liderança em equipe, estudadas e tratadas de maneira pontual e pragmática dentro da Psicologia do Esporte voltada para o rendimento, foram deslocadas de um contexto social maior que é o lugar e o momento que o atleta está vivendo.

Recentemente alguns estudiosos começaram a repensar a Psicologia do Esporte deslocando-a de um modelo de habilidades indivi-

duais e passaram a observar a necessidade de uma aproximação com a Psicologia Social para a compreensão e explicação desse fenômeno complexo e abrangente que é a atividade física e esportiva (BRAWLEY & MARTIN, 1995; BRUSTAD & RITTER-TAYLOR, 1997; RUBIO, 2005b).

Ainda que o referencial de Psicologia Social utilizado pelos autores norte-americanos esteja baseado em formas psicológicas que reduzem as explicações do coletivo e do social a leis individuais (BERNARDES, 1998), é possível avançar essa discussão em direção a uma Psicologia Social do Esporte, em que se busca situar o atleta e as equipes esportivas coladas a realidade social e cultural vividas (BOCK, 2001; GUARESCHI, MEDEIROS & BRUSCHI, 2003).

Nesse sentido é possível afirmar que a Psicologia do Esporte, que trata do fenômeno esportivo em toda a sua complexidade, visando à compreensão da dinâmica das relações envolvidas entre atletas, técnicos, dirigentes, mídia e patrocinadores, não é apenas uma Psicologia de rendimento de atletas e equipes, mas uma Psicologia Social do Esporte. O debate sobre a função e o papel da Psicologia do Esporte passa necessariamente pela discussão do que é o fenômeno esportivo e como tem sido construído e explorado o imaginário esportivo na atualidade. Isso porque o esporte contemporâneo, em seu processo de construção, sofreu influência das transformações socio-culturais dos diversos momentos históricos pelo qual passou, absorvendo, ao longo do século XX, uma série de características da sociedade contemporânea. O que tem sido observado nesse período é que dentre os vários fenômenos que a sociedade atual vem produzindo, o esporte tem ocupado um dos lugares mais destacados, valorizando a emergência de atitudes heroicas (RUBIO, 2004b).

Em função disso, características como secularização, igualdade de chances, especialização, racionalização, burocratização, quantificação e busca de recorde, princípios que regem a sociedade capitalista pós-industrial, marcam indelevelmente a prática esportiva, tendo o rendimento como o princípio norteador. Mas, apontar apenas o rendimento como elemento marcante do esporte contemporâneo, apresentado como um dos espetáculos da pós-modernidade seria desconsiderar outros valores que foram sendo transformados, principalmente a partir da década de 1970, ou mais precisamente com a queda em desgraça do conceito de amadorismo.

EIXO 3: Atuação da(o) Psicóloga(o) nas Políticas Públicas para o Esporte

O diálogo possível entre as diferentes linhas teóricas

A psicologia do esporte no Brasil surgiu há várias décadas como uma especialidade da psicologia geral e se desenvolveu conjuntamente com outros saberes disciplinares como especificidade de uma área maior, constituindo as chamadas ciências do esporte (RUBIO, 2011). Esses saberes, com seus diferentes graus de especialização, vão se definindo pelas demandas do contexto esportivo de competição. As necessidades, nem sempre visíveis, de troca entre eles tem como base o que cada um tem a oferecer de conhecimento acumulado somado ao posicionamento sócio-político de sua categoria de trabalhadores. Entretanto, ocorre que tornar comum um objetivo, focado na figura do atleta, se torna uma missão um tanto quanto difícil quando variados saberes apresentam diferenças da ordem da episteme e da ontologia. Acrescendo ainda o fato de quem nem toda aplicabilidade dos conhecimentos dessas respectivas áreas se dá no modelo de esporte de alto rendimento.

A temporalidade da constituição Psicologia do Esporte

Diante da polêmica criada sobre quem é e o que faz a(o) psicóloga(o) do esporte, a Psicologia do Esporte foi dividida em três áreas básicas de atividades: a pesquisa, o ensino e a clínica. Mesmo muito mais próxima das Ciências do Esporte, a Psicologia do Esporte tem uma relação com a Psicologia que não pode ser descartada

ou desprezada. Isso significa que as transformações ocorridas no processo histórico da Psicologia geral refletiram diretamente nos rumos da Psicologia do Esporte, processo semelhante que ocorre com outras áreas de conhecimento.

Landers (1983) observou que, na década de cinquenta até meados dos anos sessentas as pesquisas em Psicologia do Esporte caracterizaram-se pelo empirismo, e grande parte dos estudos voltavam-se para a investigação da personalidade.

Vale ressaltar que a Psicologia nesse período vivia um momento de afirmação como ciência, buscando formas de demonstrar quantitativamente hipóteses analíticas, contribuindo para o desenvolvimento de técnicas psicométricas que registrassem e quantificassem dados sobre o cliente que, até então, eram obtidos pela observação e acompanhamento clínico fosse num enfoque psicanalítico, fenomenológico ou comportamental. O furor métrico vivido nessa época teve reflexos importantes na Psicologia do Esporte, representando as pesquisas mais populares produzidas até então.

São desse período (FELTZ, 1992; LANDERS, 1995) muitos estudos relacionados a tipos psicológicos e traço, onde pesquisadores recorreram a atletas de níveis que variavam de equipes olímpicas a times escolares, fazendo uso de uma variada gama de testes de personalidade. Apesar do grande volume de estudos realizados durante os anos cinquenta e sessenta, a produção dessa época é marcada pela crítica à falta de sistematização, de um modelo teórico que desse suporte à seleção e análise dos testes realizados e a aceitação quase que incondicional do modelo de personalidade traço, denominando esse período como “empírico”. Landers (1995) sustenta que a área de estudo sobre personalidade em Psicologia do Esporte está repleta de estudos inconsistentes, apontando vários deles em que resultados são perigosamente generalizados a partir de amostras reduzidas ou pouco significativas.

Apesar da inconsistência dos modelos teóricos e metodológicos, o principal alvo de crítica dos estudos realizados então era a utilização de um modelo estatístico uni variado, que tornava os estudos suscetíveis de falsas conclusões como, por exemplo, não haver diferença significativa numa determinada comparação quando, de

fato, existia a diferença se utilizado uma outra forma de análise dos dados, — multivariada (LANDERS, 1995).

As críticas às pesquisas sobre personalidade provocaram, temporariamente, um desencantamento com esse tema, hoje consideradas exageradas, pois esses estudos serviram como ponto de partida para uma série de investigações que vieram a acontecer de forma bem-sucedida posteriormente. Um dos principais críticos dos trabalhos dessa época, Martens (1970; 1979) começou a desenvolver o uso da análise social que combinava métodos empíricos com teoria, iniciando a testagem de teorias psicológicas no contexto da performance motora, sendo seguido por vários outros pesquisadores. Muitos desses estudiosos conduziram suas pesquisas em laboratórios e esse período representou o segundo grande estágio na história da pesquisa em Psicologia do Esporte.

Um número considerável de pesquisas foi conduzido durante os anos 1965-1980 e o paradigma típico, desenvolvido em laboratório, envolvia as teorias da psicologia do comportamento humano, a facilitação social e seu teste aplicado na performance de habilidades motoras (LANDERS, SNYDER-BAUER & FELTZ, 1978; MARTENS, 1970; ROBERTS, 1974; SMITH, SMOLL & CURTIS, 1979). Esse procedimento relacionava-se diretamente à formação de pesquisadores da Psicologia do Esporte, oriundos de faculdades de Educação Física, mais especificamente dos programas de doutoramento em desenvolvimento motor. Os assuntos mais comumente estudados nesse período foram a testagem de um ponto da teoria da facilitação social relacionada com a manipulação de variáveis independentes em contextos de laboratório, usando novas tarefas motoras para minimizar os efeitos de uma prática prévia.

Ainda que o conceito de facilitação social tenha sido desenvolvido por Allport na década de vinte para definir a relação estímulo-resposta, considerando o estímulo como o sinal ou o som de alguém realizando uma mesma tarefa, é na produção de Zajonc (apud BRAWLEY & MARTIN, 1995; FELTZ, 1992) que os pesquisadores da Psicologia do Esporte vão se basear para referenciar a produção sobre facilitação social.

Chamada de *drive theory*, a facilitação social para Zajonc dizia que o fenômeno da facilitação social associado à essa teoria oferecia

a possibilidade de compreensão das hipóteses relacionadas com a aquisição ou performance de vários comportamentos que ocorrem na presença de audiência. Condições de mínima presença social foram examinadas para considerar seu impacto sobre a produção de ativação fisiológica que reforçavam uma resposta dominante. A resposta dominante da tarefa complexa é, de início, resposta incorreta para torna-se correta quando a habilidade estiver plenamente desenvolvida.

No âmbito da Psicologia Geral esse período é marcado pelo auge do behaviorismo radical, nos Estados Unidos, que influenciou grande parte dos estudos nas várias áreas da psicologia, levando-a inclusive a ser definida como a ciência do comportamento humano, e não mais como o estudo do inconsciente.

O behaviorismo radical (KELLER, 1973; 1974; SKINNER, 1976) já havia explicado nas décadas de trinta e quarenta que a *drive theory* estava associada a uma operação que estabelecia um comportamento, ou seja, um indivíduo apresenta um comportamento assertivo porque recebeu algum tipo de reforçamento no passado, levando-o a valorizar sua reprodução; ou em outra circunstância, desenvolveu — ou criou — um comportamento para superar uma situação desconhecida ou adversa.

Porém, foi Martens (1979) quem iniciou uma série de estudos experimentais sobre facilitação social usando tarefas com habilidade motora, abrindo caminho para que vários outros pesquisadores se ativessem aos estudos com tarefas motoras, variando a tarefa, a audiência e as características subjetivas dos indivíduos. Suas descobertas eram tantas quantas as variáveis estudadas. Revisores dessas pesquisas (BOND & TITUS, 1983; CARRON, 1980; COTRELL, 1972; LANDERS, SNYDER-BAUER & FELTZ, 1978) concluíram que as evidências da *drive theory* a respeito dos efeitos da facilitação social não são conclusivos, além do que a extensão dos efeitos da facilitação social na performance motora é consideravelmente pequena.

Um outro aspecto da pesquisa em facilitação social considerado problemático pelos pesquisadores é a questão da ativação. Ainda que se possa perceber a presença e medir a ativação automática empregada em um movimento, não se tem clareza que padrão de resultados foi obtido. Vários estudos apresentaram aumento de ativação

com a presença de audiência, mas a informação não era processada. Revisores como Bond & Titus (1983), Carron (1980) e Landers et al. (1978) acreditaram que o principal problema dos estudos sobre ativação residia na sua natureza específica e individual, e que a dificuldade em mensurar os experimentos, a inconsistência dos resultados e a pequena variação dos efeitos da audiência levaram muitos pesquisadores a abandonarem os estudos sobre facilitação social em detrimento de outras linhas de pesquisa da psicologia aplicada ao esporte.

Como alternativa a essas dificuldades apontadas, Carron (1980) apresentou a hipótese do U-invertido onde o aumento progressivo da performance — como nível de ativação individual — chega a um estado ótimo, além do qual acontece uma diminuição progressiva da performance eficiente, influenciando grande parte dos estudos realizados na década de setenta sobre ativação, enfrentando, porém, o mesmo problema que outros estudos nas pesquisas sobre facilitação social que era a incapacidade de abarcar questões estudadas a partir de sua natureza multidimensional.

As pesquisas realizadas nesse período foram caracterizadas pela testagem das teorias psicológicas nos contextos do domínio motor e de laboratório (FELTZ, 1992). No entanto, percebeu-se que os resultados alcançados por esses experimentos não eram significativos e sua generalização era questionável no ambiente esportivo e com o atleta individualmente. Esse estado de coisas levou a uma insatisfação de pesquisadores em relação aos estudos realizados em laboratório com orientação em psicologia do comportamento, dando início a uma fase de estudos voltados para uma perspectiva cognitivista.

Entre os anos setentas e oitentas uma grande variedade de modelos teóricos sobre personalidade e esporte, facilitação social, ativação e performance, e motivação foram propostos como resposta à insatisfação geral com aquilo que era considerado simplista e mecânico na perspectiva da *drive theory* para explicar comportamentos humano complexos. Ao mesmo tempo havia uma insatisfação com a orientação dada a pesquisas realizadas em laboratórios de Psicologia do Esporte que tinham caracterizado a década anterior. Isso levou muitos investigadores a defender o uso de um novo campo metodológico de pesquisa.

Martens (1979), particularmente, apontou as limitações dos estudos de laboratório e sugeriu uma aproximação entre o laboratório e as situações práticas para observar comportamentos de forma mais pontual e entender o verdadeiro mundo do esporte. A publicação desse artigo estimulou muitos pesquisadores a buscarem formas de pesquisa que aproximassem os estudos de laboratório com a realidade da prática cotidiana. Sua dúvida de que apenas a manipulação de variáveis em contextos experimentais pudesse cartografar o comportamento humano levaram-no a um compromisso de pesquisa em que contextos naturais passaram a ser considerados nas transformações de comportamentos e vice-versa.

Contudo, conforme apontou Landers (1983) muitos pesquisadores interpretaram erroneamente a proposta de Martens e abandonaram os testes da teoria, e os laboratórios, para se transformarem em aplicadores ou práticos de intervenção. Alguns pesquisadores conduziram estudos descritivos em situações de campo, sem, porém, testá-los como sugeria Martens, perdendo-se os referenciais teóricos. Outros pesquisadores passaram a enfatizar estudos de intervenção aplicada a temas como prática mental, imaginação, técnicas de controle de estresse e *biofeedback*, apresentando o inconveniente de que essa metodologia clínica aplicada em circunstâncias esportivas carecia de um referencial teórico consistente dentro da Psicologia Geral. Em situações onde a teoria pôde ser testada de forma criteriosa, a abordagem cognitiva alcançou progressos significativos e um grande número de simpatizantes.

Em cada uma das fases descritas, pesquisadores partiram de objetos de estudo da Psicologia para produzir um conhecimento próprio da Psicologia do Esporte (personalidade, motivação, traço, facilitação social, assertividade). O resultado desses esforços culminou em teorias e métodos inacabados por não abarcarem de maneira integral o sujeito ou o fenômeno estudado, levando esses pesquisadores a abandonarem a área de investigação ou a metodologia adotada em busca de novos objetos e objetivos de pesquisa. Esse padrão histórico tem contribuído para que vários programas de pesquisa apresentem dificuldade em se manter produtivos, dificultando a criação de um referencial teórico amplo para a área, atrasando o avanço e o crescimento da Psicologia do Esporte.

Para que se desvende uma teoria é necessário conhecer mais que as publicações científicas. É preciso a compreensão de seu contexto histórico e desdobramentos do que num momento foi “linha” e depois se tornou “crítica”. Ao longo de um século de vida a Psicologia do Esporte já conta com um volume considerável de conhecimento produzido e com uma dúvida que paira sobre psicólogas(os) e estudiosos da área: afinal a Psicologia do Esporte é uma subárea das Ciências do Esporte ou especialidade da Psicologia? Ao que tudo indica a resposta a essa pergunta ainda está longe de ser dada. Os estudiosos envolvidos com o ensino e a pesquisa tenderão a responder que pertence à primeira enquanto que psicólogas(os) afirmarão que pertence à segunda. Reserva de mercado, embates ideológicos e escolhas acadêmicas influenciarão diretamente essa resposta, que pouco contribuirá para seu desenvolvimento.

Ao observarmos atentamente o movimento ocorrido nas últimas décadas se pode perceber que a Psicologia do Esporte acompanhou de perto a dinâmica ocorrida na Psicologia Geral, ou seja, o objeto de estudo foi o ser humano, seu comportamento e subjetividade, no contexto esportivo ou de atividade física. No entanto, a forma de se analisar esse fenômeno seguiu de perto os caminhos e influências ditados pela Psicologia Geral, independente do país onde essa produção ocorreu.

De acordo com Rubio (1998; 1999) não se deseja, com isso, afirmar que a área ande no encalço de uma “ciência mãe” e que isso signifique a reprodução de um modelo pronto e consagrado. Arriscaríamos, isso sim, afirmar que a Psicologia do Esporte vem confirmar a necessidade de ampliação de fronteiras para a compreensão da complexidade humana, no contexto esportivo. Tanto isso ocorre que ao nos depararmos com alguns artigos referentes a modalidades esportivas coletivas ou grupos onde se pratica atividade física perguntamos se aquela análise é psicológica ou sociológica, se as reflexões sobre a gênese do movimento intencional são da antropologia ou da filosofia ou se o estudo de uma disfunção orgânica é do âmbito da medicina ou da fisiologia do esporte.

Em um momento onde os esforços se concentram na busca daquilo que nos unifica — as nações, os interesses econômicos, as

proximidades culturais — definir as fronteiras em uma área estaticamente seria caminhar na contramão da história. É fato que o corporativismo é uma forte motivação (quase arriscaríamos dizer que é motivação intrínseca) para a demarcação dessas fronteiras e também um grande impedimento para o avanço das discussões. Grande parte da literatura aponta que o futuro reside na interface, interface essa que permite à Psicologia do Esporte estudar o indivíduo no contexto esportivo e da atividade física tanto nos aspectos que remetem ao fenômeno da subjetividade como das relações sociais, respeitando as diferenças teóricas, porém exigindo rigor metodológico.

É inegável a proximidade da Psicologia do Esporte com a Psicologia no Esporte.

Durante quase três décadas grande parte da produção acadêmica da área era produto da Psicologia no Esporte. Esse quadro apresentou uma grande transformação no final da década de 1980, com a busca dos interessados pela formação específica em outros países e a posterior organização de grupos de estudo e instrução de psicólogas(os) brasileiras(os). Como reflexo dessa “formação estrangeira” o que se viu no princípio foi a utilização de instrumentos de avaliação e técnicas de intervenção à semelhança do que se fazia nos países onde foram desenvolvidos. Mas, diante da especificidade do esporte e da realidade brasileiros, esses instrumentos e técnicas foram sendo adequados e adaptados tanto às condições das instituições esportivas como às variações culturais presentes na vida dos atletas e cidadãos brasileiros.

O resultado dessa busca pela alteridade pode ser observado na diversidade de formas de atuação. Partindo da psicanálise, do cognitivismo, do behaviorismo radical, do psicodrama, da psicologia social, da psicologia analítica ou da *gestalt* como referencial teórico, um grupo crescente de psicólogas(os) tem se dedicado a desenvolver a Psicologia do Esporte brasileira, considerando as particularidades das modalidades no país e dos atletas que convivem com uma realidade específica.

A reflexão sobre essas muitas Psicologias do Esporte sofreu uma aceleração desde a criação do registro de especialista em Psicologia do Esporte a partir de 2000, quando os profissionais da área

se aproximaram na tentativa de trocar experiências e apresentar as diversas formas de pensar e fazer esse campo.

Na resolução CFP n.º 013/2007 (CRPSP, 2018) que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Define o campo e as atribuições da(o) psicóloga(o) do esporte como:

A atuação da(o) psicóloga(o) do esporte está voltada tanto para o esporte de alto rendimento, ajudando atletas, técnicos e comissões técnicas a fazerem uso de princípios psicológicos para alcançar um nível ótimo de saúde mental, maximizar rendimento e otimizar a performance, quanto para a identificação de princípios e padrões de comportamentos de adultos e crianças participantes de atividades físicas. Estuda, identifica e compreende teorias e técnicas psicológicas que podem ser aplicadas ao contexto do esporte e do exercício físico, tanto em nível individual — o atleta ou indivíduo praticante — como grupal — equipes esportivas ou de praticantes de atividade física. Sua atuação é tanto diagnóstica, desenvolvendo e aplicando instrumentos para determinação de perfil individual e coletivo, capacidade motora e cognitiva voltada para a prática esportiva, quanto interventiva atuando diretamente na transformação de padrões de comportamento que interferem na prática da atividade física regular e/ou competitiva. Realiza estudos e pesquisas individualmente ou em equipe multidisciplinar, observando o contexto da atividade esportiva competitiva e não competitiva, a fim de conhecer elementos do comportamento do atleta, comissão técnica, dirigentes e torcidas; realiza atendimentos individuais ou em grupo, empregando

técnicas psicoterápicas adequadas à situação, com o intuito de preparar o desempenho da atividade do ponto de vista psicológico; elabora e participa de programas e estudos de atividades esportivas educacionais, de lazer e de reabilitação, orientando a efetivação do esporte não competitivo de caráter profilático e recreacional, para conseguir o bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos; desenvolve ações para a melhoria planejada e sistemática das capacidades psicológicas individuais voltadas para otimizar o rendimento de atletas de alto rendimento bem como de comissões técnicas e dirigentes; participa, em equipe multidisciplinar, da preparação de estratégias de trabalho objetivando o aperfeiçoamento e ajustamento do praticante aos objetivos propostos, procedendo ao exame de suas características psicológicas; participa, juntamente com a equipe multidisciplinar, da observação e acompanhamento de atletas e equipes esportivas, visando ao estudo das variáveis psicológicas que interferem no desempenho de suas atividades específicas como treinos e competições. Orienta pais ou responsáveis nas questões que se referem a escolha da modalidade esportiva e a consequente participação em treinos e competições, bem como o desenvolvimento de uma carreira profissional, e as implicações dessa escolha no ciclo de desenvolvimento da criança. Colabora para a compreensão e transformação das relações de educadores e técnicos com os alunos e atletas no processo de ensino e aprendizagem, e nas relações inter e intrapessoais que ocorrem nos ambientes esportivos. Colabora para a adesão e participação aos programas de atividades físicas da população em geral ou portadora de necessidades especiais.

Apesar do crescimento incontestável vivido pela área principalmente nas últimas décadas, muito ainda está para ser feito tanto no que se refere à formação específica da(o) psicóloga(o) do esporte, como em relação ao reconhecimento da importância e necessidade desse profissional nas diversas frentes em que ele pode atuar. Prova disso é ainda a pouca oferta de disciplinas obrigatórias na grade curricular dos cursos de graduação e a ausência de áreas específicas da especialidade em programas de pós-graduação.

Entretanto, caminhando *pari passu* com a Psicologia Geral, pode-se observar o desenvolvimento não de uma, mas de várias Psicologias do Esporte, distintas umas das outras por causa do referencial teórico que sustenta essa produção acadêmica e a diversidade do exercício dessa prática profissional (RUBIO, 2007a). Isso nos leva a necessidade de esclarecer que nem toda psicologia aplicada ao esporte é psicologia do esporte.

Delimitação dos campos de atuação

É comum associar a Psicologia do Esporte a um tipo de prática esportiva que tem a vitória como objetivo e a televisão como veículo de divulgação de resultados. Nessa dinâmica a(o) psicóloga(o) é visto como aquele profissional que tem como obrigação fazer com que o protagonista do espetáculo, no caso o atleta, renda o máximo. Essa perspectiva tem sido alvo de críticas visto que, nem o esporte de alto rendimento é o único nicho da(o) psicóloga(o) do esporte, nem a busca do primeiro lugar é seu único objetivo (COMISSÃO DE ESPORTE DO CRP-SP, 2000; LUCCAS, 2000).

O espetáculo esportivo mescla sonho, política e grandes investimentos, na medida em que desde as competições regionais até as internacionais revelam no balanço do quadro de medalhas as discrepâncias que diferenciam as nações, tanto em nível econômico, político-ideológico quanto sociocultural. Os feitos realizados por atletas, considerados quase sobre-humanos para grande parcela da população, somados ao tipo de vida regrada a que são submetidos contribuem para que sua imagem heróica se sedimente (GONZÁLEZ, FERRANDO, RODRÍGUEZ, 1998; BROHM, 1993; RUBIO, 2001; 2002b).

O chamado esporte de alto rendimento busca a otimização da performance numa estrutura formal e institucionalizada. Nessa estrutura a(o) psicóloga(o) atua analisando e transformando os determinantes psíquicos que interferem no rendimento do atleta e/ou grupo esportivo (BARRETO, 2003; MARTIN, 2001, VALLE, 2003).

Mas, a Psicologia do Esporte não se limita a atuar apenas junto a esse restrito grupo. Se a atividade esportiva for considerada para além da prática competitiva é possível dizer que o público alvo da Psicologia do Esporte é também constituído por pessoas ou grupos que praticam exercício regular ou que treinam regularmente para competições, mas com o objetivo de chegar ao final da prova ou superar a própria marca, e não necessariamente um adversário. As chamadas práticas de tempo livre e de lazer têm como desafio maior sobrepor as questões cotidianas para a manutenção da prática da atividade (RUBIO, 2005a). Esse grupo é constituído, por exemplo, por corredores de longas distâncias que desejam participar de uma maratona ou de uma prova tradicional, são equipes de corrida de aventura que desejam aperfeiçoar as relações interpessoais na superação das dificuldades inerentes à convivência intensa desse tipo de prova, são equipes de veteranos que descobriram o prazer de formar um grupo e participar de torneios ampliando o círculo de amizades. Encontram-se também nessa categoria as pessoas e grupos que frequentam os equipamentos públicos — parques e centros esportivos — para realizar atividade física, por escolha ou indicação, e têm como maior desafio encontrar motivação para aderir à atividade.⁶

Além dessa população, a(o) psicóloga(o) do esporte também atua junto ao chamado esporte escolar que pressupõe a relação do praticante do esporte com o ambiente da escola, nos mais variados graus (RUBIO, 2004b). Apesar de pouco explorada no Brasil essa vertente da Psicologia do Esporte é muito desenvolvida nos Estados Unidos que tem nos colégios e universidades o *locus* privilegiado para a formação dos futuros profissionais. Nossos campeonatos escolares têm sido um espectro do modelo americano, uma vez que parte dos atletas que compete nessa categoria é contratada apenas

6 Disponível em: <www.pol.org.br/colunistas>. Acesso em:

para defender equipes colegiais sem ter vínculo acadêmico com a escola, gerando graves distorções entre os alunos. Por outro lado, as equipes formadas por alunos regulares padecem com o desnível gerado pela condição privilegiada dos ‘contratados’. Ou seja, há os alunos-atletas e os atletas-quase-alunos. No ambiente universitário a dinâmica é um pouco diferente. Existem disputas entre faculdades que se tornaram tradicionais e carregam anos de rivalidade construída por times e torcida. Há ainda os torneios nacionais de diversas faculdades do mesmo curso, como é o caso do Interpsi. Outro exemplo são os Jogos Universitários Brasileiros (JUB’s), que têm demonstrado excelente nível técnico, com atletas que tentam equacionar prática esportiva, atividade acadêmica e falta de apoio. Nesses casos a intervenção da(o) psicóloga(o) se dará considerando a faixa etária do atleta, o tipo de competição e de instituição à qual a equipe está associada, sugerindo uma diversidade de atuação e a ausência de um padrão ou modelo pré-determinado.

A iniciação esportiva configura-se ainda como um campo privilegiado da intervenção da(o) psicóloga(o). É crescente o número de crianças envolvidas em atividades esportivas pedagógicas e competitivas. A prática esportiva tem sido apontada como um importante elemento na educação e socialização de crianças e jovens. Dentre as muitas razões alegadas para o desenvolvimento esportivo de crianças e jovens encontram-se o divertimento, o aperfeiçoamento de habilidades e a convivência com amigos. Entretanto a aprendizagem de habilidades motoras que pode levar ao desenvolvimento do gesto esportivo tem despertado profundo interesse nas(os) psicólogas(os) do esporte. Isso porque a iniciação esportiva apresenta grandes desafios relacionados diretamente ao desenvolvimento de habilidades físicas específicas que permitirão a prática especializada de modalidades esportivas ou a adesão ao hábito do exercício físico. Como e em que momento realizar esse trabalho são as controvérsias encontradas na literatura especializada (BELLÓ, 1999; SCALON, 2004; RUBIO, KURODA, MARQUES, MONTORO, QUEIROZ, 2000). Isso porque há autores que defendem a especialização em idade precoce, enquanto outros apresentam o argumento da necessidade de conhecimento de um amplo espectro de habilidades motoras antes da escolha e fixação em modalidades específicas. Além

das questões relacionadas com a criança e a atividade esportiva em si há outras questões que gravitam nesse universo como a influência exercida pelos pais, tanto na escolha da modalidade como na opção pela competição, e a relação criança-professor. Diante de tantas possibilidades é possível dizer que a escolha de uma modalidade esportiva e o sucesso no seu desempenho pode ser motivado por mais de uma das razões apontadas e que a adesão à prática e o bom desenvolvimento nela, que pode resultar em profissionalização, é um processo que envolve muitos fatores. A figura do técnico/professor é mais um elemento que pode determinar a adesão ou o abandono da prática esportiva.

Mas os campos de atuação contemplam ainda a reabilitação e os projetos sociais. No contexto do esporte é possível entender como reabilitação o período de recuperação de um atleta de uma situação cirúrgica ou de uma lesão (CAMPOS, ROMANO, NEGRÃO, 2000; RUBIO & GOODY MOREIRA, 2007; SILVA, RABELO e RUBIO, 2009). Isso implica o acompanhamento, juntamente com a equipe médica e fisioterápica, de todo o processo clínico, pré e pós-cirúrgico, e na preparação emocional para o retorno a treinos e competições. Isso porque não é raro acontecer de o atleta estar pronto, do ponto de vista físico, para voltar à ativa, mas não conseguir desempenhar a contento suas habilidades. Essa dificuldade pode estar associada ao medo de reviver o momento da lesão e todo seu processo de recuperação. Nesses casos, um retorno precipitado pode levar à recorrência da lesão, dificultando ainda mais a continuidade de uma carreira profissional esportiva. Entende-se também por reabilitação os cuidados com pessoas que sofrem algum tipo de acidente ou trauma e que passam a necessitar de atividade física regular para o transcorrer de sua vida. Encontram-se nesse grupo pessoas hipertensas, com problemas coronarianos ou que passaram por acidente vascular cerebral, obesos que estão sob os cuidados médicos e precisam cumprir um programa de atividade física. Muitas vezes essas pessoas tiveram no passado uma relação pouco prazerosa com a prática de exercícios físicos, e no presente, diante da obrigatoriedade da atividade, precisam de uma assessoria no sentido de compreender o porquê dessa condição. É comum que o *setting* desse tipo de atendimento seja o local da própria atividade,

diferenciando-se da intervenção em psicologia hospitalar. Pode-se entender também como atividade de reabilitação em psicologia do esporte o atendimento a portadores de necessidades especiais que têm na prática esportiva regular uma forma de busca de bem-estar e também de socialização.

Entretanto, se essa prática se torna competitiva, normalmente, os procedimentos adotados são os do alto rendimento, uma vez que o objetivo a ser alcançado é o resultado, a vitória.

Uma outra área que tem se apresentado à(ao) psicóloga(o) do esporte como muito promissora são os chamados projetos sociais (Di PIERRO & SILVESTRE DA SILVA, 2003; SILVA, 2007). Em sua grande maioria, a proposta desses projetos é de uso do esporte como meio de socialização de crianças e jovens e, no caso dos mais talentosos e habilidosos, de encaminhamento para instituições esportivas para desenvolvimento desse potencial. Nesse contexto a intervenção da(o) psicóloga(o) está voltada para o desenvolvimento de habilidades sociais, de cidadania e de formação de uma outra identidade. Diante disso, a apropriação de conhecimentos de educação e da educação física são fundamentais no desenvolvimento de atividades tanto com os usuários do projeto como com a equipe de profissionais que trabalha e atende esse público. Ainda que sob a denominação *projeto social* as propostas de atuação podem ser bastante distintas, umas tendendo mais à filantropia e à ‘ajuda’ ao usuário, restringindo a intervenção a um acompanhamento dos problemas emergentes, ou mais pedagógica em que o tempo e o espaço disponíveis para a intervenção objetivem uma proposta transformadora. Em ambas as situações a que se ter muito nítido que o vínculo da(o) psicóloga(o) com a instituição e seus usuários é a atividade esportiva.

Durante quase três décadas o trabalho prático e a produção acadêmica da Psicologia do Esporte pautavam-se em modelos teóricos desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa (CRUZ, 1997; WEINBERG & GOULD, 2007). Mas, diante da especificidade do esporte brasileiro, tentou-se adaptar esses instrumentos e técnicas tanto às condições das instituições esportivas como às variações culturais presentes na vida dos atletas brasileiros sem, contudo, se chegar a um

modelo próprio de avaliação e intervenção. Esse quadro apresentou uma grande transformação no final da década de 1980, com a busca dos interessados pela formação específica e a posterior organização de grupos de estudo e instrução de psicólogas(os) brasileiras(os).

O resultado dessa busca pela alteridade pode ser observado na diversidade de formas de atuação específicas do Brasil. Partindo da Psicanálise, do cognitivismo, do behaviorismo radical, do psicodrama, da Psicologia Social, da Psicologia Analítica ou da Gestalt como referencial teórico, um grupo crescente de psicólogas(os) tem se dedicado a desenvolver a Psicologia do Esporte brasileira. A consequência desse esforço pode ser observada no desenvolvimento de métodos específicos de psicodiagnóstico e intervenção, considerando as particularidades das modalidades no país e dos atletas que convivem com uma realidade específica (ANGELO, 2000; FRANCO, 2000; MATARAZZO, 2000; PEREIRA, 2003; SILVA, 2007). Permanece atual a afirmação de que “nem toda Psicologia aplicada ao Esporte é Psicologia do Esporte” (RUBIO, 2011).

A Psicologia do Esporte tem como meio e fim o estudo do ser humano envolvido com a prática do exercício, da atividade física e esportiva competitiva e não competitiva, muito embora nem sempre tenha prevalecido essa perspectiva entre estudiosos e práticos da área (RUBIO; 2000a; 2003a). Esses estudos podem abarcar os processos de avaliação, as práticas de intervenção ou a análise do comportamento social que se apresenta na situação esportiva a partir da perspectiva de quem pratica ou assiste ao espetáculo (MARQUES & KURODA, 2000; MARKUNAS, 2000; MARTINI, 2000).

No caso das modalidades individuais, em que o foco da intervenção é o próprio atleta e sua atuação, atividades voltadas para a concentração, o controle da ansiedade e o manejo das variáveis ambientais costumam ser os principais objetivos da intervenção psicológica. No entanto, a forma e o tempo que esse trabalho levará para ser desenvolvido irão variar conforme o referencial teórico da(o) psicóloga(o) que o aplica. As práticas podem envolver visualização, relaxamento, modelagem de comportamento, análise verbal, inversão de papéis, técnicas expressivas ou corporais (EBERSPÄCHER, 1995; VALDES CASAL, 1996).

Por outro lado, as modalidades coletivas têm como foco da intervenção as relações grupais, a formação de vínculo e organização de liderança, e aqui também a diversidade de procedimentos é grande. São amplamente utilizados os jogos dramáticos advindos do psicodrama, o desenvolvimento de autoconhecimento por meio das técnicas de sensopercepção, bem como procedimentos verbais originários da Psicanálise de grupos (ANGELO, 2002; DOBRANSZKY, 2006; RUBIO, 2003b).

Mas, a Psicologia do Esporte não é feita apenas dos aspectos relacionados com a prática esportiva. Ela também é feita do estudo do fenômeno esportivo a partir do referencial da Psicologia Social (BRAWLEY & MARTIN, 1995; BRUSTAD & RITTER-TAYLOR, 1997; RUBIO, 2004A, 2007A; RUSSEL, 1993), e nisso os estudos recentes realizados no Brasil têm se destacado no cenário internacional.

Entende-se como avaliação psicológica no esporte o processo de psicodiagnóstico esportivo, cuja finalidade maior é o levantamento de aspectos particulares do atleta, ou da equipe esportiva, na relação com a modalidade escolhida ou praticada. Isso significa um conjunto de procedimentos que envolvem entrevistas, testes objetivos e projetivos, cuja meta é determinar o nível de desenvolvimento de funções e capacidades para a prática esportiva ou atividades físicas e de lazer (RUBIO, 2007b).

A avaliação psicológica de atletas e a construção de perfis é um dos procedimentos que maior visibilidade dá à(ao) psicóloga(o) do esporte e maior expectativa cria em comissões técnicas e dirigentes. É também uma das grandes preocupações dos profissionais da área por envolver procedimentos éticos ditados pelo Conselho Federal de Psicologia. O processo de avaliação psicológica no esporte é conhecido como psicodiagnóstico esportivo e está relacionado diretamente com o levantamento de aspectos particulares do atleta ou da relação com a modalidade escolhida. As investigações de caráter diagnóstico têm como objetivo determinar o nível de desenvolvimento de funções e capacidades no atleta com a finalidade de prognosticar os resultados esportivos. No esporte de alto rendimento, o psicodiagnóstico está orientado para a avaliação de características de personalidade do atleta, para o nível de processos psíquicos, os estados

emocionais em situação de treinamento e competição e as relações interpessoais. Com o resultado do diagnóstico pode-se chegar a conclusões referentes a algumas particularidades pessoais ou grupais que oferecem subsídios para se fazer uma seleção de novos atletas para uma equipe, para mudar o processo de treinamento, individualizar a preparação técnico-tática, escolher a estratégia e a tática de conduta em uma competição e otimizar os estados psíquicos.

Os métodos utilizados para esse fim podem ser tanto da categoria de análise de particularidades de processos psíquicos nos quais se enquadram os processos sensoriais, sensoriais-motores, de pensamento, mnemônicos e volitivos como os de ordem psicossociais nos quais são estudadas as particularidades psicológicas de um grupo esportivo, buscando revelar e explicar sua dinâmica (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO, 2000; LUCCAS, 2000).

Diferentemente de outras áreas da Psicologia nas quais já foram desenvolvidos e validados um grande número de instrumentos de avaliação, a Psicologia do Esporte ainda busca desenvolver conhecimento específico e isso tem acarretado alguns problemas bastante sérios (ANGELO; RUBIO, 2007). Um deles é a utilização de instrumentos advindos da avaliação em Psicologia Clínica ou da área educacional com finalidades específicas, como detecção de distúrbios emocionais, perfis psicopatológicos ou quantidade de inteligência, próprios e necessários para os fins que foram desenvolvidos. O outro é a importação de instrumentos de psicodiagnóstico esportivo desenvolvidos em outros países e aplicados sem adaptação à população brasileira, que apresenta condições físicas e culturais distintas de outras populações. Diante disso, questões de ordem ética têm emergido para reflexão sobre o uso e abuso de resultados obtidos por meio de instrumentos de avaliação psicológica no esporte.

Se naquilo que se refere ao psicodiagnóstico esportivo a Psicologia do Esporte brasileira ainda busca sua maturidade, é na prática da intervenção psicológica junto a atletas e equipes que se pode observar a multiplicidade de perspectivas e o seu vigor. Isso porque após observar que a aplicação simples de experiências internacionais não alcançava os mesmos resultados, psicólogas(os) brasileiras(os) passaram a desenvolver estratégias de intervenção

considerando as características específicas da população e do local onde a prática ocorria. Isso levou a criação de novos métodos e a apresentação de resultados, o que passou a despertar a atenção e curiosidade de colegas de outros países. Resta ainda superar a barreira da língua para que esses trabalhos ganhem a visibilidade e projeção que já conquistaram no terreno aplicado.

O compromisso social da Psicologia do Esporte vem sendo construído com a participação de psicóloga(o)s de todo o país em diferentes projetos, áreas e campos de atuação, com representantes de diferentes abordagens que constitui a Psicologia. Com partícipes presentes no ensino, na pesquisa e na intervenção, suas práticas se consolidaram nos últimos setenta anos. No princípio o que caracterizou a área foram os registros das intervenções em equipes esportivas e estudos de caso, o que demandou formação autodidata no contexto esportivo. Somente na última década é que alguns professores de Pós-Graduação em Psicologia começaram a se sensibilizar por projetos relativos ao tema. Isso levou a formação de grupos de estudo e pesquisa, a criação de cursos de especialização, promovendo a visibilidade de ações que contribuíram para o desenvolvimento do esporte brasileiro.

A última década foi considerada a era dourada do esporte brasileiro com a realização dos Jogos Pan-americanos, Jogos Mundiais Militares, Copa do Mundo de futebol e Jogos Olímpicos. Em todas essas ocasiões houve a inclusão de psicólogas(os) do esporte em equipes ou no acompanhamento individual de atletas. É inegável o avanço obtido por essa experiência tanto em nível teórico como prático. O conhecimento das especificidades de nossos atletas, bem como de suas trajetórias de vida são o maior legado desse período, contribuindo para a reserva de conhecimento do esporte brasileiro. Os desdobramentos dessa experiência multiplicam-se na esfera das práticas de tempo livre, na iniciação esportiva, bem como nos projetos sociais.

Cabe à(ao) psicóloga(o) estar atento à posição de vulnerabilidade a qual o sistema esportivo coloca o atleta, bem como os jovens e as crianças em seu processo formativo. Atuar como Psicóloga(o) do Esporte significa considerar as necessidades individuais para o desempenho de uma tarefa dentro de um contexto de alta comple-

xidade, na qual é preciso proteger o atleta diante da exposição a riscos a sua integridade física e psicológica.

O compromisso da(o) psicóloga(o) deve superar o resultado de uma partida ou campeonato, porque sua prática está vinculada a uma concepção de ser humano não-utilitarista, não-mecanicista e também não-imediatista. A orientação do trabalho da(o) psicóloga(o) está dada no Código de Ética Profissional do Psicólogo e quando se trata de trabalho em equipes multidisciplinares garante o Código de Ética do Psicólogo, em seu artigo 14:

o Psicólogo, atuando em equipe multiprofissional, resguardará o caráter confidencial de suas comunicações, assinalando a responsabilidade de quem as recebe de preservar o sigilo (p. 102); e no artigo 29: na remessa de laudos ou informes a outros profissionais, o psicólogo assinalará o caráter confidencial do documento e a responsabilidade de quem o recebe de preservar o sigilo (p. 104).

Isso quer dizer que é preciso compartilhar o conhecimento e procedimentos psicológicos com os demais membros da equipe multiprofissional, porém dentro dos limites que resguardem a privacidade de atletas e comissão técnica e a conduta da(o) psicóloga(o).

O atleta/praticante de atividade física é o foco de atenção de um grupo de profissionais nos quais confia seu futuro. A(O) psicóloga(o) do esporte tem a responsabilidade de ajudá-lo na compreensão do processo no qual está inserido, para que ele mantenha sua autonomia e integridade. Casos de risco pessoal e social, cooptação, abandono, maus tratos físicos e psicológicos, abusos sexuais, uso de drogas lícitas e ilícitas, exploração do trabalho infantil são alguns dos temas relatados nas histórias de atletas. Onde houver psicóloga(o), essas são situações que não devem ocorrer, uma vez que o Código de Ética profissional garante o respeito à pessoa.

A(O) psicóloga(o) dentro de uma equipe multidisciplinar tem ainda a função de mediar a comunicação entre os diferentes profissio-

nais, entre atletas e profissionais, bem como entre os diferentes níveis hierárquicos da mesma instituição, provando assim a sua importância.

Há ainda uma questão específica da Psicologia do Esporte que se relaciona à especificidade e complexidade do *setting* no qual a(o) psicóloga(o) atua. A questão que se faz com certa frequência é quando e como é realizado um trabalho clínico com equipes esportivas ou atletas individualmente e se é possível fazer isso. Foi necessário algum tempo para que se entendesse no que consiste o atendimento clínico no contexto do esporte e qual a questão de fundo dessa dúvida (RUBIO, 2007b).

Não é raro surgir demandas de atletas que não estejam ligadas diretamente ao contexto de treinos e competições, mas que interfiram direta ou indiretamente em seu rendimento. Essas questões podem ser de ordem pessoal, familiar, existencial ou social e nesse momento a(o) psicóloga(o) do esporte se põe a pensar se ao trabalhar essas demandas ele não estará saindo de seu papel de “do esporte” e adentrando a seara do “clínico”.

Seria difícil discorrer sobre uma Psicologia do Esporte recorrendo-a e distanciando-a de sua condição: ela é antes de tudo Psicologia. Se sua especificidade é ser do esporte ela não deixa de estar fincada em bases amplas que envolvem o conhecimento, e no caso de sua aplicação, a construção de uma prática. Nesse sentido ser psicóloga(o) do esporte pressupõe a aquisição de conhecimentos de várias áreas da Psicologia, como já descrito anteriormente. É a partir desse momento que se chega à clínica.

É possível entender o procedimento clínico como a construção de uma forma de ouvir e olhar para o fenômeno psicológico humano, seja esse fenômeno no contexto da escola, do trabalho, do hospital, da psicoterapia ou do esporte. Sendo assim, quando se inicia uma intervenção no esporte e se faz um diagnóstico da instituição, do grupo esportivo e depois do atleta, não necessariamente seguindo essa ordem, são utilizados os recursos da perspectiva clínica na busca dos elementos fornecerão os recursos para que se organize uma proposta de intervenção, seja ela pontual ou em formato de periodização (MARKUNAS, 2003).

O atendimento clínico no esporte não se refere a um procedimento psicoterápico convencional, pautado em um *setting* que tem o atendimento dual do consultório como referência. O foco da intervenção clínica na Psicologia do Esporte visa a resolução dos conflitos do sujeito-atleta para a busca do desenvolvimento e rendimento de seu potencial esportivo.

Há situações em que, de fato, o atleta poderá precisar de um atendimento com esse modelo, uma vez que sua vida não se restringe apenas a treinos e competições (RUBIO, 2006), mas, nesse caso, o procedimento mais adequado seria então o encaminhamento para um profissional competente, que desempenhe essa função. Vale ressaltar que o código de ética da Psicologia prevê esse tipo de situação e indica que não é recomendado que a(o) profissional psicóloga(o) desvie para atendimento particular, clientes com os quais tenha contato em atividade institucional. Enfim, é possível dizer que há também clínica na Psicologia do Esporte.

Limites do sigilo profissional e violação de direitos

Ainda que utilizada indiscriminadamente para caracterizar diferentes atitudes, a ética é um preceito que fundamenta vários conceitos. Portanto, não seria viável afirmar uma ética do Esporte, uma ética da Psicologia ou quaisquer subéticas para contextos criados conforme a necessidade social ou momento histórico, isso porque a ética busca refletir a respeito das noções e princípios que fundamentam a vida moral. O esporte, como valor cultural, passível da intervenção da Psicologia, também uma criação humana, reflete e recria essa condição. Por isso é necessário refletir sobre a prática da(o) psicóloga(o) no esporte e qual a sua relação com valores básicos fundamentais da Psicologia.

É cada vez maior o número de psicólogas(os) envolvidos com práticas profissionais no ambiente esportivo. Essas práticas abrangem desde o psicodiagnóstico de atletas individualmente até acompanhamento e intervenção em equipes, constituindo-se um dos grandes desafios profissionais da atualidade, visto que apesar de ser

uma especialidade recente da Psicologia, a Psicologia do Esporte carece ainda de ser incorporada à grade curricular de grande parte dos cursos de graduação. Isso tem feito com que a(o) psicóloga(o) do esporte busque sua especialização após a graduação, prorrogando a resposta a dúvidas cotidianamente presentes em sua prática.

Apesar disso, dois elementos básicos da constituição da identidade profissional da(o) psicóloga(o) sustentam sua ação: uma formação generalista e a incorporação de uma conduta ética em sua maneira de proceder.

A formação generalista tem resistido bravamente às investidas de políticas educacionais que apostam na especialização precoce como forma de satisfazer às “necessidades do mercado”. Por traz dessa concepção de curso se esconde uma prática estreita e alienante, que especializa sem antes permitir o conhecimento da extensão da área, levando a uma concepção estreita e restritiva de uma ciência que se caracteriza pela diversidade. Foi justamente a abrangência da graduação que permitiu à Psicologia fugir do modelo clínico dual para ganhar novos horizontes rumo à escola, ao hospital, às empresas, aos projetos sociais e também ao esporte. Diante do não reconhecido, a(o) psicóloga(o) tinha elementos de outros *locus* para criar e desenvolver um modelo que se adequasse a uma nova realidade. E assim se fez a Psicologia do Esporte no Brasil, desde que o psicólogo João Carvalhaes trouxe do universo da psicologia organizacional elementos para avaliar e intervir no futebol, ainda na década de 1950.

A atuação da(o) psicóloga(o) está pautada em um código de ética que é mais que um código de conduta “porque nos fala de um espírito político envolvido na atuação profissional e da responsabilidade que a(o) psicóloga(o) tem com o desenvolvimento da cidadania dos sujeitos e com a promoção da saúde.” (LUCCAS, 2000, p. 70). Já o esporte é hoje um fenômeno influenciado por inúmeros interesses, regidos por regras próprias conforme o momento e o lugar onde ele se dá. Isso tem levado, por exemplo, a inúmeras interpretações do conceito de *fair play*, um tipo de código de ética esportivo não formalizado, e a uma indefinição da melhor conduta esportiva do atleta tanto em situações de treinos como de competições.

Embora haja flexibilidade naquilo que se refere às normas do esporte contemporâneo há, por outro lado, uma quase absoluta rigidez nas instituições esportivas que regulamentam e organizam o esporte tanto em âmbito nacional como mundial. Esse jogo indivíduo/instituição tem gerado inúmeras interpretações do necessário, do possível e do desejável no ambiente esportivo, demandando por parte de todos os envolvidos com a área reflexões sobre ética, tanto em sua dimensão crítica e propositiva, quanto em sua dimensão da relação (GUARESCHI, 2003). A dimensão crítica e propositiva da ética presume a sua incompletude e sua constante atualização, uma permanente busca de crescimento e transformação. A dimensão da relação envolve a discussão do indivíduo na sua interação com o outro.

Essa discussão se torna fundamental diante da dimensão que o esporte adquiriu como fenômeno sociocultural contemporâneo. A necessidade da vitória a qualquer custo, da adequação às mudanças de regras e calendários e os interesses comerciais de clubes e patrocinadores chega à(o) psicóloga(o) do Esporte como um imperativo de sua função no clube ou time, levando-o a uma necessária e constante reflexão sobre seu papel social e profissional. Daí a importância do entendimento sobre a concepção de ser humano e de Psicologia com que se atua.

Nesse sentido a orientação do trabalho da(o) psicóloga(o) está dada no Código de Ética Profissional do Psicólogo em seu Princípio Fundamental I que afirma:

O Psicólogo baseará o seu trabalho no respeito à dignidade e à integridade do ser humano; e no Princípio Fundamental VII: O Psicólogo, no exercício de sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres, de acordo com os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (CRP-SP, 2001, p. 97).

Essas indicações apontam para a necessidade de uma prática consciente e crítica da atividade profissional, independentemente do local de sua atuação. A(O) psicóloga(o) vem, gradativamente, ocupando espaço no esporte em um território dominado historicamente por técnicos, preparadores físicos, médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, fisiologistas, constituindo-se em uma atividade multiprofissional por excelência, regulamentada pelos vários códigos profissionais das diversas áreas que compõem a equipe. Ter clareza do que fazer e até onde ir nessas circunstâncias é fundamental para o bom andamento do trabalho do grupo e por uma conduta apropriada (COMISSÃO DE ESPORTE, CRP-SP, 2000).

Isso quer dizer que é preciso compartilhar o conhecimento e procedimentos psicológicos, com os demais membros da equipe multiprofissional, porém dentro dos limites que resguardem a privacidade de atletas e comissão técnica e a conduta da(o) psicóloga(o).

Conforme afirma Luccas (2000) a diferença entre o *ethos* do esporte e da psicologia é muito grande, e compete ao trabalho da(o) psicóloga(o) aproximar esses *ethos* e não coadunar com eles. A atenção que a(o) psicóloga(o) atrai sobre seu trabalho possui dois lados distintos e incongruentes: se por um lado renova a possibilidade da Psicologia se aproximar e caminhar junto com o esporte, por outro o profissional faz uso daquilo que é mais técnico na ciência e profissão psicológica para praticar uma política do mais insustentável individualismo. Constrói uma prática sem a crítica a si mesma. E afirma:

uma prática profissional que não proporcione uma crítica sobre si mesma e não considere o contexto político, social e econômico que envolve o seu objeto de atuação não é uma prática ética. Pode ser tecnicamente correta, mas definitivamente está distante de nossa ética. (LUCCAS, 2000, p. 74)

O sigilo profissional faz parte do trabalho da(o) Psicóloga(o) do Esporte e coloca à categoria profissional uma série de questões importantes que visam cuidar dos aspectos íntimos dos atletas/pr-

ticantes de atividades físicas e todos os envolvidos no sistema com o atendido, protegendo-os contra violações e indiscrições de todo e qualquer tipo. O sigilo é pautado na confiança depositada pelo cliente na pessoa do profissional a quem ele recorre. Faz parte de seu aparato humano subjetivo, vem por meio de seus relatos visando a expressar o que fazem, pensam e sentem e como atribuem causalidade as coisas que lhes acontecem, assim como suas relações como o outros.

Vale destacar que é obrigatório o registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos, descrita em itens e prevista pela Resolução CFP n.º 001/2009. Uma vez guardadas as informações advindas de qualquer procedimento psicológico fornecido a um atleta/praticante de atividade física, em qualquer forma de registro, mesmo que para facilitar acesso e compilação de dados em outro momento do processo de atendimento, devem ser consideradas que as anotações são propriedade do atendido e a(o) psicóloga(o) é a(o) responsável única(o) por seu sigilo e guarda de todos material utilizado como fonte e finalização de suas conclusões. Os instrumentos de avaliação psicológica devem ficar em local de acesso exclusivo da(o) psicóloga(o). Somente os resultados dessa avaliação e interpretação são de propriedade do atendido, podendo ele solicitar cópias e acesso em qualquer momento. Os demais materiais usados nos diferentes procedimentos de avaliação psicológica são da(o) psicóloga(o), que deve mantê-los guardados de maneira acessível para o caso de passar por averiguação dos órgãos de fiscalização e orientação da categoria (CRP/CFP).

Precarização do trabalho da(o) Psicóloga(o) do Esporte

O contexto esportivo brasileiro ainda não propicia ao profissional de Psicologia do esporte a valorização e a visibilidade que permita demonstrar seus efeitos e suas potencialidades, fazendo com que este espaço profissional seja precário.

Vários são os aspectos que colocam este contexto de trabalho sob a influência de um tempo regido sob a batuta do neoliberalismo e da massificação advinda da nova forma de circulação da informação e comunicação. O mercado esportivo solicita um trabalho de resposta emergencial, porém, tanto o conhecimento acumulado quanto as práticas profissionais requerem um espectro de conhecimentos que não seguem a mesma velocidade e precisam de tempo e muita fundamentação para sua construção, desenvolvimento e aplicação.

A Psicologia do Esporte conquistou espaço se mostrando fundamental no processo de formação de profissionalização do esporte. Para tanto, muitos profissionais se disponibilizaram a atuar e mostrar seu saber mesmo sem a devida remuneração. É inegável que essa conduta atrasou o processo de profissionalização da área, que por muito tempos, pareceu a muitos, ser um trabalho voluntário.

O trabalho da(o) Psicóloga(o) do Esporte nesse aspecto se torna extremamente delicado e requer que todo o cuidado ético e reflexivo em sua ação cotidiana para com todos os envolvidos no sistema que ele atua. A condição de viver em um mundo esportivo que prima pelo espetáculo e tira dele seu sustento não cobra barato aos envolvidos. Todo espetáculo é planejado e calculado com base em cifras astronômicas, no qual nossos clientes são o ponto central da existência do mesmo. A blindagem do atleta por parte dos interessados nas cifras conta com sua anuência dele e, sobretudo, com seu desejo de fazer parte do espetáculo como protagonista e tirar dele todas as recompensas financeiras de imaginárias contidas no mito do herói.

Conforme Camilo e Rabelo (2019) a carreira no esporte envolve riscos e impactos biopsicossociais e rapidamente se observa as marcações dos efeitos nocivos da ausência de regulações laborais. A invisibilidade e desproteção legal resulta em diferentes impactos, sejam eles de cunho econômico, social ou de saúde, contribuindo ainda para a relação de dependência e exploração com os clubes, patrocinadores, donos de academias e empresários em geral. Isso também afeta a(o) psicóloga(o) do esporte.

O desenvolvimento da carreira e as tarefas nela envolvidas tem seu início ainda no período de formação. Quando no exercício

profissional o vínculo empregatício, seja ele público, privado ou autônomo, representa o reconhecimento social e profissional da função. A condição salarial, formalizada no contrato, ainda se constitui a mais ilustrativa forma de estabelecimento da relação de trabalho, dando à(o) psicóloga(o) do esporte a experiência de inserção social, dignidade e cidadania frente ao seu saber e profissionalização. Não é sem motivo que formas alternativas de controle do pensar, fazer e sentir, sem respaldo de uma categoria profissional, e com nomes que envolvem “o mental”, “treinamento” etc. em variadas línguas, despontam como práticas de atuação ‘psicológica’ no contexto esportivo.

Sabemos que os lugares, a segurança e a manutenção dos profissionais de Psicologia do Esporte estão ainda por ser efetivamente entendidos e demarcados em sua importância e funcionalidade dentro das equipes de trabalho. Existe enorme preocupação com a empregabilidade e a partir dela uma busca maior ainda pela qualificação e capacitação profissional. Buscar essas condições individuais de melhoria nas competências e habilidades significa verticalizar os conteúdos da formação generalista na especialista.

Os pontos que corroboram as colocações supracitadas estão presentes no Código de Ética Profissional do Psicólogo:

Art. 3.º - O psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código de Ética profissional.

Parágrafo único: Existindo incompatibilidade, cabe ao psicólogo recusar-se a prestar serviços e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

Art. 4.º - Ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, o psicólogo:

- Levará em conta a justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário;

- Estipulará o valor de acordo com as características da atividade e o comunicará ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado;
- Assegurará a qualidade dos serviços oferecidos independentemente do valor acordado.

Art. 20 - O psicólogo, ao promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente:

- Informará o seu nome completo, o CRP e seu número de registro;
- Fará referência apenas a títulos ou qualificações profissionais que possua;
- Divulgará somente qualificações, atividades e recursos relativos a técnicas e práticas que estejam reconhecidas ou regulamentadas pela profissão;
- Não utilizará o preço do serviço como forma de propaganda;
- Não fará previsão taxativa de resultados;
- Não fará autopromoção em detrimento de outros profissionais;
- Não proporá atividades que sejam atribuições privativas de outras categorias profissionais;
- Não fará divulgação sensacionalista das atividades profissionais.

As relações da(o) psicóloga(o) do esporte com a mídia

A mídia em todos os seus formatos reais e virtuais atua de forma determinante na construção, reprodução e ampliação de muitas das questões associadas ao esporte no mundo contemporâneo, tanto em sua forma espetacular como nas práticas de lazer. Esporte/atividade física e mídia mantém uma relação mútua e de depen-

dência, na qual as trocas e participações públicas reafirmam e estabelecem diferentes tipos de valores na sociedade. Obviamente que aqui não se pode esquecer o papel da publicidade e de seus efeitos mediadores e fomentador dessa relação.

Pensar a relação da psicologia do esporte com a mídia requer a internalização por parte da(o) psicóloga(o) dos limites éticos de sua função e dominar as habilidades de comunicação com os meios de informação, oferecendo conhecimento balizado e preservando a privacidade que seu trabalho exige. O saber qualificado da(o) psicóloga(o) é usado para justificar ações e condutas de atletas e praticantes de atividade, portanto, é preciso cuidado na forma como esse saber é comunicado.

Mídia, mais do que informar, comunicar e esclarecer acontecimentos é um negócio e está ligado a outros tantos negócios, com interesses individuais, corporativos, políticos e econômicos. O esporte e tudo que nele está envolvido faz parte de uma lógica que envolve emoção e interesses comerciais, e sustenta o imaginário que mobiliza o espectador e mobiliza as novas gerações no sentido da protagonização do espetáculo (PEREIRA, 2015).

A mídia pode e deve ser parceira do profissional de psicologia na medida em que instrui a população do lugar, da importância e das práticas que formam o nosso ofício. Para que isso ocorra é necessário que a(o) psicóloga(o) transmita informação qualificada, respeitando os limites do sigilo. Apresentar o próprio trabalho e dos pares qualificados nas diferentes frentes amplia a consolidação da área como um todo.

A relação entre a mídia e a psicologia do esporte é uma relação simbiótica, uma vez que há questões emocionais e comportamentais envolvidos na prática esportiva. Historicamente, a(o) psicóloga(o) é chamado a esclarecer vitórias e derrotas como se houvesse uma resposta objetiva para essas questões, legitimando assim os culpados de um sistema que não pode falhar. A(O) psicóloga(o) precisa estar atento para responder a esse tipo de demanda de forma objetiva, primando pelo sigilo quanto a suas interpretações sobre a pessoa do atleta sem fornecer respostas definitivas, como é esperado de um laudo ou parecer.

Especialistas em Psicologia do Esporte no âmbito das políticas públicas

A democracia e a garantia dada por ela de que os direitos humanos de todos os cidadãos devem ser preservados é um dos temas mais atuais na atualidade. A Psicologia tem sido chamada a participar nas Políticas Públicas por estar cada vez mais próxima das questões e dos fenômenos do cotidiano, além de estar inserida nas comunidades e nos projetos sociais. Entendemos que nosso saber disciplinar está inter-relacionado com outros saberes e que assume o compromisso com o desenvolvimento e a transformação social da realidade.

O esporte tem perdido espaço como um direito constitucional e isso afeta toda a cadeia construída para sustenta-lo, inclusive a função da(o) psicóloga(o). Fortalecer os grupos de trabalho estaduais e regionais de Psicologia do Esporte, bem como em nível federal, é assegurar a manutenção de um espaço recém-conquistado. Esses grupos estarão à frente do planejamento de formulações e ações para atuar nas políticas públicas de esporte locais, regionais e nacional.

Na prática, estar envolvido com Psicologia do Esporte e Políticas Públicas significa atuar em uma perspectiva transformadora que se utiliza de práticas de atividades físicas e esportivas. O efeito dessa conquista se desdobrará na luta constante, dentro dos espaços formativos e esportivos, pela conquista a igualdade de direitos. Contribuirá para uma formação humana cidadã, garantindo espaços de fala como exercício de liberdade e valorização do coletivo.

Essas ações poderão se dar intervindo diretamente com os atletas/praticantes de atividades físicas e demais atores nas redes sociais e esportivas; capacitando grupos sociais a formar lideranças, aprender a lidar com o poder e se autogerir; articulando com grupos sociais minoritários, construindo redes e pontes para aceitação da diversidade levando em conta o entrelaçamento dos marcadores sociais e por fim, realizar nossos diagnósticos situacionais e institucionais por meio de pesquisas, utilização de instrumentos e todo o aparato instrumental técnico de que dispomos.

EIXO 4: Diretrizes para o trabalho na Psicologia Social do Esporte

Neste eixo estão reunidos referências, dados, perspectivas e reflexões que podem orientar as práticas em momentos de dúvida e tem como objetivo oferecer orientações técnico-científicas. Para tanto é preciso atentar ao ambiente socioeconômico, político e cultural, sem abrir mão dos princípios éticos da profissão, já disponibilizados pelo Código de Ética Profissional. Não seria exagero dizer que devemos estar constantemente atentos a todos os documentos produzidos pelo CFP, além do Código de Ética Profissional e das resoluções que trazem reflexões sobre as exigências que a sociedade aponta no presente. Isso porque as diversidades e limitações exigem uma “atitude cidadã” em primeiro lugar. Num país com distintas regiões e com mais de cinco mil municípios, com realidades econômicas, políticas, sociais, culturais e religiosas próprias, é difícil imaginar uma política que acolha de forma equânime as peculiaridades de cada território. Diante destes possíveis cenários, é importante ressaltar que a(o) psicóloga(o) do esporte estará sempre norteando sua prática a partir de uma perspectiva cidadão no e com o esporte.

Apropriação do Código de Ética Profissional como diretriz imprescindível da atuação

Os conselhos de classe, dentre eles os de Psicologia, têm a função social de tentar garantir que a sociedade receba atendimento psicológico profissional ético e de qualidade, tendo o Código de Ética Profissional como o principal viés de orientação. Por isso, um Código de Ética profissional estabelece padrões e normas quanto a natureza técnica do trabalho de determinada categoria, assegurando, dentro de determinados valores e práticas desenvolvidas em

uma dada sociedade, um padrão de conduta que fortaleça a categoria. Sobre isso o Código de Ética profissional do Psicólogo afirma:

Um Código de Ética profissional, ao estabelecer padrões esperados quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional e pela sociedade, procura fomentar a autorreflexão exigida de cada indivíduo acerca da sua práxis, de modo a responsabilizá-lo, pessoal e coletivamente, por ações e suas consequências no exercício profissional. A missão primordial de um código de ética profissional não é de normatizar a natureza técnica do trabalho, e, sim, a de assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social daquela categoria (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 5).

Com o objetivo de se construir um instrumento de reflexão, mais que um conjunto de normativas a serem seguidas pela categoria, o Código de Ética Profissional busca valorizar os princípios fundamentais como grandes eixos que devem orientar a relação da categoria com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência.

Ainda sobre os princípios fundamentais, todo trabalho desenvolvido pela(o) psicóloga(o) deve estar apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na promoção da dignidade, integridade, liberdade e igualdade do ser humano. Dentro desta perspectiva, a psicóloga(o) deverá construir seu trabalho objetivando a promoção da saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades, contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de discriminação, crueldade, opressão, violência e negligência. Sempre levando em consideração “o disposto na Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que consolida o Estado Democrático de Direito e legislações dela decorrentes” (CODIGO DE ÉTICA DO PSICOLOGO, 2005, p. 4).

Sabendo que a sociedade está em constante mudança e em pleno desenvolvimento científico e tecnológico:

[...] um código de ética não pode ser visto como um conjunto fixo de normas e imutável no tempo. As sociedades mudam, as profissões transformam-se e isso exige, também, uma reflexão contínua sobre o próprio código de ética que nos orienta (CÓDIGO DE ÉTICA DO PSICOLOGO, 2005, p. 5).

Apropriação das Resoluções do CFP como diretriz imprescindível da atuação

Embora o Código de Ética seja o principal documento norteador das práticas psicológicas em nosso país, o Conselho Federal de Psicologia implementa Resoluções que estabelecem diretrizes, posicionamentos, ações, para as(os) psicólogas(os) diante de assuntos e situações específicas.

Hoje estão vigentes, no Conselho Federal de Psicologia, resoluções que discorrem sobre temas que atravessam a prática psicológica, temas esses que, cada vez mais aparecem no contexto esportivo. Algumas dessas resoluções são:

A “Prestação de serviços psicológicos realizados por meio de tecnologias da informação e da comunicação” é regulamentada pela Resolução CFP n.º 11/2018.

Muitos atletas estão em trânsito nacional e internacional buscando aprimoramento técnico ou competindo, e mesmo à distância necessitam do apoio oferecido pelo psicólogo(a), serviço este realizado em sua base de origem. Poucos são aqueles que conseguem ter a presença física do profissional nessas situações. As tecnologias contemporâneas já oferecem a possibilidade de uma realidade presencial mediada pela tecnologia.

A resolução em tela autoriza a prestação dos seguintes serviços psicológicos: consultas e/ou atendimentos psicológicos de diferentes tipos de maneira síncrona ou assíncrona; processo seletivo; o uso de instrumentos psicológicos devidamente regulamentados por resoluções pertinentes e com parecer favorável do Sistema de Avaliação de Instrumentos Psicológicos (SATEPSI); e a supervisão técnica dos serviços prestados por psicólogas e psicólogos nos mais diversos contextos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Cabe ressaltar que o profissional precisa estar autorizado pelo seu respectivo Conselho Regional para a prestação deste tipo de serviço, bem como, em qualquer modalidade desses serviços, a(o) psicóloga(o) estão obrigadas(os) a especificarem quais os recursos tecnológicos utilizados para a garantia do sigilo das informações (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Sobre a “Realização de Avaliação Psicológica”, Resolução CFP n.º 09/2018.

A Psicologia do Esporte é a área de estudo e compreensão dos aspectos psicológicos envolvidos na prática da atividade física e esportiva que fornece explicações e tendências do fazer, pensar e sentir de seus praticantes.

A Avaliação Psicológica é definida como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018a).

De acordo com Angelo e Rubio (2007) a avaliação psicológica no contexto esportivo apresenta-se como um campo de estudo fértil, abordando metodologias qualitativas e quantitativas que na realidade brasileira ainda é pouco explorado. A avaliação em Psicologia do Esporte está pautada em procedimentos como observação, entrevistas, experimentos em laboratório, experimentos pedagógicos e testes fazendo parte do psicodiagnóstico esportivo. Para o profissional da psicologia do esporte é fundamental ter uma ampla forma-

ção que é dada pela psicologia, conhecimento este que auxilia na escolha e no uso de instrumentos em temas específicos. Esta escolha, advém das preocupações dos diferentes campos de atuação do profissional da Psicologia do Esporte como as diferenças individuais com temas ligados a motivação, ansiedade competitiva, visualização mental, auto eficácia, autoconfiança e questões relacionadas à dinâmica dos grupos esportivos, bem como liderança, relações interpessoais, vínculo e comunicação.

Rubio (2007) entende a avaliação psicológica no esporte como o processo de psicodiagnóstico esportivo, cuja finalidade maior é o levantamento de aspectos particulares do atleta, ou da equipe esportiva, na relação com a modalidade escolhida ou praticada. Isso significa um conjunto de procedimentos que envolve entrevistas, testes objetivos e projetivos, cuja meta é determinar o nível de desenvolvimento de competências e habilidades para a prática esportiva ou atividades físicas e de lazer.

Conforme a Comissão de Esporte do CRP-SP (2000), todo procedimento de diagnóstico envolve aproximação, análise e devolutiva ao interessado e a efetividade desse processo reside na postura que o profissional envolvido tem diante dos resultados obtidos. Ou seja, investigadores, professores e profissionais envolvidos em avaliação psicológica são categóricos em afirmar que um único teste, isoladamente, não é definitivo, nem absoluto, nem final. Ele registra um momento em que a pessoa avaliada vive e, sendo o ser humano dinâmico e mutável, essa avaliação também pode sofrer transformações.

Não especificamente no contexto esportivo, mas de maneira geral, a avaliação de aspectos psicológicos está diretamente relacionado ao uso de um conjunto de procedimentos técnicos-científicos, fundamentados teoricamente, empregados para investigar condições psicológicas, estados emocionais das pessoas, considerando as suas condições pregressas e atuais, histórico de saúde física, emocional, familiar, relacionamentos sociais etc. Afinal de contas, considera-se que estímulos e condições ambientais provocam respostas físicas, psicológicas e sociais em distintas circunstâncias e situações nas quais os atletas e esportistas estão envolvidos (RUBIO; RABELO; CRUZ, 2018).

Mesmo com o objetivo de propiciar informações à respeito do avaliado, os resultados destas avaliações só deve “Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 8), caso contrário os resultados só poderão ser compartilhados com a devida autorização do avaliado.

Conforme a Comissão de Esporte do CRP-SP (2000), o Código de Ética do Psicólogo proíbe que resultados brutos de avaliações psicológicas sejam dados para outra pessoa que não o envolvido no processo, ou seja, o atleta ou a equipe como um todo. Respeitados esses procedimentos o trabalho da(o) psicóloga(o) ganha credibilidade com os atletas e comissões técnicas e se consolida como necessário em equipes multidisciplinares.

Sobre as metodologias e técnicas empregados nas avaliações psicológicas, a(o) profissional psicóloga(o) tem a prerrogativa de decidir quais empregar, desde que devidamente fundamentado da literatura científica psicológica e nas normativas que regem a profissão (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018a).

Rubio (2007) destaca que questões como ansiedade, personalidade, vínculo e níveis de *stress* são consideradas altamente relevantes para o desempenho esportivo, porém, são comumente avaliadas como fatores isolados no comportamento do atleta, desprezados do contexto e momento em que são produzidos, resultando em generalizações que podem levar a distorções na compreensão da dinâmica do protagonista da ação esportiva e de seu ambiente. Embora guarde finalidades específicas, os métodos de avaliação em Psicologia do Esporte seguem proximamente as particularidades das diversas especialidades em Psicologia. A prática de treinamento e a competição no esporte competitivo têm características próprias e, devido ao grande volume, a intensidade de carga e a tensão de funções psíquicas e físicas, levam o atleta ao extremo de sua capacidade de tolerância ainda na fase de treinamento. Não é a estrutura da atividade em si que se altera em diferentes momentos da preparação pré-competitiva, mas a maneira como o atleta enfrenta a situação. Para caracterizarem-se os vários tipos de atividade esportiva

é necessário conhecer os valores de esforços psíquicos em algumas etapas da preparação pré-competitiva, assim como a dinâmica dos esforços realizados durante a temporada competitiva.

Em se tratando do atleta uma figura pública há que se atentar para o uso dos dados de avaliação ou intervenção psicológica por parte da(o) psicóloga(o) e as devidas implicações éticas.

Quando se trata da participação em equipes multidisciplinares, condição imprescindível ao esporte chamado de alto rendimento, a(o) psicóloga(o) do esporte deve atentar para os limites de divulgação de resultados. De acordo com o Código de Ética, artigo 12, “Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, a(o) psicóloga(o) registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.”.

Lembrando que é obrigatório o registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos, descrita em itens e prevista pela Resolução CFP 001/2009. Uma vez guardadas as informações advindas de qualquer procedimento psicológico, duas coisas devem ser consideradas: as anotações são propriedade do atendido e a(o) psicóloga(o) é a(o) responsável única(o) por seu sigilo e guarda de todos material utilizado como fonte e finalização de suas conclusões.

Ressalte-se que instrumentos de avaliação psicológica devem ficar em local de acesso exclusivo da(o) psicóloga(o). Somente os resultados dessa avaliação e interpretação que o profissional fez como resultado da aplicação daqueles instrumentos e técnicas é que são de propriedade do atendido, podendo ele solicitar cópias e acesso em qualquer momento. Os demais materiais usados nos diferentes procedimentos de avaliação psicológica são da(o) psicóloga(o), que deve mantê-los guardados de maneira acessível para o caso de passar por averiguação dos órgãos de fiscalização e orientação da categoria (CRP/CFP).

As avaliações psicológicas só poderão ser feitas de forma compulsória, em situações onde, legalmente, existe a obrigatoriedade desta, como por exemplo: aquisição da Carteira Nacional de Habilitação-CNH, aquisição e manuseio de arma de fogo e permissão para alguns tipos de cirurgias, fora isso só com a permissão do avaliado.

Lembranças importantes:

1. O trabalho feito, tendo como base os resultados das avaliações, deve ser primeiramente em favor do avaliado, visando ao seu desenvolvimento, saúde e qualidade de vida;
2. A utilização de métodos e técnicas psicológicas é de atribuição, privativa, da(o) psicóloga(o), tendo como base os objetivos previstos no parágrafo 1.º, do artigo 13, da Lei n.º 4.119, de 27 de agosto de 1962, e no artigo 4.º, do Decreto n.º 53.464/1964 Os instrumentos utilizados nas avaliações são aqueles que devem ser reconhecidos/aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018a);
3. Diante de contextos específicos, instrumentos que não são da psicologia, mas possuem respaldo da literatura científica da área e que respeitem o Código de Ética e as legislações de nossa profissão, podem ser usados como recurso auxiliar/complementar;
4. A utilização de instrumentos psicológicos não reconhecidos/não aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, é considerado falta ética. Para saber se o teste é válido ou não é preciso acessar o site do SATEPSI; e
5. A(o) Psicóloga(o) pode participar da confecção de documentos multiprofissionais. Mas, caso exista no conteúdo deste documento uma informação de sua discordância ou que viole a ética profissional, a(o) psicóloga(o) tem o direito de se abster deste texto em comum e produzir, se necessário, um documento à parte, para ser anexado ao principal.

No contexto esportivo, segundo Pesca (2018), a avaliação não pode ser vista apenas para fazer levantamento de transtornos, patologias e personalidade. Por sua vez, Brandão (2000) entende que psicometria esportiva está baseada em uma proposta cuja ênfase reside na avaliação e não na testagem.

A avaliação psicológica, especificamente no contexto esportivo, não pode ser considerada exclusiva do contexto do alto rendimento, ainda que seu papel possa contribuir para o atleta na busca de mensuração da qualificação e quantificação de estados emocionais em situações de competição ou de treinamento, análise de ní-

veis de processos psíquicos, relações interpessoais, na otimização de performance de equipes etc., contudo, deve ser compreendida para além do alto rendimento, por exemplo, quando tratamos da atividade física e do lazer, o objetivo da avaliação de aspectos psicológicos pode relacionar-se com o interesse pela análise da qualidade de vida, da busca de desafios pessoais, saúde mental, seja no contexto da educação de valores olímpicos e humanitários, análises com vieses institucionais, entre outros objetivos (RABELO, 2013).

Sobre a “Atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis”, Resolução CFP n.º 01/2018; “Normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”, Resolução 01/99; e “Normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial”, Resolução n.º 18/2002.

A resolução CFP n.º 01/99 estabelece normas de atuação em relação a questão de sexo, gênero e sexualidade. Esta resolução parte do princípio que questões de gênero não se constituem em distúrbio, doença ou perversão. A resolução orienta que a prática profissional da(o) psicóloga(o) deve contribuir para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminação e estigmatização contra aquela(e)s que apresentam comportamento de práticas homoeróticas. A(o) psicóloga(o) ainda não deve exercer ações que favoreçam a patologização dos comportamentos ou práticas homoeróticas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999).

De acordo com Pereira (2019) no dispositivo de gênero e sexualidade, quanto maior o poder dos atores na rede e maior a quantidade de instituições, maior o número de classificações e categorizações controladores (ex.: tipos de perversões). Inversamente proporcional, quanto menor o poder, maior a opressão, surgindo a criação de tipos sociais que precisam mostrar sua existência (como as categorias LGB-TQI+). Ao implodir com as representações sociais do que é masculino e feminino, em função do que requer cada modalidade, o esporte

coloca em xeque a própria condição do que é ser cada um diante das normas estabelecidas. Na estrutura esportiva, historicamente caracterizada pelo poder masculino, as mulheres são obrigadas a confirmar sua condição de mulheres, com testes de feminilidade que envolvem tipagem cromossômica e hormonal. Essa comprovação sempre foi necessária para as mulheres, pois aos homens, mesmo os homossexuais não é questionada sua condição de homem.

Pereira (2019) destaca que gênero no esporte é a maneira como as pessoas, diante das condições sociais, se identificam como sendo masculinos e femininos, muito embora expressão de gênero, identidade de gênero e orientação sexual não são condições dadas biologicamente, pois foram construídas social e culturalmente. Quando se fala de identidade de gênero no esporte refere-se a como as pessoas formam sua relação íntima e pessoal entre o sexo que nascem e as marcações culturais que aprenderam e introjetaram. A relação direta entre um esporte considerado masculino ou feminino e sua associação direta com expressão, desejo e sexualidade, tomada como natural, pode gerar atos discriminatórios e preconceituosos, revelando os efeitos da diferenciação que quer reforçar o binarismo.

Seguindo esta linha de raciocínio, a resolução CFP 01/2018, estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Segundo esta resolução é papel da(o) psicóloga(o) utilizar o seu conhecimento científico para construir uma reflexão voltada à eliminação da transfobia e do preconceito em relação as pessoas transexuais e travestis. Então o profissional não deve, no seu exercício profissional, colaborar com eventos ou serviços contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatória, bem como, utilizar de instrumentos ou técnicas que criam, mantem e reforçam o preconceito, estigma, estereótipos e discriminação em relação a esse grupo populacional (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA 2018a).

O universo trans (transgênero ou transsexual), segundo Pereira (2019) traz consigo outros desafios que não estavam presentes nas demais categorias. Enquanto as marcações/suspeições eram de caráter apenas sociocultural, e não do âmbito biológico, bastava conferir a dúvida com os dados objetivos recolhidos a partir dos

exames realizados. Mas, quando o que se altera é o corpo, visível e medido pelas normas já seculares do esporte, a biologia que parecia a solução se torna parte do problema. Transsexuais, assim como as mulheres que em outro momento da história foram excluídas e silenciadas, começaram a conquistar espaço e visibilidade dentro do esporte a partir da resistência e da inserção de atletas-trans em diferentes modalidades esportivas. A ideia de participação e inclusão, um valor olímpico, perdeu espaço para os avanços dos movimentos sociais. “Transsexuais no contexto esportivo de alto rendimento sofrem preconceito pela mesma diferenciação que inferiorizou a mulher diante do homem pelos homens” (p. 60).

A participação de atletas transsexuais em competições esportivas, amadoras e profissionais, em equipes masculinas, femininas e LGBTQs, passou a ser discutida amplamente e episódios de preconceito e discriminação racial e de orientação sexual passaram a ser mais frequentes no meio esportivo. O esporte, por ser um fenômeno social, carrega os diferentes elementos sociais e subjetivos daqueles que com que se envolvem.

No que tange a questão racial, a Resolução CFP n.º 18/2002 estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação ao preconceito e à discriminação racial, sendo vedado a(o) psicóloga(o) toda ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia. A(O) psicóloga(o), no seu exercício profissional, não deverá ser conivente, nem omissa, perante ao crime de racismo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA 2002).

A despeito da ausência de substâncias objetivas, concretas e científicas que justifique a existência das “raças humanas” e suas hierarquias, ambas as teses operam na sociedade atual. Fanon (2008) e Mbembe (2017) entendem “raça” como um produto da imaginação humana, uma visão e uma forma de organização do mundo, base sobre a qual foram edificadas as noções de liberdade, democracia e de relações sócio institucionais. “Raça” e seu derivativo teórico e prático, o *racismo*, resistem ao tempo, ao politicamente correto e à própria lei. Isto se dá no esporte porque encontraram condições ideais de subsistência. Ferreira Jr. e Rubio (2019) discutem que difundido, espetacularizado e consumido em todo o mundo, o esporte

tornou-se um dos fenômenos que mais subsídios oferece à retórica da “justiça meritocrática”, que a despeito das condições sócio históricas que marcam sociedades como o Brasil, reduz as desigualdades a um resultado competitivo. A narrativa universalizante do espetáculo esportivo é apresentado pelos meios de comunicação tende a disfarçar seu caráter ideológico, monetarista e imoral, reunindo milhões de entusiastas em torno da crença em sua “neutralidade política” e aparente “suspensão da realidade”. Como instrumento político, têm servido não só ao controle da circulação e coisificação dos corpos, mas à própria destruição da vida subjetiva dos seus principais alvos, os negros. Conforme se observa, no contexto esportivo brasileiro a “raça” orienta pelo menos quatro grandes processos, a saber: a exclusão deliberada, a integração subordinada, a humilhação pública e, por fim as novas formas de discriminação, mas também de resistência antirracista.

Para os autores o pensamento racial e o racismo são considerados não só mecanismo de interdição/exclusão, como também se constituem como mecanismo de *integração subordinada* do negro. Presente no processo de constituição positiva da identidade nacional, a “raça” inaugurou o *elogio ao negro*, não como forma de reconhecimento de sua condição histórica e humana, mas como “forma de manutenção de hierarquias sociais oriundas do sistema escravocrata”. O racismo neste contexto se caracterizaria não como a negação da igualdade necessariamente, mas como a identificação de comportamentos no interior das relações étnico-raciais como próprios de uma “raça” ou de “outra”. Neste contexto, “raça” passa a significar, dentre outras coisas, condutas, habilidades, defeitos e potencialidades ditos “próprios de” um determinado grupo. Ferreira Jr e Rubio (2019) entendem que assim o negro se torna objeto de encanto e de especulações sobre qual seria seu lugar e em quais funções encontraria posição de vantagem em relação ao branco na agora integradora sociedade brasileira. Note-se, entretanto, que os significados e características sociais atribuídas a negros e brancos sempre partem daqueles que detêm porção maior do poder na sociedade.

Fortemente ancorada ao mito da democracia

racial, a integração subordinada estabeleceu regras internas de sociabilidade por meio das quais as assimetrias sociais entre brancos e negros se mantinham intactas, ao mesmo tempo em que as práticas racistas cumpriam seu propósito, valendo-se não da negação do racismo em si, mas da negação da existência do sujeito da ação racista. Dentro deste domínio, a transgressão passa a ser de autoria daqueles que de alguma forma rompem com a “ordem”, ultrapassando a fronteira hierárquica (p. 191).

É importante ressaltar que estas resoluções não tratam apenas sobre a afirmação da não patologização da transexualidade e homossexualidade, e da luta contra o racismo, mas também orienta sobre a atuação da(o) psicóloga(o) diante destes cenários.

Ressaltamos mais uma vez que a(o) profissional Psicóloga(o), além dos atos de discriminação e ódio, não pode ser conivente com atos de violência.

A importância das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira

As entidades, instituições/associações, têm uma grande importância para os nossos trabalhos, visto que possuem o foco principal de agregar os profissionais e os conhecimentos dentro da referida temática. Daí a importância de se recorrer às instituições, ou colegas, de outras “especialidades” para ajudar/orientar em uma atuação. Às vezes existem situações que atravessam todos os saberes e práticas da psicologia, daí a importância de se ter a união de entidades para a aproximação e o alinhamento desses saberes.

No caso desta união, em 1998, foi constituído o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o FENPB, o espaço que agrega as entidades de diversas áreas da psicologia. Neste fórum,

cada entidade contribui com o respectivo saber para a construção conjunta de políticas, projetos e posicionamentos, junto à sociedade e ao Sistema Conselhos de Psicologia, visando a melhoria da qualificação profissional e o fomento da pesquisa e da prática cotidiana.

Atualmente, a única entidade a representar a Psicologia do Esporte, no FENPB, é a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP). Criada a partir do esforço de um grupo de psicólogas(os) preocupados em discutir e promover os estudos e práticas profissionais da Psicologia do Esporte no Brasil. Esse grupo começou por se reunir no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, denominado então de Comissão de Esporte do CRP-SP, no ano de 1999, entendendo ser aquele um momento importante e privilegiado para discussão de uma área que despontava como emergente na Psicologia Brasileira e que não contava com formas de organização efetiva. Esse grupo foi responsável pela produção de várias publicações, documentos e eventos e contribuiu significativamente para a discussão do processo de criação das especialidades pelo Conselho Federal de Psicologia, que culminou na criação da especialidade em Psicologia do Esporte pela resolução CFP 14/00.

Desde aquele momento até o presente os diversos componentes do grupo original ocuparam espaços em instituições que compõem o campo da Psicologia do Esporte, e que abrangem como o esporte de alto rendimento, a iniciação esportiva, o esporte escolar, os projetos sociais, a reabilitação e as práticas de tempo livre. Esse movimento contou com a participação de psicólogas(os) de diversos estados brasileiros, o que certificou a disposição dessa entidade em congregar profissionais em todo o território nacional.

No ano de 2007, durante o seu primeiro Congresso, a ABRAPESP deu um passo importante para o desenvolvimento e o fomento da área ao lançar a Revista Brasileira de Psicologia do Esporte, hoje, a única revista brasileira referência da área no país. Para se ter acesso a todas as edições da revista basta acessar o portal de revistas da Universidade Católica de Brasília.

Perspectiva do social em todos os âmbitos de atuação

1) Para além do alto rendimento

De uma forma geral acredita-se que a Psicologia do Esporte é voltada apenas para o alto rendimento. Mas, o que poucos sabem e entendem é que esse conhecimento se expande para outros campos e que têm um potencial para ajudar no desenvolvimento social como um todo. A Psicologia do Esporte contribui para a cultura corporal de movimento em suas diferentes vertentes como o lazer, a atividade física, a iniciação esportiva, a educação, a promoção de saúde física e mental, individual e coletiva, a reabilitação e a capacitação de profissionais que atuam no esporte.

Na atualidade, o conhecimento desenvolvido a partir da Psicologia do Esporte fundamenta a atuação de psicólogas(os) do esporte no contexto hospitalar, organizacional, escolar, no sistema prisional, na aplicação medidas socioeducativas (meio-aberto e fechado), na mobilidade humana, nas comunidades indígenas, na população em situação de vulnerabilidade social, nos projetos sociais, entre tantas outras.

No que se refere as políticas públicas, há tentativas de programas/políticas de governo voltados para o alto rendimento. Em se tratando de políticas de Estado, pouco ou nada, ainda foi feito, mesmo sendo o “dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”, como escrito em nossa Constituição Federal, art. 217 (1988).

O fenômeno esportivo é também um fenômeno psicológico e a Psicologia do Esporte participa proximamente da construção das diretrizes que fomentam seu desenvolvimento no país. Sua contribuição ilumina as questões biopsicossociais, socioeconômicas, políticas, culturais, étnicos raciais, religiosas, de gênero e sexualidade no esporte.

2) Das prática sociais no contexto esportivo

Todo projeto social tem um objetivo pressuposto, de acordo a necessidade da população local, mas independentemente de qual seja o objetivo não deve ser uma prática afastada da dimensão ética, sempre mantendo o objetivo principal do projeto alinhado com a integridade física e psíquica dos assistidos.

Muitos destes projetos contam com a participação de psicólogos(as), embora muitos destes profissionais não tenham formação ou especialização na área, pois na maioria dos estados não existe oferta de cursos de formação ou especialização em Psicologia do Esporte. Os poucos cursos que existem estão nos grandes centros do país, não acessíveis a muitos profissionais e estudantes interessados, por isso muitos dos atuais profissionais têm um a formação autodidata. Isso não é um impeditivo para a atuação destes profissionais, para atuar na Psicologia do Esporte não é preciso ter o curso de especialização, mas espera-se o discernimento para que os profissionais se capacitem ao máximo dentro de sua realidade, para que os serviços prestados sejam de qualidade e alinhado com a ética profissional. Surge assim, no Brasil, uma Psicologia do Esporte vasta, para, e com diferentes realidades.

Sendo assim, não existe, ainda, uma formação que alcance as demandas de todas as regiões do Brasil, o que nos mostra que a Psicologia do Esporte brasileira está em constante formação e construção de uma identidade singular. Com relação a participação da Psicologia do Esporte nas políticas públicas o que se percebe é que, hoje, não há espaço para modelos prontos de atuação, tendo em vista a grande diversidade de demandas ambientais e regionais. Como dito anteriormente, para todo trabalho deve-se levar em consideração, respeitar, as diferenças socioeconômicas e culturais existentes.

Os projetos sociais podem estar voltados para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, comunidades carentes etc., seja visando a promoção de saúde, socialização, capacitação ou outros. Num país muito grande e com tamanha disparidade, as políticas existentes acabam não dando a devida atenção às demandas regionais e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto seria possível afirmar que a Psicologia do Esporte brasileira segue hoje, muito proximamente, os passos, avanços e recuos tanto da Psicologia como do Esporte. Isso representa por um lado o compromisso com a construção rigorosa da teoria que fundamenta uma prática em desenvolvimento e, por outro, a instabilidade das instituições esportivas que dizem desejar o rigor da profissionalização, mas que ainda convivem com o amadorismo no gerenciamento dos clubes e grande parte das federações e confederações esportivas.

Associada a uma perspectiva competitiva desde o seu princípio, a Psicologia do Esporte vem conquistando espaço e força em outros contextos como os projetos sociais, o fitness, a reabilitação, a iniciação esportiva, os programas de qualidade de vida e a medicina preventiva.

Vale ressaltar que o termo esporte apesar de se referir a uma prática competitiva de alto rendimento e profissionalizada ou ao espetáculo esportivo, ele também contempla a atividade física de uma forma mais ampla e abrangente como as práticas de tempo livre e as atividades não regulamentadas e institucionalizadas.

Isso significa um deslocamento tanto da produção do conhecimento como da atuação profissional da(o) psicóloga(o) do esporte. Se na perspectiva do esporte competitivo a intervenção visa a produção da vitória, na prática de atividades de tempo livre, na iniciação esportiva não competitiva e na reabilitação o que norteia o trabalho da(o) psicóloga(o) é a motivação e a adesão, o bem-estar psicológico e o manejo de pensamentos e sentimentos que levam a busca da atividade física e esportiva em diversos contextos sociais em cada uma dessas populações.

A diversidade sugerida pelo amplo espectro de *settings*, de populações e de expectativas sugere um suporte teórico também variado que explique os diversos fenômenos estudados. Daí uma ligação

estreita com a Psicologia Clínica e a Psicologia Social. Se no esporte de alto rendimento o esforço dos vários profissionais que compõem a equipe técnica está voltado para a produção da vitória, nos demais contextos esportivos a vitória pode estar identificada com a formação de um grupo para a atividade, com a permanência na prática ou com a compreensão do significado do processo que desencadeou ou culminou uma necessidade física. Essa ação específica faz com que a Psicologia do Esporte se diferencie da Psicologia no Esporte.

Durante quase três décadas grande parte da produção acadêmica da área era produto da Psicologia no Esporte. Esse quadro apresentou uma grande transformação no final da década de 1980, com a busca dos interessados pela formação específica em outros países e a posterior organização de grupos de estudo e instrução de psicólogas(os) brasileiras(os).

Como reflexo dessa “formação estrangeira” o que se viu no princípio foi a utilização de instrumentos de avaliação e técnicas de intervenção à semelhança do que se fazia nos países onde foram desenvolvidos. Mas, diante da especificidade do esporte e da realidade brasileiros, esses instrumentos e técnicas foram sendo adequados e adaptados tanto às condições das instituições esportivas como às variações culturais presentes na vida dos atletas e cidadãos brasileiros.

O resultado dessa busca pela alteridade pode ser observado na diversidade de formas de atuação. Partindo da psicanálise, do cognitivismo, do behaviorismo radical, do psicodrama, da psicologia social, da psicologia analítica ou da *gestalt* como referencial teórico, um grupo crescente de psicólogas(os) tem se dedicado a desenvolver a Psicologia do Esporte brasileira, considerando as particularidades das modalidades no país e dos atletas que convivem com uma realidade específica.

A reflexão sobre essas muitas Psicologias do Esporte vem vivendo uma aceleração desde a criação do registro de especialista em Psicologia do Esporte a partir de 2000, quando os profissionais da área se aproximaram na tentativa de trocar experiências e apresentar as diversas formas de pensar e fazer esse campo.

Apesar do crescimento incontestável vivido pela área principalmente na última década, muito ainda está para ser feito tanto no

que se refere à formação específica da(o) psicóloga(o) do esporte, como em relação ao reconhecimento da importância e necessidade desse profissional nas diversas frentes em que ele pode atuar.

Um dia alguém anunciou que nunca antes na história deste país o esporte seria o mesmo. De fato, depois de experimentar a altura de um voo panorâmico será preciso se acostumar a rastejar ao rés do chão buscando tocas onde se esconder dos escombros que ainda caem de uma estrutura desfeita à marreta. Com a extinção do ministério do esporte, dos benefícios criados para favorecer uma base sólida de atletas jovens e de uma estrutura que entendia o esporte como uma prática acessível resta a disposição para reencontrar o lugar de pertencimento de um direito constitucional. Ele já esteve aos cuidados do ministério da educação, da educação e cultura, já foi secretaria especial e mesmo assim sobreviveu, não como direito, mas como necessidade. Uma necessidade tão latente que chegava a ser anunciada como vício que demandava o ópio.

Infelizes os ignorantes que pouco ou nada sabem sobre o esporte e o tratam apenas como um vício ou espetáculo (RUBIO, 2019).

Aos que o tratam como vício falta o conhecimento sobre uma experiência que se inicia muito cedo na existência dos seres humanos, ainda de forma lúdica, e que pode vir a ser um meio de distinção, não apenas social, mas, acima de tudo, humano. Porque essa prática proporciona em quem a experimenta o poder da transcendência e do limite da humanidade, seja na conquista de uma marca nunca antes atingida, seja na realização de um gesto perfeito, divino. Banalizam a existência de um fenômeno de massa porque, ainda que manipulável em algumas ocasiões, ele não o será para sempre. Qualificam-no como ópio do povo por desconhecerem sua potência educativa que, no limite, também transforma a sociedade.

Inclassificável também é a postura de quem o toma apenas como espetáculo. Embora suscite a emoção da audição de *We are the Champions*, em um concerto no estádio de Wembley, nada substitui a intensidade da expressão facial do vitorioso ou o clímax de um *match point*. Nenhum espetáculo é mais humano do que a inclassificável emoção da derrota, essa sim demasiadamente humana. Espetáculos são produzidos e manipulados conforme convém

ao produtor. O esporte obedece a regra da excelência e da superação. Por isso escapa à compreensão de burocratas. Por isso não cabe em uma sala no fundo do corredor de algum ministério que não seja dedicado apenas a ele para onde o esporte brasileiro foi enviado no início de 2019.

O que resta é acreditar na condição cíclica do tempo. Um dia tudo isso aconteceu e por determinação de uns, insistência de outros e a crença cega na importância disso para si, mas principalmente para as gerações futuras, atletas e modalidades esportivas sobreviveram à escassez de recursos e à falta de respeito por parte de políticos e dirigentes. A ação desses abnegados, assim como a esperança na caixa de Pandora, segue registrada, menos na história dita oficial e muito mais nas narrativas de atletas que guardam em suas memórias o reconhecimento pelo esforço em manter viva a chama de um fenômeno educativo e social chamado esporte.

O esporte é sim para todos e também para alguns mais habilitados, por isso ele é democrático. E como direito ele deve permanecer na pauta política do país, reclamando por verbas e políticas.

BIBLIOGRAFIA

ANGELO, L. F. **Gestão de carreira esportiva: uma história a ser contada no futebol.** 2014, 147p. Tese. (Doutorado em Educação Física e Esporte). Escola de Educação Física e Esporte. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. **Educação de corporeidade e psicologia do esporte: estudo de caso de um grupo esportivo.** 2002, 132p. Dissertação. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Psicanálise e Psicologia do Esporte: é possível tal combinação?** In: RUBIO, K. (Org.). **Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

_____.; Rubio, K. (Orgs.). **Instrumentos de avaliação em Psicologia do Esporte.** _____.: _____., 2007.

American Psychological Association (APA). **How can a psychologist become a sport psychologist?** 1999.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando. Introdução à filosofia.** São Paulo: Moderna, 1993.

BALAGUER, I. **Entrenamiento psicológico en el deporte.** Valencia: Albatros, 1994.

BARBERO, J. I. Introducción. **Materiales de Sociología del Deporte.** Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993.

BELLÓ, A. P. **Por qué llevan los padres a sus hijos a hacer deporte.** Madrid: Ediciones Internacionales Universitarias, 1999.

BERNARDES, J. S. História. In: JACQUES, M. G. C., STREY, M. N. et al. (Orgs.). **Psicologia Social Contemporânea: livro-texto.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BETTI, M. Por uma teoria da prática. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, pp. 73-127, 1996.

_____. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BOCK, A. M. B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In _____.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001.

BOND, C. F.; TITUS, L. J. Social facilitation: a meta-analysis of 241 studies. **Psychological Bulletin**, n. 94, pp. 265-292, 1983.

BOURDIEU, P. Deporte y classes sociales. In J. I. B. González. **Materiales de Sociología del Deporte**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993.

BRANDÃO, M. R. F. Fatores de Stress em Jogadores de Futebol Profissional. Tese. (Doutorado em...), Unicamp, SP, 2000.

BRASIL. Lei n. 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. Ministério do Esporte. **Coletânea Esporte e Lazer: políticas de Estado**. Brasília, 2009. Caderno 3: Desenvolvimento Institucional.

_____. Senado, 2001. Lei n.º 10.264, de 16 de julho de 2001 - Acrescenta inciso e parágrafos ao artigo 56 da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10264-16-julho-2001-330448-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

_____. Ministério do Esporte. 2004. Uma Política Nacional de Esporte. Disponível em Ministério do Esporte: http://www.esporte.gov.br/boletim_email/boletim_politica_nacional.asp>. Acesso em: 03 mar 2013.

BRAWLEY, L. R. & MARTINS, K. A. The interface between Social and Sport Psychology. **The Sport Psychologist**. 9, pp. 469-497, 1995.

BROHM, J. M. 20 tesis sobre el deporte. In: GONZÁLEZ, J. I. B. (Orgs.). **Materiales de Sociología del Deporte**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993.

BRUSTAD, R. J. & Ritter-Taylor, M. Applying social psychological perspectives to the Sport Psychology consulting process. **The Sport Psychologist**, 11, pp. 107-119, 1997.

CAGIGAL, J. M. **Obras selectas**. Madrid: Comité Olímpico Español, 1996.

CALDERON, E. **Deporte y limites**. Madrid: Grupo Anaya, 1999.

CAMILO, J. A. O.; RABELO, I. S. Precariedade e invisibilidade do trabalho dos atletas de alto-rendimento. In: RÚBIO, Katia; CAMILO, Juliana A. de Oliveira. (Orgs.). **Psicologia Social do Esporte**. São Paulo: Kepós/Laços, 2019. pp. 105-120.

CAMPOS, R.; Romano, B. W.; Negrão, C. E. Psicologia do Esporte de reabilitação. In: Rubio, K. (Org.). **Encontros e desencontros: descobrindo a Psicologia do Esporte**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

CARDOSO, M. **O arquivo das Olimpíadas**. São Paulo: Panda Books, 2000.

CARRANO, P. C. R. **Futebol: Paixão e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CARRON, A. V. **Social psychology of sport**. Ithaca, (NY): Movement, 1980.

CHAU, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

COHEN, J. The earth is round ($p < .05$). **American Psychologist**, n. 49, pp. 997-1003, 1994.

COMISSÃO DE ESPORTE DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. A avaliação psicológica no esporte ou os perigos da normatização e da normalização. In: Rubio, K. (Org.). **Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL (COB). Instrução Normativa, n.º 1, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução 01/99. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: CFP, 1999.

_____. Resolução n.º 10/2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. 13. Plenário, Brasília: CFP, 2005.

_____. Resolução n.º 18/2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, Brasília: CFP, 2002.

_____. Resolução n.º 01/2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: CFP, 2018a.

_____. Resolução n.º 09/2018 – Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: CFP, 2018b.

_____. Resolução n.º 11/2018. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP n.º 11/2012. Brasília: CFP, 2018c.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Pacto pela Paz Propostas aprovadas na Plenária Final. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CONANDA, 4., 2002.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Manual do Conselho Regional de Psicologia (SP)**. São Paulo, 2001.

_____. Resolução CFP n. 013/2007. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Legislação. Disponível em: <<http://www.crpsp.org/site/legislacao-interna.php?legislacao=77>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

- COSTA, M. R. **Futebol: espetáculo do século**. São Paulo: Musa, 1999.
- COTRELL, N. B. Social facilitation. In: McCLINTOCK, C. G. (Ed.). **Experimental Social Psychology**. New York: Holt, Rinehart; Winston, 1972.
- CRATTY, B. J. **Psychology in contemporary sport**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1989.
- CRUZ, J. Psicologia del deporte: historia y propuestas de desarrollo. In: CRUZ, J. (Org.). **Psicología del deporte**. Madrid: Síntesis Psicología, 1997.
- DE ROSE, E. H. Doping in athletes – an update. **Clin Sports Med**, n. 27, pp. 107-130, 2008.
- _____; FEDER, M. G.; DAMASCENO, L. M. P.; AQUINO NETO, F. R. **Uso de medicamentos no esporte**. Rio de Janeiro: COB – Departamento Médico, 2003.
- DI PIERRO, C.; Silvestre da Silva. Primeiro tempo do terceiro setor. O projeto social. In: K. Rubio (Org.). **Psicologia do Esporte: teoria e prática**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- DISHMAN, R. K. Contemporary sport psychology. In: R. L. Terjung (Ed.). **Exercise and Sport Sciences Reviews**. Philadelphia: Franklin Institute Press, 1982.
- DOBRANSZKY, I. A. **Subjetividade no esporte: o impacto da subjetividade do técnico na constituição de uma equipe de triatlon**. 2007, 159p. Tese. (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.
- EBERSPÄCHER, H. **Entrenamiento mental**. Zaragoza: Inde Publicaciones, 1995.
- ELIAS, N.; Dunning, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.
- FELJÓ, O. **Corpo e movimento: uma psicologia para o esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 1992.

FELTZ, D. L. The nature of Sport Psychology. In: HORN, T. S. (Ed.). **Advances in sport psychology**. Champaign: Human Kinetics, 1992.

FERREIRA Jr., N.; RUBIO, K. Revisitando a “raça” e o racismo no esporte brasileiro: implicações para a Psicologia Social. In: RUBIO, Katia; CAMILO, Juliana A. de Oliveira. (Orgs.). **Psicologia Social do Esporte**. São Paulo: Kepós/Laços, 2019. pp. 183-208.

FRANCHI, K. M. B.; MONTENEGRO Jr., R. M. Atividade física: uma necessidade para a boa saúde na terceira idade. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 18, n.º 3, 2005, pp. 152-156.

FRANCO, G. S. Quando o esporte encontra o psicodrama. In: RUBIO, K. (Org.). **Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

GILL, D. L. **Psychological dynamics of sport**. Champaign: Human Kinetics, 1986.

GOBB, S. Atividade física para pessoas idosas e recomendações da Organização Mundial da Saúde de 1996. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 41-49, 1997

GUARESCHI, N. M. F.; MEDEIROS, P. F.; BRUSCHI, M. E. Psicologia Social e Estudos Culturais: rompendo fronteiras na produção do conhecimento. In: N. M. F. Guareschi & M. E. Bruschi (Org.). **Psicologia Social nos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUTTMANN, A. **History of the modern games**. Illinois: University of Illinois, 1992

_____. **From ritual to record**. New York: Columbia University, 1978.

HAAG, H. **Theoretical foundation of sport science as a scientific discipline**. Schorndorf: Hofmann, 1994.

HOBSBAWN, E. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: _____.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

HORN, R. S. **Advances in sport psychology**. Champaign: Human Kinetics, 1992.

JENNINGS, A. **Los nuevos señores de los anillos**. Barcelona: Tempestad, 1996.

KELLER, F. S. **Princípios de psicologia**: um texto sistemático na ciência do comportamento. São Paulo: EPU, 1973.

_____. **Aprendizagem: teoria do reforço**. São Paulo: EPU, 1974.

LAGUNA, Marcelo. COB aumenta repasse da Lei Agnelo/Piva, mas não modifica a distribuição da verba. Portal IG, 2012. Esporte, Mais Esportes. Disponível em: <<http://esporte.ig.com.br/maisesportes/2012-12-20/cob-aumenta-repasse-da-lei-agnelopiva-mas-nao-modifica-a-distribuicao-da-verba.html>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

LANDERS, D. M. Sport Psychology: the formative years, 1950-1980. **The sport psychologist**, 9, pp. 406-417, 1995.

_____.; SNYDER-BAUER, R.; FELTZ, D. L. Social facilitation during the initial stage of motor learning: a re-examination of Martens' audience study. **Journal of Motor Behavior**, 10, pp. 325-337, 1978.

LLAVE, A. L., PÉREZ-LLANTADA, M. C.; BUCETA, J. M. **Investigaciones breves en psicología del deporte**. Madrid: Dykinson, 1999.

LOPEZ, A. A. **La aventura olímpica**. Madrid: Campamones, 1992.

LOVISOLO, H. Hegemonia e legitimidade nas Ciências do Esporte. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro v. 3, n. 2, pp. 51-72, 1996.

LUCCAS, A. N. A psicologia, o esporte e a ética. In: RUBIO, K. (Org.). **Encontros e desencontros: descobrindo a Psicologia do Esporte**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MANDELL, R. D. **Historia cultural del deporte**. Barcelona: Bellaterra, 1986.

MANGAN, J. A. **The games ethic and imperialism**. New York/Middlesex: Viking Penguin, 1986.

MARKUNAS, M. Reabilitação esportiva ou esporte como reabilitação? In: RUBIO, K. (Org.). **Psicologia do Esporte**: interfaces, pesquisa e intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

_____. Reabilitação psicológica de atleta lesionado. In: RUBIO, K. (Org.). **Psicologia do Esporte aplicada**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MARQUES, J. A.; KURODA, S. J. Iniciação Esportiva: um instrumento para a socialização e formação de crianças e jovens. In: RUBIO, K. (Org.). **Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MARTIN, G. L. **Consultoria em Psicologia do Esporte: orientações práticas em análise do comportamento**. Campinas: Instituto de Análise do Comportamento, 2001.

MARTINI, L. A. Fundamentos da preparação psicológica do esportista. In: RUBIO, K. (Org.). **Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MARTENS R. About smoks and jocks. **Journal of Sport Psychology**, 1, pp. 94-99, 1979.

_____. A social psychology of physical activity. **Quest**, 14, pp. 8-17, 1970.

MATARAZZO, F. A tipologia jungiana e sua utilização no esporte. In: RUBIO, K. (Org.). **Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2017.

MCCULLAGH, P. Sport psychology: a historical perspective. **The sport psychologist**, n. 9, pp. 363-365, 1995.

MEYNAUD, J. **El deporte y la política**. Barcelona: Hispano Europa, 1972.

MORGAN, W. P. Sport psychology in its own context: a recommendation for the future. In: SKINNER, J. S. et al. (Eds.). **Future directions in exercise and sport sciences research**. Champaign: Human Kinetics, 1989.

MIAH, A. **Genetically modified athletes: biomedical ethics, gene doping and sport**. London and New York: Routledge, 2003.

OGILVIE, B.; Tutko, T. Sport: if you want build character try something else. **Pshychology Today**, n. 10, pp. 61-63, 1971.

PARLEBAS, P. **Elementos de sociologia del esporte**. Málaga: Colecction Uniesport, 1988.

PEREIRA, A. B. A mulher e o esporte: do desafio da desigualdade ao desacerto com as questões de gênero. In: RUBIO, Katia; CAMILO, Juliana A. de Oliveira. (Org.). **Psicologia Social do Esporte**. São Paulo: Kepós/Laços, 2019. pp. 37-66.

PEREIRA, A. B. **A construção social do tipo jogador de futebol no Brasil sob o olhar da psicologia social do esporte**. Curitiba: Appris, 2015.

_____. Tecnologia, informática e Psicologia do Esporte: ferramentas úteis para avaliação e intervenção. In: RUBIO, K. (Org.). **Psicologia do Esporte: teoria e prática**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

_____. **Dialética de cultura física**. São Paulo: Ícone, 1988.

PESCA, A. A avaliação psicológica: instrumento a serviço do atleta. **Diálogos**, Brasília, ano 14, n. 9, pp. 39-41.

POCZWARDOWSKI, A; SHERMAN, C. P.; HENSCHEN, K. P. A sport psychology service delivery heuristic: building on theory and practice. **The sport psychologist**, 12, pp. 191-207, 1998.

RABELO, I. S. **Investigação de traços de personalidade em atletas brasileiros**. Tese. 163 f. (Doutorado em Educação Física e Esporte) – Escola de Educação Física e Esportes, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

RODRIGUES, M. C. P. **Psicologia do Esporte: discussões sobre o cenário brasileiro**. Tese. (Doutorado em...). Faculdade de Educação Física. Unicamp, 2006.

ROBERTS, C. G. Effect of achievement motivation and social environment on risk taking. **Research Quarterly**, n. 45, pp. 42-55, 1974.

RUBIO, K. Esporte: um direito do cidadão ou o ópio do povo? **Jornal da USP**, São Paulo. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/>

esporte-um-direito-do-cidadao-ou-opio-do-povo/?fbclid=IwAR2vYs-NBzjm9GwosGTcl9GqBwu_npPCQv3BOqfzlfQSVT3JSS_VbM-yQ-Zlg>. Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. Razões da Copa do mundo. _____. _____. 2018a. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/razoes-da-copa-do-mundo/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. **Memória da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD)**. Brasília: Ministério do Esporte, 2018b.

_____. Qual o lugar do esporte no Brasil? **Jornal da USP**, São Paulo, 2018.c. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/qual-o-lugar-do-esporte-no-brasil/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. Agenda 20+20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olímpico Internacional. **Revista USP**, São Paulo, v. 108, pp. 2012 - 2028, 2016.

_____. A Psicologia do esporte e sua relação com o social. In: GONDIM, S. M. G.; CHAVES, A. M. (Org.). **Práticas e saberes psicológicos e suas conexões**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. v. 1, pp. 119-142.

_____. Esporte e juventude: privilégio ou direito? De todos ou dos habilitados? In: Brenda Espindula (Org.). **Políticas de esporte para a juventude: contribuições para o debate**. São Paulo: Centro de Estudos e Memória da Juventude: Instituto Pensarte, 2008.

_____. Da Psicologia do Esporte que temos à Psicologia do Esporte que queremos. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, 1, pp. 4-14, 2007a.

_____. Ética e compromisso social na Psicologia do Esporte. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 1, pp. 60-69, 2007b.

_____. **Medalhistas olímpicos brasileiros: memórias, histórias e imaginário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

_____. Rendimento esportivo ou rendimento humano? O que busca a Psicologia do esporte. **Psicologia para América Latina**. 1, 2004a.

- _____. **Heróis Olímpicos brasileiros**. São Paulo: Zouk, 2004b.
- _____. Análise social do fenômeno esportivo e o papel do psicólogo. In: RUBIO, K. (Org.). **Psicologia do Esporte Aplicada**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003a.
- _____. Estrutura e dinâmica dos grupos esportivos. In: _____. **Psicologia do Esporte: teoria e prática**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003b.
- _____. Questões do esporte contemporâneo: do Olimpo ao pós-olimpismo. **Revista Paulista de Educação Física**. v. 16, n. 2, 2002.
- _____. **O atleta e o mito do herói**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001a.
- _____. Psicologia e Educação Física: do estudo do comportamento ao compromisso social. In: CARVALHO, Y. M.; RUBIO, K. (Orgs.). **Educação Física e Ciências Humanas**. São Paulo, Hucitec, 2001b.
- _____. O trajeto da Psicologia do Esporte e a formação de um campo profissional. In: RUBIO, K. (Org.). **Psicologia do Esporte: interfaces, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000a.
- _____. Quem sou? De onde vim? Para onde vou? Rumos e necessidades da Psicologia do Esporte no Brasil. In: RUBIO, K. (Org.). **Encontros e desencontros: descobrindo a Psicologia do Esporte**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000b.
- _____. A Psicologia do Esporte: histórico e áreas de atuação e pesquisa. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, ano 19, v. 3, pp. 60-69, 1999.
- _____. Psicologia do Esporte: espaço de pesquisa e campo de intervenção. **Cadernos de Psicologia**, São Paulo, v. 4, n. 1, 1998.
- _____.; CARVALHO, A. L. *Areté, fair play* e o movimento olímpico contemporâneo. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. 3, pp. 350-357, 2005.
- _____.; MOREIRA, F. Godoy. A representação de dor em atletas olímpicos brasileiros. **Revista Dor**, v. 8, pp. 926 - 935, 2007.

_____.; RABELO, I. S.; CRUZ, R. M. Aspectos psicológicos. In: BÖHME, M. T. S. (Org.). **Avaliação de desempenho em educação física e esporte**. Barueri: Manole, 2018, pp. 73-85.

_____.; Kuroda, S.; Marques, J. A. A.; Montoro, F. C. F.; Queiroz, C. Iniciação esportiva e especialização precoce: as instâncias psico-sociais presentes na formação esportiva de crianças e jovens. **Revista Metropolitana das Ciências do Movimento Humano**, v. 4, n. 1, pp. 52-61, 2000.

RUFINO, J. dos Santos. **História Política do Futebol Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RUSSEL, G. W. **The social psychogy of sport**. New York: Springer-Verlag, 1993.

SALIN, M. S. et al. Atividade Física para idosos: diretrizes para implantação de programas e ações. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, pp. 197-208, 2011.

SANTOS, J. A. **Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil**. 2000, 277p. Dissertação. (Mestrado em História Social). Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2000.

SCALON, R. M. Os motivos da aderência da criança ao esporte. In: SCALON, R. M. (Org.). **A Psicologia do Esporte e a criança**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2004.

SCHILLING, G. State-of-the-art review of sport psychology. **Sport Science Review**, v. 1, n. 2, pp. 1-12, 1992.

SILVA, F. S. **Um jeito novo de jogar na medida: o futebol libertário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SILVA, E. M.; RABELO, I.; RUBIO, K. A dor entre atletas de alto rendimento. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, São Paulo, v. 4, pp. 1-14, 2009.

SILVA, M. L. S.; RUBIO, K. Superação no esporte: limites individuais ou sociais? **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 3, n. 3, pp. 69-76, 2003.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano.** São Paulo: Edart/EdUSP, 1976.

SMITH, R. E.; SMOLL, F. L.; CURTIS, B. Coach effectiveness training: a cognitive-behavioral approach to enhancing relationship skills in youth sport coaches. **Journal of Sport Psychology**, , n. 1, pp. 59-75, 1979.

TANI, G. Cinesiologia, Educação Física e Esporte: ordem imanente do caos na estrutura acadêmica. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, pp. 9-50, 1996.

TENENBAUM, G.; HACKFORT, D. ISSP, NHST and IJSP: unrelated events? **International Journal of Sport Psychology**, 28, pp. 307-308, 1997.

THOMAS, R.; HAUMONT, A.; LEVET, J. L. **Sociologia del Deporte.** Bellaterra: Bellaterra, 1988.

TJEDER, D. Crises of Faith and the making of Christian masculinities at the turn of the twentieth century. In: WERNER, Y. M. (Ed.). **Cristian Masculinity. Men and religion in Northern Europe in the 19.th and 20.th Centuries.** Leuven: Leuven Univerity, 2011.

TUBINO, M. J. G. Uma visão paradigmática das perspectivas do esporte para o início do século XXI. In: MOREIRA, W. W. (Org.). **Educação Física & Esporte: perspectivas para o século XXI.** Campinas: Papirus, 1996.

VALDES, H. V. **La preparación psicológica del deportista.** Zaragoza: Inde Publicaciones, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. **Foundations of sport and exercise psychology.** Champaign: Human Kinetics, 2007.

WILLIAMS, J. M.; STRAUB, W. F. Nueva Psicología del Deporte: pasado, presente, futuro. In. _____. (Org.). **Psicología aplicada al deporte**. Madrid: Biblioteca, 1991.

WORLD ANTI-DOPING AGENCY. **Código Mundial Anti-dopagem**. Disponível em: <https://www.wada-ama.org/sites/default/files/resources/files/codigo_mundial_antidopagem_2015.pdf> Acesso em: 11 set. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Report of the First Meeting of the Scientific and Technical Advisory Group of the Adolescent Health Programme**. WHO/ADH/92.01. Geneva (Switzerland): World Health Organization, 1992.

YOUNG, P. M. **A history of British football**. London: Staley Paul, 1968.

ZAGO, A. S. Exercício físico e o processo saúde-doença no envelhecimento. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, pp. 153-158, 2010.

WINCKLER, A. et al. **AHE! entrevista:** Marcus Vinícius explica a relação do COB com as confederações. 2012. Disponível em: <<http://www.ahebrasil.com.br/noticias/2011/12/02/londres2012/ahe+entrevista+marcus+vinicius+explica+a+relacao+do+cob+com+as+confederacoes.html>>. Acesso em: 20 fev.

MURRAY, 2012. Disponível em: <<http://albertomurray.wordpress.com/2012/08/29/informacoes-sobre-o-projeto-de-lei-que-veda-reeleicoes-para-entidades-desportivas-que-recebem-dinheiro-publico/>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

CONHEÇA AS DEMAIS REFERÊNCIAS TÉCNICAS PUBLICADAS PELO CREPOP

2007 – Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS;

2008 – Referências técnicas para a prática do(a) psicólogo(a) nos programas de DST e AIDS;

2010 – Referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família;

2010 – Referências Técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação;

2011 – Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – informações para gestoras e gestores;

2012 – Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em programas de medidas socioeducativas em meio aberto;

2012 – Referências Técnicas para atuação das psicólogas (os) no Sistema Prisional;

2013 – Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referências Especializado de Assistências Social – CREAS;

2013 – Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial;

2013 – Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) em programas de atenção à mulheres em situação de violência;

2013 – Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS: orientações para gestores;

2017 – Relações Raciais – Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os);

2018 – Referências Técnicas para atuação de psicólogas em políticas públicas de mobilidade humana e trânsito;

2019 – Referências Técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) em questões relativas a terra (2ª Edição);

2019 – Referências Técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) na Educação Básica (2ª Edição);

2019 – Saúde do trabalhador no âmbito da Saúde Pública: Referências Técnicas para a atuação da(o) psicóloga(o) (2ª Edição);

2019 – Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em Políticas Públicas de álcool e outras drogas (2ª Edição);

2019 – Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em Políticas Públicas de Esporte;

21000 978-05-5069-001-4



9 786550 690014 >

